

PET História UFPR

CADERNOS DE CLIO

2

Cadernos de Clio

Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 2, 2011

Revista Cadernos de Clio

Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Davi Cavalli Pradi, Guilherme Floriani Saccomori, Lana Beatriz Baroni,
Naiara Batista Krachenski, Nicolle Taner de Lima,
Stella Titotto Castanharo

Conselho Editorial

Ana Maria Burmester
Ana Paula Vosne Martins
Anamaria Filizola
Andréa Doré
Fátima Regina Fernandes
José Roberto Braga Portella
Joseli Maria Nunes Mendonça
Karina Kosicki Bellotti
Luiz Carlos Ribeiro
Luiz Geraldo Silva
Marcelo Rede
Marion Brepohl de Magalhães
Martha Daisson Hameister
Rafael Faraco Benthien
Renata Senna Garraffoni
Roberta Fabron Ramos
Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 2, 2011

Cadernos de Clio

N.º 2, 2011, PET- História UFPR

Cadernos de Clio, Curitiba, n.º 2, 2011

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80060-150
Email: cadernosdeclio@gmail.com

Projeto gráfico, capa e lombada:

Davi Cavalli Pradi

Editoração, editorial:

Guilherme Floriani Saccomori e Naiara Batista Krachenski

Diagramação:

Stella Titotto Castanharo

Referência de Capa e Contracapa:

Hieronymus Bosch
The Garden of Earthly Delights - 1504
Óleo sobre tela
Museu do Prado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E
EDUCAÇÃO

REVISTA Cadernos de Clio / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e
lombada: Davi Cavalli Pradi; editoração, editoração, editorial: Guilherme Floriani
Sacomori e Naiara Batista Krachenski; diagramação: Stella Titotto Castanharo,
v.2, n.1(2011-).
Curitiba, PR: Artes & Textos, 2011.

Anual

ISSN: 2237-0765

1. História - periódicos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Pradi, Davi
Cavalli. II. Saccomori, Guilherme Floriani. III. Krachenski, Naiara Batista. IV.
Castanharo, Stella Titotto.

CDD 20.ed. 907

Sirlei do Rocio Gdulla CRB-9ª/985

Editorial

A Revista Cadernos de Clio chega a seu segundo volume com a continuidade do trabalho desenvolvido pela edição precedente. Grande parte do corpo editorial foi alterado, mas, no entanto manteve-se o empenho para que a publicação pudesse ser realizada buscando novamente oferecer um espaço para publicação aos alunos de graduação. Cabe, assim, ressaltar que todos os trabalhos aqui publicados foram recebidos enquanto ainda cursavam a graduação.

Nesse volume, mais uma vez o objetivo foi a interdisciplinaridade histórica, não havendo uma temática fixa à qual os autores devessem se centrar para justamente disponibilizar o espaço para uma gama de autores diversificados.

Como resultado, vários artigos de graduandos dos cursos de História foram enviados de várias universidades do país e posteriormente passaram por uma avaliação de pareceristas para serem verificados e liberados para a publicação. Dessa forma, o presente volume da Cadernos de Clio contém doze artigos e duas resenhas, nessa ordem, e dispostas alfabeticamente.

No primeiro artigo, intitulado “A posse de territórios e indivíduos no Novo Mundo”, **Ana Cláudia Magalhães Pitol** apresenta uma análise de relatos produzidos durante o século XVI a

fim de estudar a questão do embarque de indígenas para a Europa. A autora procura compreender como os indígenas americanos foram tomados e incorporados a uma nova cultura a partir de várias fontes, entre elas *Os Diários de Colombo* e *Relação da viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias* de Binot Palmier de Gonneville.

No artigo “A propaganda do AIB e suas aproximações com as propagandas nazistas” **Edson Perosa** procura fazer um exercício de reflexão sobre os elementos comuns ao movimento alemão nazista e ao movimento integralista brasileiro. A partir da análise da revista brasileira *Anauê* e de pôsteres e jornais da Alemanha nazista, o autor traça tais semelhanças, porém levando em conta as diferenças de contextos destes dois movimentos.

Em “Estudos sobre a historiografia da arqueologia maia”, **Eduardo Teixeira Akiyama** privilegia um outro aspecto do trabalho do historiador: a análise e debate da historiografia produzida a respeito de um determinado tema. No caso em questão, Akiyama nos oferece uma leitura sobre a historiografia da arqueologia maia, buscando expor os méritos e as limitações dos estudos produzidos em outros momentos.

No artigo “Alexandre da Macedônia: cunhagens com aspecto de propaganda” de **Estela de Melo Faria**, a autora utiliza de

fontes numismáticas. Segundo ela, as moedas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, mas também nos permitem realizar um estudo sobre as imagens ali cunhadas.

Em “A arqueologia subaquática sob uma perspectiva teórica” **Marina Fontolan** apresenta um tema um tanto quanto desconhecido aos estudantes de História. Seu objetivo neste artigo é refletir sobre a relação entre Arqueologia e História, bem como pensar o contexto de início da arqueologia subaquática que se deu nos anos 1960.

No artigo “Uma novidade bombástica: imagens publicitárias de automóveis em um periódico curitibano de 1913” **Naiara Krachenski** busca entender como o discurso da modernidade que chegava ao Brasil e a Curitiba no início do século XX se fazia presente nas representações imagéticas cotidianas e o modo pelo qual a publicidade participava na construção destas mensagens através dos recursos visuais. Para realizar tal objetivo, a autora se valeu de anúncios dos automóveis BENZ que circulavam na revista ilustrada *A Bomba*, em 1913.

Pedro Carvalho Oliveira trabalha em “Notas sobre o neonazismo no site Extreme Violent Racism” com a história do

tempo presente. O autor analisa um site norte-americano cujo conteúdo reflete uma mentalidade racista de busca pelo ideal nacional-socialista. Além de discorrer sobre o ressurgimento de um tema tão polêmico, Oliveira também pensa a respeito da utilização da internet para a efetivação de tais atos.

No artigo “Pinturas parietais em Pompéia: representações femininas” **Pérola de Paula Sanfelice** propõe uma reflexão acerca do discurso tradicional sobre a antiguidade clássica e aponta que a sociedade romana era uma sociedade multifacetada e não homogênea. Para tanto, a autora analisa fontes visuais e propõe também um debate sobre as relações que os romanos travavam com a arte, em especial com a pintura.

Stella Titotto Castanharo propõe no artigo “A dinastia Tudor no romance histórico e no cinema: The Other Boleyn Girl” estabelecer relações entre o romance histórico e a produção cinematográfica. Para tanto, a autora analisa o caso da obra The Other Boleyn Girl, uma obra literária que foi também apresentada em filme. Além disso, Castanharo discute sobre a utilização de diferentes linguagens artísticas na apropriação de uma temática histórica, bem como o discurso produzido por elas.

No artigo “Inquisição Portuguesa na África: denúncias no Congo e em Angola do século XVII” **Tahinan da Cruz Santos**

nos apresenta uma temática bastante em voga hoje em dia: a história da África. A autora se utiliza de fontes sobre denúncias feitas em Angola e no Congo contra pessoas acusadas de “feitiçaria” pelo Tribunal da Santa Inquisição.

No artigo “Os EUA por inteiro: teorias explicativas e discursos presidenciais inaugurais da Guerra Fria – Roosevelt a Bush (1945-1989)” **Tatiana Spalding Perez** parte da obra “A Civilização Americana” de Jean-Pierre Fichou para analisar os discursos de posse dos presidentes norte-americanos durante o período da Guerra Fria. A autora procura delimitar os princípios mais fortemente defendidos durante essa época na sociedade estadunidense como, por exemplo, a democracia, a abundância, o capitalismo etc.

No artigo “O Orientalismo na literatura do século XIX: o caso de *A volta ao mundo em 80 dias*” **Vanessa Fronza** pretende destacar a visão eurocêntrica na literatura oitocentista tendo como parâmetro de análise as considerações teóricas de Edward Said. Como exercício de análise, a autora apresenta o caso da obra de Júlio Verne *A volta ao mundo em 80 dias*, cuja trama é permeada por encontros e choques entre culturas.

Contamos também com as resenhas de **Camilla Miranda Martins** sobre o livro *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sobre o regime de Vichy (1940-*

1944) de Glaydson José da Silva e a resenha de **Guilherme Floriani Saccomori** sobre o livro *Agincourt: o rei, a campanha, a batalha* de Juliet Barker.

Finalmente, proporcionamos um espaço para divulgação de pesquisas que intitulamos Notas de Pesquisa. Neste espaço, que estamos inaugurando nesta edição, os estudantes e/ou grupos de pesquisa podem relatar os temas e objetos estudados com a finalidade de divulgar o conhecimento à comunidade acadêmica, mesmo que tal estudo ainda não esteja concluído. Nesta edição, contamos com a Nota de Pesquisa da pesquisa coletiva realizada pelo PET História UFPR em 2010 sobre a literatura do século XIX.

Com essa variedade de objetos de pesquisa e metodologias sentimos que conseguimos abranger o campo da diversidade histórica. Ainda, entendemos a importância que esse espaço tem para os autores aqui citados, pois para muito são suas primeiras publicações sendo feitas, uma vez que os graduandos dificilmente têm espaço para publicar e expor suas pesquisas.

A publicação é direcionada tanto para o âmbito acadêmico quanto para a comunidade em geral – professores de História ou aqueles que desejam saber um pouco mais sobre o assunto – pois entendemos que um conhecimento que circula apenas dentro da academia muitas vezes é esquecido dentro da mesma. Dessa forma,

esperamos que os artigos e resenhas aqui publicados tenham utilidades para expandir o conhecimento daqueles que o buscam.

19 de novembro de 2011

Guilherme Floriani Saccomori e Naiara Krachenski

SUMÁRIO

Artigos

A posse de territórios e indivíduos no Novo Mundo – Ana Cláudia Magalhães Pitol	17
A propaganda do AIB e suas aproximações com as propagandas nazistas – Edson Perosa	43
Estudos sobre a historiografia da arqueologia maia – Eduardo Teixeira Akiyama	65
Alexandre da Macedônia: cunhagens com aspecto de propaganda – Estela de Melo Faria	85
A arqueologia subaquática sob uma perspectiva teórica – Marina Fontolan	99
Uma novidade bombástica: imagens publicitárias de automóveis em um periódico curitibano de 1913 – Naiara Krachenski	125
Notas sobre o neonazismo no site Extreme Violent Racism – Pedro Carvalho Oliveira	149
Pinturas parietais em Pompéia: representações femininas – Pérola de Paula Sanfelice	171
A dinastia Tudor no romance histórico e no cinema: The Other Boleyn Girl – Stella Titotto Castanharo	197

Inquisição Portuguesa na África: denúncias no Congo e em Angola do século XVII – Tahinan da Cruz Santos	229
Os EUA por inteiro: teorias explicativas e discursos presidenciais inaugurais da Guerra Fria – Roosevelt a Bush (1945-1989) – Tatiana Spalding Perez	247
O Orientalismo na literatura do século XIX: o caso de <i>A volta ao mundo em 80 dias</i> – Vanessa Fronza	273

Resenhas

“História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sobre o regime de Vichy (1940-1944)” – Camilla Miranda Martins	295
“ <i>Agincourt: o Rei, a Campanha, a Batalha</i> ” – Guilherme Floriani Saccomori	305

Nota de pesquisa	311
-------------------------	-----

Normas de publicação	323
-----------------------------	-----

Artigos

A posse de territórios e indivíduos no Novo Mundo

Ana Cláudia Magalhães Pitol¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a análise de relatos produzidos durante o século XVI sobre as Américas Portuguesa e Espanhola, a fim de verificar a realização do embarque de indígenas para a Europa. Estes deslocamentos evidenciam que a posse da América pelos europeus não se restringiu aos territórios, estendendo-se também aos grupos humanos. Procurou-se identificar como, sob a ótica européia, os indígenas americanos foram tomados e incorporados a uma nova cultura, mesmo que embarcados por vontade própria. Os principais documentos foram: *Os Diários de Colombo* (1492-1502); a *Relação da viagem do Capitão de Gonville às Novas Terras das Índias* de Binot Palmier de Gonville (1503-1505); a *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, de Bernal Díaz del Castillo (1632); o ensaio *Dos Canibais* (1580), de Montaigne e, *Une fête Brésilienne en Rouen* (1850) de Ferdinand Denis, que apresenta o manuscrito que descreve a participação dos indígenas brasileiros levados para a França em 1550 na entrada do rei Henrique II na cidade de Rouen.

Palavras-Chave: *cativo; práticas da vitória; ameríndios na Europa; exibição de indígenas*

Introdução

Ao nos deparamos com documentos como o manuscrito que descreve a entrada do Rei Henrique II na cidade de Rouen, em 1550,

¹ Aluna de Graduação em História na Universidade Federal do Paraná.

no qual estavam presentes cinquenta índios provenientes do Brasil, a curiosidade leva-nos a questionar como foi a trajetória desses personagens e se foram levados como cativos ou por vontade própria.² Sabemos através dos documentos que os destinos destes indígenas uma vez fora de sua terra natal foram diversos: como representantes do exotismo que se descortinava aos olhos do Velho Mundo foram apresentados nas Cortes e levados para serem educados nos moldes europeus. Muitos não resistiram à longa viagem e ao contato morrendo antes da chegada.

Este artigo visa analisar os fragmentos das histórias de alguns desses personagens. Reconstruir suas trajetórias, porém, é, sem dúvida, muito difícil devido à ausência de fontes que possam trazer as perspectivas indígenas do encontro entre Velho e Novo Mundo. Mesmo quando os documentos mostram as vozes dos indígenas seu discurso é filtrado por aquele que o registra e que se considera branco, europeu, ocidental, civilizado, olhando dessa perspectiva para o nativo.

² Em 1550, na entrada do Rei Henrique II na cidade de Rouen, foram apresentados diversas encenações que tinham por objetivo mostrar ao rei como eram suas posses pelo mundo. No caso brasileiro, neste período, as possessões francesas não iam além de pontos na costa onde era realizado o escambo com os indígenas. Mesmo assim, cinquenta índios brasileiros, misturados a normandos vestidos “à moda brasileira”, encenaram como era a vida no Brasil, segundo documentos que descreveram o evento.

Esses embarques demonstram que a posse estabelecida pelos europeus abarcou muito além das terras e bens materiais que os europeus encontraram na América. Os nativos também faziam parte do butim da conquista. Dessa forma, esses deslocamentos de nativos das Américas Portuguesa e Espanhola são encarados como uma das práticas pelas quais os europeus, o grupo que se julga dominador ou superior no contato estabelecido com o outro, demonstravam seu poder, expressavam sua vitória e a dominação dos nativos. Através das viagens os europeus efetuavam a apropriação física e simbólica do “outro” americano. Buscou-se, portanto, analisar relatos produzidos durante o século XVI a fim de verificar as formas como foi exercida a vitória envolvendo portugueses e espanhóis e indígenas de diversas etnias e como, por meio dessas práticas, os grupos vencedores construíram aspectos de sua identidade. Este transporte dos indígenas é entendido como uma prática da vitória, na qual o europeu acredita que dispõe dos indígenas assim como dispõe de qualquer dos bens materiais que encontra onde desembarca (DORÉ, 2009).

Documentos e bibliografia sobre o tema

As viagens realizadas pelos nativos americanos compõem apenas uma das facetas do encontro entre a Europa e a América a ser

explorada. O caso de Rouen, apontado na Introdução, destaca um aspecto mais profundo deste contato entre mundos que teve início no século XV. O espetáculo visava mostrar ao rei suas posses na América e, como podemos perceber, tais posses abarcavam também os habitantes do território, os indígenas. Embora possa ter sido o mais expressivo no que toca à quantidade de índios transportados, Rouen não foi caso isolado. Desde o primeiro encontro entre europeus e americanos essas viagens tornaram-se frequentes. Apesar de lacunares os documentos que atestam esses deslocamentos indígenas compõem um conjunto considerável, o que por si só já é um indício de que tais viagens foram algo recorrente desde o início dos contatos.

Sabe-se que após o embarque do primeiro indígena, outros foram levados e seus destinos foram vários. Além de Colombo, outros viajantes, ingleses (como John Guy, Cabot, Michael Lok e George Best), franceses (Paulmier de Gonneville e Jacques Cartier) e espanhóis (Hernando De Soto, Cortez e Bernal Díaz) deixaram relatada a ida de indígenas para o Velho Mundo. Mas diversos outros poderiam ser citados.

Não só em relatos de viagem podemos encontrar estes nativos viajantes, como nos mostram os documentos relativos ao já citado espetáculo de Rouen, que, tanto por seu caráter oficial, quanto

pela encenação da alteridade sem precedentes que ali se realizou, nos legou diversos vestígios, tanto imagéticos como textuais. Além do manuscrito anônimo elaborado para servir de guia para o espetáculo, *L'entree du très magnanime très puissant et victorieux roy de France Henry deuxième de ce nom en sa noble cité de Rouen* (1550), outros dois relatos, estes impressos, documentam o acontecimento: o de Robert Masselin, *L'Entree Du Roy nostre sire en sa ville de Rouen* (1550), e o de Robert le Hoy e Jean du Gord, intitulado *C'est la dedvction du sumptueux ordre plaisantz Spetacles et magnifiques theatres dresses, et exhibes par les citoiens de Rouen ville Metropolitaine du pays de Normandie* (1551). Rouen ecoará ainda no século XIX, na obra de Ferdinand Denis, *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*, onde o autor descreve os acontecimentos com base no relato de Robert le Hoy e Jean du Gord (DENIS, 1944). Doze anos depois do espetáculo, Montaigne encontra-se com alguns indígenas nesta cidade, e em 1580 no seu ensaio, “Dos Canibais”, descreve o diálogo que travou com um dos indígenas ali presentes (MONTAIGNE, 1994).

Porém, muito antes dos tupinambás de Rouen terem pisado em solo francês, um outro indígena, carijó, já havia realizado a travessia do Atlântico e aportado na França. A *Relação da viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias (1503-1505)*

relata a viagem deste comerciante que esteve no início do século XVI em terras brasileiras. Entrando em contato com os carijós passou alguns meses no Brasil e no retorno levou consigo dois índios, Esomericq, filho do cacique carijó Arosca, e Namoa. Tentou também capturar dois tupinambás que, no entanto, conseguiram fugir antes da partida (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Obviamente não só os franceses levaram indígenas brasileiros para a Europa. Quanto aos portugueses, conforme aponta Arinos, as cartas de doação das capitanias faziam menção à possibilidade de entrada de nativos brasileiros em Portugal. Os donatários poderiam mandar 24 escravos índios a cada ano, livres de direitos de entrada. Esse envio só foi proibido em 1570, período em que, segundo o historiador, essa exportação já devia ser quase nula (FRANCO, 1976: 36-37).

Em terras espanholas, como já mencionado, os embarques se iniciaram após o primeiro contato, como fica explícito nos *Diários das viagens de Cristovão Colombo (1492-1502)*. Esses documentos relatam as viagens do navegador realizadas no período de 1492-1502. Desde a primeira ele manifestou a vontade de levar nativos para a Europa a fim de que pudessem aprender o espanhol, e realmente efetiva o desejo nesta viagem e nas posteriores (COLOMBO, 1947). Outro espanhol que também deixou registrados

o cativo e o embarque de indígenas para a Europa foi Bernal Díaz de Castillo, em *Historia Verdadera de la Conquista Española* (1632). Ao narrar as três expedições espanholas ao Yucatán das quais afirma ter participado – a de Francisco Hernández de Córdoba, em 1517; a de Juan de Grijalva, em 1518 e, por fim, a de Cortés, em 1519 – Bernal Díaz nos permite visualizar a existência desses cativos indígenas, como se efetivava a posse sobre eles e sua utilização (CASTILLO, 1960).

Existiam muitas diferenças entre os europeus que aportavam na América e elas se manifestavam na maneira através da qual tomava posse das terras e bens encontrados. Segundo Patrícia Seed, o domínio colonial dependia de práticas cerimoniais que precediam ou sucediam a conquista militar (SEED, 1999). Nos documentos que descrevem estas cerimônias não são explicadas as razões das ações efetuadas para a tomada de posse. Elas baseavam-se em discursos familiares que poderiam ser entendidos pelos seus compatriotas daqueles que as realizavam, mas seu significado nem sempre era óbvio para os outros europeus. A autora busca entender porque estas convicções pareceram razoáveis para os membros de um grupo e não para outros grupos. A própria maneira como cada língua exprime a idéia de “posse”, aponta para diferenças entre o que cada grupo entendia por possuir e como essa posse podia ou não ser sancionada.

Porém, embora existissem diferenças entre os europeus quanto as formas de legitimar a posse dos territórios, um aspecto é recorrente: ela sempre abarcava os grupos humanos que habitavam os territórios.

Para entender a forma através da qual se realizava o processo de posse é de extrema importância a interpretação de Stephen Greenblatt em *Possessões Maravilhosas*. Em sua discussão sobre a utilização das práticas representacionais européias na efetivação da posse dos territórios do Novo Mundo o autor aponta algumas ações empregadas neste sentido. Vestidos com novas roupas, batizados, e aprendendo uma nova língua, os nativos, na ótica européia, perdiam sua condição de índio e tornavam-se civilizados (GREENBLATT, 1996).

A posse desses seres humanos, semelhante a que se realizava em relação a um objeto ou um animal, é observada pela mesma ótica através da qual a historiadora Andréa Doré observa os conflitos entre portugueses e holandeses no século XVII, e denomina práticas da vitória. Nesta perspectiva entende-se que:

“o exercício da vitória se desdobra em diferentes práticas de punição dos grupos derrotados, assim como em formas de incorporação de elementos desses grupos pelos vencedores e que foram realizadas durante a expansão portuguesa, tenham sido elas protagonizadas ou não por portugueses. Em outras palavras, verificam-se práticas da vitória com

diferentes significações materiais e simbólicas.”
(DORÉ, 2009: 212)

Dessa maneira, coloca-se em evidência que ao tratar de dois grupos antagônicos, europeus e indígenas, estes não estão sendo apontados como grupos homogêneos. (esta última frase não acrescenta nada ao texto, nem à análise da fonte) Quanto aos europeus, apesar de suas diversas origens, existiam vários aspectos em comum que devem ser levados em conta. Diante da extrema alteridade dos ameríndios, os europeus reconheciam um “outro” diferente dos seus companheiros e também dos seus inimigos. Tanto católicos quanto protestantes, os europeus sentiram-se no direito de se apropriar dos indígenas. Essa apropriação, porém, não precisava se concretizar através da escravização, ou pelo menos, não somente. Os conquistadores sentiram-se imbuídos da missão de transformar o “outro” e o mundo em que vivia e isso se efetuou de diversas formas, desde a destruição de impérios e seu ajuste às necessidades européias, até a catequização.³ Nesse sentido, também os embarques dos nativos americanos para a Europa são demonstrativos desse

³ De acordo com Angel Rama a consciência racionalizadora dos espanhóis pretendia não somente organizar os homens dentro do espaço, mas também moldá-los com destino a um futuro em obediência as exigências colonizadoras. Em relação à construção das cidades no Novo Mundo, o autor explica que as novas terras abriam a possibilidade de se iniciar uma empresa que não era uma mera transposição do passado e sim a realização de um novo período. Aqui poderiam estabelecer a ordem que não era possível nas cidades da Metrópole (RAMA, 1985).

processo. Não podemos descartar a hipótese de que muitos podem ter ido por vontade própria, no entanto, não podiam imaginar o que os esperava do outro lado do Atlântico, e essa vontade não elimina o uso que foi feito deles.

Da mesma forma, os grupos indígenas com os quais os europeus entraram em contato também não eram homogêneos. Todas estas diferenças nos alertam para o fato de que quando colocados esses grupos como vencedores ou vencidos, não se pode fixar tais posições, sem que tenham se alterado ao longo do tempo. Nos conflitos colocavam-se em jogo interesses europeus e também indígenas. Tendo esta reflexão em mente ao analisar os documentos, buscou-se entender de que forma os europeus, ao julgarem-se vencedores nos conflitos com os indígenas, explicitavam sua vitória, punindo-os ou incorporando-os, sem que uma ação exclua a outra.

Neste contexto também são levados em consideração os debates suscitados pela radical diferença encontrada no continente americano e que fizeram parte dos conflitos apresentados pelas fontes, legitimando-os ou não. Tais debates foram pautados por questões morais, religiosas e econômicas. Nos países ibéricos, Igreja e Coroa caminhavam juntas no processo de expansão, o que Greenblatt classifica como imperialismo cristão, viabilizado pela instituição do padroado régio (GREENBLATT, 1996: 96-97). No

caso de Portugal, a religião foi mesmo um dos motores da expansão (THOMAZ, 1994). Para as Coroas portuguesa e espanhola, era necessário conciliar suas necessidades econômicas e a ganância dos colonos com as questões teológicas e morais, uma vez que o que concedia legitimidade à posse dos territórios americanos era o compromisso com a evangelização dos pagãos.⁴

A realização da posse e a utilização dos indígenas capturados

A fonte principal dos indígenas que foram levados para a Europa foram os conflitos ocorridos desde o primeiro momento, nos quais eram feitos prisioneiros de ambos os lados, europeu e ameríndio. Mas a violência não era necessária para que o ritual da vitória, expresso pelo transporte dos nativos, se consumasse. Como a *Relação* de Binot Paulmier de Gonneville apresenta, houve casos em que a viagem em direção à Europa foi um desejo do indígena. A expedição de Gonneville, realizada entre 1503 e 1505, alcançou a costa brasileira na região do atual Estado de Santa Catarina e entrou em contato com os índios carijós. Ao que tudo indica o contato foi muito pacífico e pode-se perceber que a ideia de levar nativos das

⁴ Houve uma preocupação real das Coroas ibéricas com a causa indígena, apesar disto não ter tido eficácia junto aos colonos. No entanto, mesmo que não tivesse efeito prático, esta preocupação não pode ser descartada, ou encarada como um cinismo dos reis ibéricos.

novas terras era um costume já estabelecido, conforme lê-se no relato:

“porque é costume daqueles que chegam às novas terras das Índias levarem delas à Cristandade alguns índios, tanto se fez, com tal gentileza, que o dito chefe Arosca consentiu que um de seus jovens, o qual se dava bem com os do navio, viesse à Cristandade, já que se prometia ao pai e ao filho trazê-lo de volta dentro de vinte luas ao mais tardar; pois assim eles contavam os meses.” (PERRONE-MOISÉS, 1992: 24)

Um aspecto importante pode ser ressaltado na história de Essomericq, o carijó levado para a França, e colocado em contraposição a outros documentos. Conforme aponta Leyla Perrone-Mosés, na análise da *Relação* de Gonneville, a etnia de Essomericq explicaria porque ele e seu pai estavam convencidos da conveniência da viagem. Os grupos guaranis, ou guaranizados, como eram os carijós, centravam sua cultura na busca da “terra sem mal” e assim a viagem era algo para o qual estavam pré-dispostos (PERRONE-MOISÉS, 1992: 161).

Como já afirmado, e demonstrado por esta característica dos indígenas carijós, os grupos em contato possuíam especificidades que devem ser levadas em consideração. Existem elementos substanciais que nos permitem colocar europeus e indígenas em contraposição, porém sempre se deve ponderar suas diferenças internas. Além disso,

as posições que esses grupos assumem nos conflitos não foram fixas. Dessa forma, nesta pesquisa, “o que se quer enfatizar é a alternância nessas categorias e a forma como as práticas que envolvem a comemoração da vitória, a punição dos que são vencidos ou a apropriação de elementos dos grupos subjugados se sucedem” (DORÉ, 2009: 201).

A viagem consentida de Essomericq foi uma vitória para os franceses ansiosos por levar naturais da terra à Cristandade ou para os índios? Estes foram convencidos pelos europeus de que aos que fossem com eles “ensinariam a artilharia; o que eles desejavam intensamente, para poderem dominar seus inimigos: como também a fazer espelhos, facas, machados e tudo o que viam e admiravam dos cristãos; o que era prometer-lhes tanto como prometer a um cristão ouro, prata e pedrarias, ou ensinar-lhe a pedra filosofal” (PERRONE-MOISÉS, 1992: 24). Estas razões, aliadas às religiosas, indicam que algumas dessas viagens podem mesmo ter sido motivadas pelos interesses indígenas despertados no encontro com os europeus.

Porém, é preciso considerar quem produziu o documento em questão: a *Relação* foi apresentada por Gonneville no retorno dos navios franceses a Rouen, “conforme requerido pela gente do Rei” (PERRONE-MOISÉS, 1992: 15). Assim os interesses indígenas pelas maravilhas européias podem ser fruto da própria presunção

européia de que possuíam tudo aquilo de mais interessante e necessário à vida e, que era natural aos carijós, de tudo desprovidos, que se interessassem por isso. Dessa forma, até mesmo o discurso que traduz o desejo indígena pode se referir ao orgulho europeu que se expressava ante o encontro com os americanos.

Em *Writing captivity in the Early Modern Atlantic*, Lisa Voigt aponta que os relatos de europeus cativos em outros continentes concediam a seus autores privilégios e autoridade quando retornavam a sua terra natal. Isso ocorria em razão do desejo de obter testemunhos oculares das novas terras para estender o domínio territorial e comercial nestes locais (VOIGT, 2009: 1). No entanto, quanto aos índios que são o objeto desta pesquisa, não existem relatos. Poucos são os documentos que apresentam a voz do indígena e os que o fazem a apresentam de forma filtrada. Porém, se não deixaram relatos, os indígenas eram os próprios relatos. Seus corpos e sua língua eram a expressão da diferença cultural e do exotismo do Novo Mundo.

Ao encontrar-se com alguns indígenas brasileiros levados para a cidade de Rouen, o famoso filósofo Montaigne pôde investigar as percepções que tiveram da França. De acordo com Montaigne o diálogo, embora longo, foi dificultado por seu intérprete. O filósofo

conta que alguém perguntou aos nativos o que pensavam da cidade e eles responderam:

“que lhes parecia estranho tão grande número de homens de alta estatura e barba na cara, robustos e armados e que se achavam junto do rei (provavelmente se referiam aos suíços da guarda) se sujeitassem em obedecer a uma criança e que fora mais natural se escolhessem um deles para o comando. Em segundo lugar, observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis mendiga às portas dos outros (...); e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais.” (MONTAIGNE, 1994: 103)

Na verdade, ainda que os índios tenham mesmo feito tais observações, elas tem um lugar muito bem definido no pensamento de Montaigne: a crítica do filósofo a sua própria sociedade. Por essa razão, ele lamenta que os indígenas tenham se deixado “tentar pela novidade” e trocado sua terra e seu povo pela Europa.

A história de Essomericq difere, portanto da de outros índios encontrados na Europa, colocando em questão os interesses indígenas nestas viagens. Na maioria dos documentos este interesse não é expresso, deixando implícita a possibilidade de que foram tomados à força. No entanto, em outros momentos o próprio interesse indígena foi gerado por um ato de violência, como fica

explícito no Diário de Colombo. Em 12 de novembro de 1492, Colombo decide “tomar algunas personas” e levá-las à Espanha com o objetivo de que aprendessem o espanhol para que quando voltassem pudessem ser “lenguas de los cristianos” (COLOMBO, 1947: 59). Até este momento já haviam sido aprisionados alguns índios, e desta vez são trazidas sete mulheres e três crianças. Posteriormente, o navegador escreve: “Esta noche vino a bordo en una almadía el marido de una de estas mujeres y padre de tres hijos, un macho y dos fembras, y dijo que yo le dejase venir con ellos, y a mí me aplogó mucho, y quedan agora todos consolados con el que deben todos ser parientes, y él es ya hombre de cuarenta y cinco años” (COLOMBO, 1947: 60-61).

Através dos documentos aqui utilizados podemos perceber uma certa recorrência quanto às formas através das quais a posse sobre esses seres humanos se realizava: o batismo, a troca das vestes nativas pelas européias e a aprendizagem das línguas dos conquistadores. O cancelamento das identidades indígenas e sua substituição através do batismo foi um processo que ocorreu tanto com os novos territórios, e a natureza diversa que eles encerravam, como com os indígenas aprisionados por europeus. Na *História de la Conquista de la Nueva España*, de Bernal Díaz de Castillo são descritos diversos confrontos com os povos nativos que rendem

cativos, que são batizados e passam a seguir viagem com os espanhóis. O autor não se preocupa em registrar os nomes originais de Júlian e Melchor, os nativos aprisionados no conflito com os espanhóis no Yucatán e batizados (CASTILLO, 1960: 6).

O próprio Essomericq não deixou de ser batizado. Durante a viagem à França, ele e o outro carijó que o acompanhou na travessia do Atlântico adoeceram gravemente, e nesta situação os demais embarcados no navio discutiram sobre a possibilidade ou não do batismo. Segundo a *Relação*, foi proposto que não batizassem os indígenas, pois estes não poderiam entender o sacramento que lhes era administrado. O companheiro de Essomericq faleceu e este acontecimento fez com que os franceses chegassem à conclusão de que era melhor batizá-lo, pois antes receber o batismo sem entendê-lo do que ser condenado eternamente em caso de morte (PERRONE-MOISÉS, 1992: 90). Neste caso se questiona a percepção do indígena quanto ao sacramento que lhe é imposto, já na *História* de Bernal Díaz não há sinal deste questionamento.

O batismo pode ser tomado como o primeiro passo da posse. Com ele coloca-se em marcha todo um processo: a cristianização. Esta, por sua vez, transcendia os limites do religioso, pois portava consigo a própria civilização. Isto independia da fé do conquistador,

pois se para católicos os protestantes eram bárbaros e vice-versa, cada um acreditava no potencial civilizatório de sua religião.

Logo após o batismo era comum que os nativos recebessem roupas à moda européia. Dessa forma, um verniz de civilização cobria o indígena. Os europeus atribuíam um poder de transformação às roupas, como se estas pudessem realmente transformar a identidade nativa, assim como muitas vezes se percebe que o batismo era tido como um ato que por si mesmo convertia os batizados à nova fé.

O que aconteceu com o índio Melchor apresenta um quadro do que significavam as novas vestimentas para os que eram forçados a usá-las e o espanto europeu quando estas eram negadas. Aproveitando-se de um descuido espanhol, Melchor “foi-se com o povo de Tobasco e sucedeu que um dia antes deixou as roupas espanholas que lhe tinham sido dadas suspensas no bosque das palmeiras” (CASTILLO, 1960: 74).

Uma das grandes motivações para o rapto dos índios foi a necessidade de encontrar intérpretes. Inicialmente a comunicação se deu através de gestos e sinais e, no relato desses diálogos, fica patente que esta comunicação era extremamente defeituosa. Porém, na maioria das vezes os indígenas sempre dizem aquilo que os europeus esperam ouvir. Nos diários de Colombo, os diálogos e as

falas indígenas não passam de suposições criadas a partir de gestos e a partir desses “diálogos” o navegador chega a grandes conclusões. Em um trecho do Diário da Primeira Viagem refere-se aos habitantes das terras a que chegou:

“Ellos deben ser buenos servidores y de buen ingenio, que veo que muy presto dicen todo lo queles decía, y creo que ligeramente se harían cristianos; que me pareció que ninguna secta tenían. Yo, placiendo a Nuestro Señor, llevaré de aquí al tiempo de mi partida seis a V. A. para que deprendan hablar.” (COLOMBO, 1947: 33)

Obviamente, os índios sabiam falar, ainda que não fosse a mesma língua de Colombo. A primeira idéia foi a de fazer com que os nativos aprendessem a língua espanhola, e não o contrário. Já nos *Diários* de Colombo, e confirmado em documentos posteriores, fica claro que o problema linguístico criado então não podia ser resolvido de outra forma que não utilizando intérpretes. Assim, a aprendizagem das línguas européias completava a transformação do indígena e a posse.

Uma vez tomada a posse é preciso se perguntar qual a utilização dada a esses seres humanos. Na América, sem os intérpretes a conquista teria sido impossível, embora saibamos que os serviços prestados pelos indígenas foram além da simples tradução. Uma vez transportados para a Europa os indígenas serviram a outros

fins, que podemos classificar em duas categorias: o serviço e a exibição. Sem que um excluísse o outro, esses foram os destinos mais frequentes desses nativos, ainda que seja preciso afirmar que existem algumas trajetórias individuais que complexificam esse panorama, como é o caso de Essomericq.

No caso de Rouen, já apontado, os indígenas foram “importados do país” para exibição. Juntamente com os nativos foram trazidos diversos tipos de animais e também foram dispostas no cenário diversas árvores imitando as existentes no Brasil. Buscou-se deixar o cenário e a encenação o mais próximos da realidade e por fim o autor afirma que vários franceses que já haviam estado no Brasil “atestaram de boa fé que o efeito da figuração procedente era o simulacro certo da verdade” (DENIS, 1944: 22).

De acordo com Perrone-Moisés, na França, em meados do século, “ter índios brasileiros em casa, como valetes, era uma moda já transformada em hábito” (PERRONE-MOISÉS, 1992: 168). O otimismo da autora até o presente momento não se justifica através dos documentos, porém pode-se perceber que existia o envio de indígenas para prestarem serviços na Europa. Nas cartas-forais dadas pela Coroa Portuguesa aos capitães donatários, por exemplo, como já comentado, era estabelecido um limite para a exportação de nativos. Segundo o documento, o capitão tem direito a “resgatar escravos em

número indeterminado, podendo enviar a cada ano 39 para Lisboa (e não para outra parte) e dispor deles livremente, sem pagar imposto algum; e além daqueles quanto mais houver para marinheiros e grumetes de seus navios” (CASTRO, 1968: 47).⁵

Como pode-se perceber, no caso de Colombo, não foi necessária nenhuma ordem ou regulamentação da Coroa para que o navegador se sentisse autorizado a levar indígenas para a Espanha. As capturas foram motivadas principalmente pela busca de intérpretes, comportamento que se tornou rotineiro nas expedições espanholas que se seguiram. Porém, mesmo antes de atravessarem o oceano os nativos são utilizados prestando informações e como guias em terra.

Conclusões

Como este trabalho procurou esclarecer, a posse européia da América estendeu-se a seus habitantes e isto se manifestou através do embarque destes para o Velho Mundo. Embora esparsos no tempo e no espaço estes embarques foram freqüentes, como verifica-se através da leitura dos documentos aqui apresentados. O que se coloca em questão quanto a estas transferências indígenas é o cativo

⁵ Afonso Arinos se refere as cartas-forais, e aponta uma quantidade menor de indígenas a serem levados. No entanto, não é possível saber se o autor se refere a esse documento aqui utilizado especificamente.

iniciado a partir do primeiro contato e a utilização destes seres humanos, aprisionados não só fisicamente como também simbolicamente, uma vez que, por metonímia, o aprisionamento de um indígena simbolizaria a posse de todo o seu grupo.

Mesmo diante de casos como o do carijó Essomericq, que embarcou por vontade própria, é necessário ponderar que seu interesse não anula o interesse francês. Batizado no navio, recebeu o nome do capitão Gonneville e ao que tudo indica passou a ser tratado como um filho. Posteriormente, ele se casou e constituiu uma família. Para os olhos europeus, Essomericq atravessou a fronteira que separava seu grupo dos europeus, passando a viver como um cristão civilizado. Porém algumas questões são suscitadas por essa história. Em primeiro lugar, Essomericq deveria retornar em vinte luas, e não o fez. Segundo a pesquisa realizada por Perrone-Moisés, ele nunca mais pisou em terras brasileiras. Porque não houve o retorno? Teria sido porque Essomericq não quis, ou não teve condições? E Gonneville, que havia feito a promessa tanto ao pai quanto ao filho, porque não a cumpriu? Os documentos apresentados aqui não permitem responder a essas questões, mas elas não deixam de ser oportunas para o alcance dos objetivos deste trabalho. Mesmo motivada por razões religiosas dos carijós que, por isso, estavam pré-

dispostos para a viagem, esta só foi permitida porque houve a promessa do retorno.

Não se pretende aqui escrever uma história, na qual os indígenas americanos se submeteram sem reação, assistindo passivos a todas as ações européias em seu meio. A história do índio carijó nos leva a refletir que, fossem suas motivações as religiosas, ou fomentadas pelo interesse em aprender coisas úteis a seu povo, ele usou a viagem a seu favor. No entanto, isso não anula o fato de que aqueles que o levaram também fizeram o mesmo e como situações semelhantes a de Essomericq foram pouco documentadas, ou poucos foram os vestígios que nos sobraram, pode-se acreditar que essas travessias atlânticas indígenas foram muito mais uma expressão das vontades européias de possuir.

Fontes

Carta – foral. In: CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

CASTILLO, Bernal Diaz del. *Historia de la Conquista de la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1960.

COLOMBO, Cristovão. *Los cuatro viajes del Almirante y su testamento*. Buenos Aires: Espasa – Calpe Argentina, 1947.

MASSELIN, Robert e GORD, Jean du. “Suntuosa Entrada”. In: DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944

MONTAIGNE, Michel de. “Dos Canibais”. In: *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1994.

Relação da viagem do Capitão de Gonneville às Novas Terras das Índias. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville o Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Bibliografia

BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org). “O índio brasileiro na Europa”. In: *O Brasil dos viajantes. O imaginário do Novo Mundo*. Vol. 1. São Paulo: Fundação Odebrecht/ Edição Metalivros, 1994.

DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

DORÉ, Andréa. “Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII”. In: VAINFAS, Ronaldo e MONTEIRO, Rodrigo B. (orgs.). *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 195-216.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Viagens de índios brasileiros à Europa”. In: *O índio brasileiro e a Revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

GREENBLATT, S. *Possessões Maravilhosas. O Deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 1996.

HANSEN, João Adolfo. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. MINC Funarte/ Cia. Das Letras, 1998.

LESTRINGANT, F. “O Brasil de Montaigne”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2006, v. 49, n.º 2. Acesso em www.scielo.br, em 09 de fevereiro de 2010.

MONTEIRO, John Manuel. “As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência”. In: DIAS, Jill (org.). *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville o Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAMA, Angel. “A cidade ordenada”. In: _____. *A cidade das letras*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

THOMAZ, Luís Filipe. “Expansão portuguesa e expansão européia – reflexões em torno dos Descobrimentos”. In: *De Ceuta a Timor*. Difel, 1994.

A Propaganda da AIB e suas Aproximações com a Propaganda Nazista

*Edson José Perosa Junior*¹

Resumo: Muito se foi discutido sobre o caráter fascista da AIB e atualmente existe um quase consenso de que o Integralismo foi, de fato, um movimento do gênero fascista. Partindo desse pressuposto, defendido por Héglio Trindade (entre outros autores), podemos estabelecer várias semelhanças entre os métodos, técnicas e temas da propaganda nazista e integralista e de como a primeira pode ter influenciado a segunda. Analisando a “Revista Ilustrada Anauê” é perceptível que os temas ali abordados estabelecem muitas relações com os temas apresentados em pôsteres e jornais da Alemanha nazista (disponíveis no *German Propaganda Archive*). Não pretendemos aqui uma simplificação e aproximação grosseira entre a propaganda nacional-socialista e a integralista, mas apenas ressaltar como ambas apresentam elementos em comum, que é um reflexo do caráter fascista da AIB, levando em conta as diferenças de contexto desses dois movimentos.

Palavras-chave: Revista Anauê, Plínio Salgado, Joseph Goebbels, Anticomunismo, Fascismo.

A AIB em seu Contexto

Os Anos 1920 e 1930 foram um período conturbado da história brasileira, onde o país passou por várias transformações

¹ Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação de João Fábio Bertonha.

políticas, culturais e econômicas. Com a crise de 1929 o modelo agrário-exportador começa a entrar em crise e tem-se início a efetiva industrialização brasileira. Juntamente com o processo de industrialização iniciado nesse período, eclodem as lutas sociais. A Revolução de 1930 põe um fim na Primeira República e inicia-se a era Vargas. É nesse contexto que surge a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932 (TRINDADE, 1979, p. 8).

A figura central no integralismo é a de Plínio Salgado, que participou da Semana de Arte Moderna em 1922 e incorporou muito dos pensamentos daquela década na formulação de suas próprias idéias. A participação de Salgado na Semana de Arte Moderna foi modesta, todavia foi de grande importância para ele, pois reforçou algumas de suas idéias. Plínio Salgado fez parte do movimento cultural decorrente da Semana de Arte Moderna que ficou conhecido como Grupo Anta, que tinha por característica o ufanismo e a exaltação do país. Também faziam parte desse grupo Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, o grupo tinha o nome de anta, pois havia escolhido o animal homônimo como seu símbolo, que para eles tinha uma função mística na cultura tupi. Esse grupo tinha uma orientação política claramente de direita.

Mais importante do que a sua experiência nos partidos políticos (Salgado fez parte do Partido Republicano Paulista) foi a

influência da revolução literária sobre a evolução ideológica de suas concepções (TRINDADE, 1979, p. 42). Plínio Salgado sempre foi muito marcado pela religiosidade e pelo nacionalismo desde sua infância no interior de São Paulo. Em 1930 se desligou do PRP e partiu em uma viagem à Europa, que foi de fundamental importância para o aprimoramento de seu pensamento:

A viagem à Europa deu a Plínio Salgado a oportunidade de meditar sobre a sua obra e sobre a política brasileira e de ler boa parte da literatura política que circulava no velho mundo naquele momento. Mais importante, porém, foi a sua passagem pela Itália, onde conheceu de perto o Fascismo, que o maravilhou e o estimulou a pensar na criação de algo semelhante no Brasil. (BERTONHA, 2006, p. 61)

Assim podemos perceber como na sua evolução ideológica Plínio Salgado recebeu influência do Fascismo Italiano e do Movimento Modernista (vale lembrar que a semana de 1922 expressou diversas tendências e que a de Plínio Salgado é apenas uma delas). No cerne da ideologia integralista estava a ideia de “revolução do espírito”, que seria uma “revolução interior” no povo brasileiro que iria anunciar uma nova era. O integralismo se apresentava fundamentalmente como um movimento de cultura, que era contra o sistema político vigente no país e contra o partidarismo,

daí a aversão da AIB de se mostrar como um partido político (CAVALARI, 1999, p. 41).

Em 1932 muitos dos temas dominantes da ideologia integralista já estão presentes, ainda que de forma genérica e até mesmo imprecisa. O antiliberalismo e o nacionalismo já se encontram ostensivamente presentes nesse período, enquanto a organização do Estado permanece muito vaga ainda. A concepção de um humanismo espiritualista é a principal baliza do pensamento integralista, que se define em sua contraposição ao materialismo comunista e burguês (TRINDADE, 1979, p. 86).

O integralismo considera de fundamental importância a obediência e a disciplina, condição *sine qua non* para a obtenção da ordem espiritual e moral. Na AIB era exigido de seus membros um juramento de fidelidade e obediência ao integralismo e ao Chefe Nacional, Plínio Salgado (CAVALARI, 1999, p. 52). Os integralistas eram instruídos a nunca contestar as ordens de um superior e jamais comentar as decisões do Chefe Nacional, do militante esperava-se apenas que seguisse à risca das diretrizes e ordem. Nesse ponto é muito clara a proximidade do integralismo com outros movimentos fascistas e autoritários em geral. Hitler exigia de seus seguidores apenas a obediência absoluta e clamava autoridade absoluta sobre o partido. Foram nesses termos de autoritarismo e obediência cega ao

Führer que o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães foi refundado em 27 de fevereiro de 1925, depois de um período de marginalidade política (BYTWERK, 2008, p. 15).

Como já foi dito anteriormente os anos 1930 é um período intensamente agitado na política e na sociedade brasileira, pois o país passa por importantes transformações. O clima é de tensão e polarização política entre grupos de extrema esquerda e de extrema direita, assim como ocorreu em outras partes do mundo no mesmo período. A democracia liberal e suas instituições estão sendo contestadas em várias partes do mundo. O fascismo e o comunismo apresentam-se como alternativas ao sistema liberal ainda vigente:

A influência da expansão das idéias fascistas européias faz da década de 30 no Brasil um período de ascensão de idéias radicais de direita. Este fato se constata pela presença nas livrarias de uma abundante literatura sobre o fascismo italiano e o novo Estado português. A publicação, neste período, de uma série de livros analisando a situação política brasileira numa perspectiva antiliberal, bem como o aparecimento de várias revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista ou corporativista, comprovam a receptividade das idéias autoritárias na década de 1930. A importância desses grupos é desigual e sua ação revela uma predisposição influenciar ideologicamente o Governo Provisório. Mais tarde, a maior parte desses grupos políticos ou intelectuais vai se amalgamar na Ação Integralista Brasileira. (TRINDADE, 1979, p. 97)

Destarte, o integralismo foi uma força aglutinadora das tendências de extrema direita no Brasil dos anos 1930. Entre 1932 e 1933 o integralismo vagarosamente foi se organizando e consolidando no cenário político brasileiro e somente em 1934 ganhou corpo e uma maior força política (BERTONHA, 2006, p. 61). A propaganda ocupa, no integralismo, uma posição de suma importância, pois era o meio pelo qual o movimento arregimentava novos militantes e mantinha a coesão dos já integrados ao movimento. Especificamente a palavra impressa (livros, jornais e revistas) era o principal interlocutor entre a doutrina integralista e o militante (CAVALARI, 1999, p. 79). Não obstante, a propaganda integralista compartilhou muitos temas e métodos com a propaganda nazista, o que demonstra o caráter fascista da AIB e suas ligações com os fascismos europeus. Todavia isso não significa que o integralismo era um mimetismo dos fascismos da Europa, especificamente o italiano e o alemão.

A Revista Ilustrada Anauê

Em janeiro de 1935 foi publicada pela primeira vez a Revista Ilustrada Anauê. Foi uma publicação mensal que teve o total de 21 edições, sendo a última publicada em 1937. A Revista era vendida e circulava tanto entre os membros da AIB, quanto entre o

público em geral; era uma Revista que visava conquistar adeptos para o integralismo, por isso se utilizava de uma linguagem e um formato atraente para o grande público, publicando várias imagens. A primeira edição apresentava-se “com o objetivo de divulgar, em linguagem acessível a todos, a doutrina integralista” (ANAUÊ, n. I). Desta forma, a revista colimava atingir a todos os militantes, por mais básica que fosse sua instrução, e como forma de divulgar a doutrina do sigma. Já podemos perceber aqui uma semelhança clara com os métodos de propaganda nazista:

Hitler considerava que a propaganda sempre deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. “As grandes massas”, dizia ele, “têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta, uma memória fraca”. Por isso mesmo, a propaganda deveria restringir-se a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente. Se eram muitos os inimigos a serem atacados, para não dispersar o ódio das massas seria preciso mostrar que eles pertenciam a mesma categoria, não ficando assim individualizado o adversário. (LENHARO, 1986, p. 47-48)

Nesse sentido a propaganda da AIB foi muito próxima dessa premissa da propaganda nazista, tanto apregoada por Goebbels e Hitler. Não obstante, os símbolos desses movimentos (a suástica, o sigma), são também “imagens”, pois visam reduzir os conceitos e

problemáticas e dessa forma conduzindo os militantes para a ação (BERTONHA, 2008, p. 259). Portanto tanto o integralismo quanto o nazismo, apelavam para a ação efetiva dos militantes, prescindindo da reflexão sobre suas ações. Os militantes deveriam apenas obedecer e agir segundo as intenções do líder supremo e a propaganda que era apregoada pelo nazismo e o integralismo objetivavam induzir os militantes nesse sentido.

A especificidade da Revista Anauê é que foi uma revista que se utilizava abundantemente de fotografias, diferentemente da maioria dos outros periódicos integralistas. As imagens eram utilizadas para atestar a realidade e a grandeza do movimento integralista. As fotografias eram recursos de linguagem, pois apelavam diretamente na doutrinação dos brasileiros “semi-analfabetos”, ou seja, os menos instruídos que não liam os livros da doutrina integralista (BULHÕES, 2007, p. 55). Assim a ideologia do movimento deveria ser simplificada para que os brasileiros menos “cultos” pudessem compreender o integralismo e serem cooptados por ele.

Compreendia-se muito bem do poder de convencimento que uma fotografia poderia ter, já que ela era e é tida por muitos como um retrato fiel da realidade. Logo se tornava essencial para a propaganda política o uso de fotografias devido ao seu poder de

convencimento inerente. Na revista *Anauê* se utilizavam as fotografias para atestar a realidade e concretude do movimento e comprovar como esse era genuinamente brasileiro – isso se fazia principalmente através das imagens de comícios e marchas nas mais diversas cidades brasileiras (BULHÕES, 2007, p. 55). Pode-se notar também que o uso das fotografias na revista vai se aprimorando tecnicamente ao longo dos anos de sua existência, já que a disposição das fotografias na revista se modifica ao longo de suas edições. Como podemos notar por essa fotografia da Revista, em que mostra jovens enfileirados e ao lado uma citação de Plínio Salgado, como que para atestar a sincronia entre os militantes e o líder:



(ANAUÊ, n. VII de 10/05/1936).

A fotografia era usada também como uma arma política contra os inimigos da AIB. Por meio da fotografia a Revista Anauê construía e divulgava a imagem de seus inimigos e qualificavam seus adversários como sendo perigosos, sujos, traiçoeiros, covardes, etc. Todavia eles não eram apresentados como sendo seus adversários políticos, era mais comum ver os inimigos da AIB definidos como “inimigos da pátria” ou “inimigos da Igreja”. Os ditos inimigos eram por vezes demonstrados de maneira caricatural, fazendo alusões a determinados animais ou insetos, geralmente para enfatizar a repugnância dos judeus ou dos comunistas (BULHÕES, 2007, p. 99 e 100). A Revista atacava veementemente aquilo que considerava como inimigos da pátria e utiliza-se de uma linguagem simples, tentando deixar da forma mais clara e simples possível para o leitor quem estava atacando.

Era muito comum a Revista Anauê trazer em suas edições fotos de desfiles da AIB nas mais diversas cidades do país, como na edição número um, em que são apresentadas fotos de um desfile integralista em Curitiba no Paraná, onde se vê as fileiras integralistas perfeitamente alinhadas e uniformizadas demonstrando a unidade e a força do movimento. Destarte, essas fotografias transmitiam uma idéia muito clara na ideologia do integralismo, que era a noção de unidade, irmandade e igualdade entre os integralistas. Pela foto

abaixo podemos perceber como a AIB tencionava transmitir a imagem de igualdade e confraternização entre os seus integrantes, além de demonstrar como o Integralismo estava preocupado com a educação de suas crianças:



(ANAUÊ, n. I de 01/01/1935).

As doutrinas essenciais aos movimentos fascistas eram muito presentes na Revista Anauê, que pretendia combater o liberalismo, a democracia, o comunismo, dentro outros inimigos. Dessa forma o integralismo – e o fascismo em geral – se apresentava como alternativa para a sociedade brasileira em crise do período:

Uma das alternativas encontradas para resolver tais dilemas foi o apelo às soluções nacional-corporativistas: o fascismo. Ele foi, em geral, uma doutrina radical e nova, mas seus fundamentos básicos – nacionalismo, racismo, corporativismo – estavam presentes na cultura européia e no capitalismo a muito tempo. A doutrina fascista foi a reelaboração dessas velhas tradições políticas e sociais de forma a dar conta dos novos problemas e condições da prática política do século XX. Os pensadores fascistas objetivavam criar um novo homem em uma nova sociedade, expurgada do liberalismo, da decadência burguesa e do perigo do materialismo marxista; uma sociedade sem divisões, coesa e solidária. (BERTONHA, 2008, p. 264)

Esse discurso estava no cerne da propaganda integralista da mesma forma que estavam presentes na propaganda nazista, resguardadas as devidas nuances. Na Revista Anauê de número três, a simpatia de, pelo menos, parte do movimento pelo nazismo se explicita em um artigo intitulado “raça e política” onde o autor enaltece a “nova Alemanha” pela sua política racial já que “a aversão contra a idéia racista só se explica pela hábil e sistemática difamação que especialmente interessados promoveram contras as concepções racistas e, visando, sobretudo as da nova Alemanha” (ANAUÊ, n. III).

Outro tema freqüente da revista era o anticomunismo, que era um dos pilares da doutrina integralista. A Revista Anauê de número onze apresenta os “dez mandamentos dos comunistas”,

neles os comunistas são descritos como ateus, ladrões, malfeitores que querem destruir a família, o cristianismo e tudo que há de “bom” no mundo. Os mandamentos são: “Odiar o Senhor, vosso Deus; amaldiçoar vosso Deus e Senhor; desprezar o dia do Senhor; desprezar pai e mãe; matar; impureza; furtar; mentir; desejar a mulher do próximo; preparar a revolução universal” (ANAUÊ, n. XI). Concomitantemente a revista chamava a atenção para o “perigo vermelho” e a necessidade de combater o comunismo no Brasil e no mundo.

Da mesma forma que no nazismo, a propaganda integralista soube explorar o medo de uma “revolução bolchevique”, que desde a Revolução Russa assustava e alarmava as elites brasileiras. A propaganda nazista intensificou sua campanha antimarxista a partir de 1936, mirando na paranóia anticomunista já bem enraizada em setores da sociedade alemã da época (WELCH, 2002, p. 83). Dessa forma, a propaganda, seja nazista ou integralista, foi direcionada para explorar e exacerbar temores já existentes na sociedade.

Assim que os nazistas chegaram ao poder em 1933 houve intenso esforço para controlar os meios de comunicação. O controle dos meios de comunicação não se deu do dia para a noite, foi preciso certo tempo para que Goebbels e o recém criado Ministério da Propaganda, efetivamente, controlassem a maior parte dos meios de

comunicação na Alemanha (WELCH, 2002, p. 37). A propaganda, diferentemente do que o senso comum imagina, raramente cria um estado de espírito novo na opinião pública, o que ela faz é, geralmente, explorar as tendências já presentes na opinião pública de forma que lhe melhor interessa. É importante destacar a importância da opinião pública nas formulações de propagandas que objetivavam e expressavam temas correntes e aceitos por grande parte da população e não analisar apenas o aspecto organizativo da propaganda nazista ou integralista, mas a reação da opinião pública a propaganda. A propaganda não era pensada no vazio, se tinha em mente quais eram os principais anseios e frustrações presentes na população em geral e se imaginavam meios engenhosos de explorar esses anseios e frustrações (WELCH, 2002, p. 59).

O integralismo pretendia fazer-se presente em todos os momentos da vida de seus militantes, mesmo nos mais íntimos. Apenas assim os membros da AIB estariam plenamente direcionados na doutrina do sigma, dessa maneira o integralismo colimava manter a coesão e a camaradagem entre todos os membros do movimento, através dos mais variados rituais e cerimônias:

Os rituais eram ainda mais preciosos para o integralismo. Eles celebravam a força e o poder do movimento e transmitiam a seus adeptos a ideologia integralista. Para esse fim, toda a ocasião era

aproveitada: casamentos, batizados, funerais. A Ação Integralista Brasileira tinha minuciosos rituais para cada ocasião e também para as reuniões em suas sedes e para o encontro com os líderes (BERTONHA, 2006, p. 67)

Portanto os símbolos e rituais tinham um papel primordial a ser desempenhado dentro do universo integralista e fascista em geral. A tendência era usar símbolos e indumentárias como forma de conduzir e inspirar as massas para um fim determinado. As sessões doutrinárias da AIB eram repletas desses símbolos e rituais que expressavam a ideologia do movimento. Essas exterioridades são a forma mais óbvia e fácil de identificar os movimentos fascistas como sendo pertencentes de uma mesma família, pois todos os fascismos se utilizaram de rituais, símbolos e indumentárias em larga escala:

Os símbolos e ritos, estratégias de padronização e unificação do integralismo, responsáveis por criar, junto aos militantes, a “mística” do movimento, constituíam-se também em eficiente estratégia de arregimentação de novos adeptos. Desempenhavam, portanto, no interior da AIB, uma dupla função: unificavam e arregimentavam. (CAVALARI, 1999, p. 163-164)

Ao longo da existência da Revista Anauê, a utilização de fotografias e de fotomontagens vai aumentando e aprimorando-se cada vez mais, demonstrando que a revista coadunava-se com as

inovações técnicas dessa área. As fotografias passam a dominar a revista e diminui-se o uso de letras manuscritas, passando-se a usar mais frequentemente letras de imprensa. O crescimento do movimento explica em grande parte essa evolução gráfica da revista, pois o movimento passa a cooptar vários jornalistas, inclusive jornalistas renomados da época. O aumento da arrecadação da AIB também favoreceu para esse aprimoramento da Revista Anauê (BULHÕES, 2007, p. 76-77).

Tal como no nacional-socialismo a AIB também tem a pretensão de criar, difundir e controlar as atividades artísticas e culturais da nação. Não se admitia que existissem atividades artísticas, opostas ou contraditórias, a mundividência integralista. Para isso a Ação Integralista Brasileira criou órgão e departamentos específicos para lidar e controlar a produção cultural (no caso o Departamento de Cultura Artística). Esse órgão era responsável para criar uma arte verdadeiramente nacional e inspirada na “genuína” cultura brasileira e que apresentasse e corporificasse o ideal da nação brasileira (TRINDADE, 1979, p. 186).

Conclusão: O Caráter Fascista da AIB

Os movimentos fascistas em geral, e o integralismo em particular, desejavam mudar as práticas mais prosaicas nas atividades

humanas, como substituir o aperto de mão burguês pela saudação fascista (antiga saudação romana, adotada, grosso modo da mesma forma, pelos mais diversos movimentos fascistas). Esses regimes e movimentos acreditavam assim poder modificar as formas de comportamento entre as pessoas, o que se mostrou, obviamente, um fracasso no sentido geral, ainda que conseguindo alguns sucessos localizados (FALASCA-ZAMPONI, 2008, p. 63-64).

A propaganda e a organização da AIB eram voltadas para propiciar a socialização político-ideológica dos militantes, futuros membros do Estado Integralista. Essa difusão doutrinária estabelecia uma série de mecanismos para a transmissão de valores, símbolos e comportamentos que deveriam ser a realização do futuro Estado Integralista. Principalmente deveria se criar o hábito da obediência aos desígnios do Chefe Nacional e o acatamento de suas ordens. A semelhança com o fascismo europeu é muito clara, pois o nazismo e o fascismo italiano tinham projetos muito semelhantes para seus povos, ainda que fosse um tanto diferente em seus conteúdos, o objetivo era basicamente o mesmo:

Os dirigentes integralistas, conscientes de importância dos “agentes socializadores”, desenvolvem-nos minuciosamente, inspirados nos movimentos fascistas europeus. A tarefa fundamental era criar o hábito da obediência aos chefes e a submissão às estruturas autoritárias. Portanto, não se tratava, como pretendia

alguns dirigentes integralistas, se simplesmente copiar “certas formas exteriores do fascismo”, mas de adotar os mecanismos básicos da formação totalitária fascista. (TRINDADE, 1979, p. 188).

Ainda assim não se pode reduzir o integralismo como sendo um mero mimetismo dos movimentos fascistas europeus. O integralismo é fruto da conjuntura política, econômica, social e cultural do Brasil dos anos 1930. Foi apenas nesse contexto de crise que o integralismo se tornou uma opção política viável para um número significativo de brasileiros. O integralismo não nasceu também da visão de um homem apenas, houve uma confluência de idéias autoritárias de extrema direita encabeçadas por diversas figuras públicas (TRINDADE, 1979, p. 277). Não se pode negligenciar, porém, o contexto externo marcado pela revolução russa e pela ascensão do fascismo na Europa, o Brasil, inevitavelmente, sofreu influência das mais diversas provenientes do exterior.

Ao analisar a propaganda integralista fica evidente a sua aproximação com o fascismo europeu em geral, e o nazismo em particular (ainda que a influência do fascismo italiano fosse provavelmente maior). Os temas e as técnicas utilizadas na propaganda integralista são evidentemente semelhantes às utilizadas

pelo nazismo, resguardadas a suas proporções distintas, já que o nazismo dispunha de todo o aparelho do Estado para elaborar e difundir a propaganda, assim a propaganda do partido era também a propaganda do Estado. Os formatos e as roupagens que a propaganda integralista assume são próximos da propaganda nazista, mas não deve ser essa a principal baliza de comparação e sim os objetivos políticos e ideológicos que esses dois fascismos propunham para suas respectivas sociedades, e aí também as semelhanças entre o integralismo e os fascismos europeus ficam patentes (BERTONHA, 2008, p. 262).

Portanto, a propaganda integralista apresenta diversas semelhanças com os métodos e temas utilizados pela propaganda nazista. Os integralistas, assim como os nazistas, tentaram utilizar todos os meios disponíveis para divulgar a sua propaganda (fazendo inclusive alguns filmes), todavia o nazismo dispunha, a partir de 1933, do aparato do Estado para propagandear a sua ideologia, enquanto o integralismo nunca chegou ao poder. O anticomunismo, o antiliberalismo, o anti-semitismo estão presentes nestes dois movimentos, resguardadas as suas devidas proporções (o anti-semitismo é, sem dúvida, imensamente mais importante no nazismo do que no integralismo). As nuances entre o nazismo e o integralismo também devem ser ressaltadas, já que no integralismo o

catolicismo tem uma maior influência e no nazismo é quase nulo, além de outras nuances ideológicas. Dessa maneira, ao analisarmos a propaganda integralista e nazista o pressuposto de que o integralismo é um fascismo é reforçado, já que são conspícuas as semelhanças entre esses dois movimentos e poucas as suas diferenças.

Referências Bibliográficas

BERTONHA, João Fábio. *Fascismo, Nazismo, Integralismo*. São Paulo: Ática, 2006.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a Direita*. Maringá: Eduem, 2008.

BYTWERK, Randall. *Landmark Speeches of National Socialism*. Texas: A&M University Press, 2008.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *Evidências Esmagadoras dos Seus Atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Niterói, Tese de Mestrado em História, UFF, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1989.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

FALASCA-ZAMPONI, Simonetta. Fascismo e Estética. In: *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 45-66.

WELCH, David. *The Third Reich: politics and propaganda*. Londres: Routledge, 2002.

Periódicos:

Revista Ilustrada Anauê (RJ)- Período Pesquisado: 1935- 1937

Estudos sobre a Historiografia da Arqueologia Maia

Eduardo Teixeira Akiyama

Resumo: O texto aqui apresentado é fruto de minha iniciação científica orientada pelos professores Doutores Pedro Paulo Abreu Funari e Alexandre Guida Navarro e financiada pela CNPq, edital nº 01/2007, que vigorou de 01/10/2009 a 31/07/2010. O que buscaremos abaixo é uma análise arqueológica sobre os maias. Partiremos do chamado “modelo tradicional” de análise desta civilização, em voga dos anos 1930 aos 1970, aproximadamente, e da revisão desse modelo, que se fez de então. Passaremos por importantes aspectos – como o urbanismo, a guerra, o governo como teocracia ou Estado laico e a religião – buscando compreender a construção de padrões e de modelos a partir dos escritos dos maiores expoentes dessas duas correntes arqueológicas. Ressalto que a pesquisa não teve o intuito de refutar nenhuma das obras, mas expor os méritos e as limitações dos diferentes períodos, tais quais as tecnologias, os métodos arqueológicos e até as ideologias que influenciaram cada pesquisador.

Palavras-chave: maias, povos pré-colombianos, arqueologia.

O Estudo da Historiografia

A arqueologia maia foi inaugurada com duas explorações realizadas entre os anos de 1839 e 1841 pelo diplomata e advogado norte-americano John Stephens e o arquiteto inglês Frederick Catherwood (NAVARRO, 2008). Da exploração dos dois

arqueólogos surgiram dois livros, respectivamente: *Incidents of Travel in Central América, Chiapas and Yucatán* (1841) e *Incidents of Travel in Yucatán* (1843), porém, por se encontrarem mergulhadas no imaginário e no contexto intelectual do século XIX, estas obras acabaram expressando uma natureza exótica da civilização maia através de desenhos artísticos e fantasiosos de templos e monumentos em geral.

A partir das possibilidades inauguradas pelos dois pioneiros, ao final do mesmo século, vários arqueólogos continuaram a se aventurar, a descrever e a delimitar novos sítios arqueológicos maias, tais como Alice e Augustus Le Plongeon, Desiré Charnay, Sylvanus G. Morley, Edward H. Thompson e Teobert Maler.

Após as primeiras expedições arqueológicas de Stephens e Catherwood e de seus seguidores, acima já citadas, inicia-se um novo seguimento de pesquisas: as grandes escavações realizadas por grandes empreendimentos de museus e universidades, o que proporcionou um maior rigor científico nas pesquisas. As primeiras escavações em grande escala foram realizadas pelo Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia da Universidade de Harvard entre 1892 e 1915, com aproximadamente vinte expedições nesse período, seguida pela Instituição Carnegie de Washington, em 1915 e muitas outras (THOMPSON, 1984: 52-3), tendo como consequência uma visão

mais ampla das estruturas dos sítios: templos, estelas (monumentos verticais de tamanhos variados que apresentavam registros escritos) e praças abertas.

Os resultados dessas escavações colaboraram para a elaboração dos primeiros trabalhos de síntese sobre Arqueologia maia, publicados entre os anos de 1900 e 1930, por pesquisadores como Hebert Spinden, Thomas Gann, Thomas Joyce, Sylvanus G. Morley e John Eric S. Thompson, os dois últimos são os maiores representantes do período com suas respectivas obras: *The Ancient Maya* e *The Rise and Fall of Maya Civilization*. Na opinião do revisionista Jeremy A. Sabloff, Thompson, Morley e seus colegas se impressionaram profundamente com os formidáveis feitos intelectuais e artísticos dos maias. Eles se dedicaram a documentar e a estudar os monumentos daquela civilização, principalmente as estelas, os grandes templos e os palácios encontrados as centenas pela Península de Yucatán. Assim se deixaram envolver por um ardente e fiel sentimento de amor e respeito por todas as coisas maias.

Sabloff sublinha ainda que, Thompson e Morley obtiveram enorme prestígio e influência por conseguirem sintetizar com grande sucesso suas próprias pesquisas e a de seus colegas, tornando seus

escritos predominantes e constituindo a base do que chamamos “modelo tradicional” dos antigos maias (SABLOFF, 1990: 22).

A formação desse modelo tradicional da arqueologia maia, acima referido por Sabloff, durou até meados do século XX, sendo o mais difundido nos livros didáticos, no ensino primário e fundamental. Este modelo apresentava a sociedade maia com uma descrição romântica, como percebemos nesse trecho de Thompson sobre os cultos maias:

(...) do mesmo modo em tempos antigo, se alguém chegava tarde a uma cerimônia, tinha que se esbarrar na multidão que, amontoada nas praças, presenciava atentamente os ritos que tinham lugar frente à entrada do templo, lá sobre a pirâmide. Fácil me pareceu ver em minha mente o sacerdote-astrônomo que, ansioso por comprovar suas teorias sobre a duração do ano solar, passava de uma a outra estela para ver que cálculos haviam registrado os colegas que o precederam no passado já distante (...) (THOMPSON, 1984: 22).¹

¹ O trecho citado foi traduzido por mim. A partir de agora todos os trechos traduzidos por minha iniciativa conterão a sigla T. L. A. (Tradução Livre do Autor). (...) *del mismo modo en tiempos antiguos, si alguien llegaba tarde a una ceremonia, tenía que meter el hombro en la multitud que, arremolinada en las plazas, presenciaba atentamente los ritos que tenían lugar frente a la entrada del templo, allá sobre la pirámide. Fácil me pareció ver en mi mente al sacerdote-astrónomo que, ansioso por comprobar sus teorías sobre la duración del año solar o del mes lunar, pasaba de una a otra estela para ver qué cálculos habían registrado los colegas que le precedieron en el pasado ya distante(....).*

Os tradicionalistas também idealizavam essa civilização como única, de feitos inigualáveis, ao mesmo tempo em que buscavam pontos comuns com outros povos totalmente distintos, por exemplo, na tentativa de Thompson em relacionar o pensamento maia ao dos antigos atenienses:

A filosofia dos maias pode, em seus termos gerais, se comparar com a dos atenienses, já que a chave para a vida dos primeiros foi a “moderação em todas as coisas”. A essa crença filosófica, entretanto, os maias adicionaram outros conceitos que são totalmente alheios ao pensamento ocidental. O tema supremo por excelência para os maias sempre foi o passo do tempo, é dizer, esse dilatado conceito do mistério da eternidade e a idéia, já mais estreita, da divisão do próprio tempo no que seriam suas equivalências dos séculos, anos, meses e dias. O ritmo do tempo, portanto, fascinou aos maias: o interminável fluxo dos dias deslizando-se da eternidade do futuro a essa eternidade do passado os maravilhava. Em seus textos hieroglíficos aparecem cálculos que chegam bem distante no passado; outros, em menor escala, são sondagens no futuro [...] (THOMPSON, 1984: 27)².

² T. L. A. No original: *La filosofía de los mayas puede, en sus términos generales, parangonarse con la de los atenienses, ya que la clave para la vida de los primeros fue la “moderación en todas las cosas”. A ese credo filosófico, empero, los mayas añadieron otros conceptos que son totalmente ajenos al pensamiento occidental. El tema supremo por excelencia para los mayas siempre fue el paso del tiempo, es decir, ese dilatado concepto del misterio de la eternidad y la idea, más estrecha ya, de la división del propio tiempo en lo que serían sus equivalencias de los siglos, los años, los meses y los días. El ritmo del tiempo, pues, fascinó a los mayas: el interminable flujo de los días deslizándose de la eternidad del futuro a esa otra eternidad del pasado los marabillaba. En sus textos jeroglíficos aparecen*

Um dos temas de discussão dos arqueólogos tradicionalistas era a origem da cultura maia e de outros povos da Mesoamérica, muitos acreditavam que os grupos humanos que cruzaram o estreito de Bering traziam consigo um mínimo de cultura, que os permitiu criar uma cultura nova. Porém, outros, ao comparar elementos culturais asiáticos semelhantes aos dos povos pré-colombianos, defendiam que esses grupos apenas recriaram seus valores no novo continente. Já Thompson defendia uma posição mediana entre esses dois pensamentos (THOMPSON, 1984: 65-6). Então para melhor compreender os avanços da cultura maia, os tradicionalistas dividiram a história maia em três períodos: pré-clássico ou formativo (1500 a.C. a 300 d.C.), clássico (300 d.C. a 900 d.C.) e pós-clássico (900 d.C. a 1520 d.C.).

O pré-clássico seria formado por pequenos grupos de camponeses, organizados em estruturas semelhantes a comunidades – que mais tarde teriam um papel fundamental no desenvolvimento das cidades – com arquitetura monumental incipiente. Todavia, Thompson acreditava que já no Formativo Tardio (500 a.C. a 100 d.C.) havia estratificação social, uma vez que no período se construía pequenos templos e outras pequenas obras e que a condição de

cálculos que llegan bastante lejos en el pasado; otros, en menor escala, son sondeos en el futuro[...].

existência destas edificações era a organização da massa camponesa a partir da submissão desta a uma pequena casta sacerdotal dirigente. Nas palavras do inglês, ao analisar um povoado que, no período, habitava a região da costa do Pacífico da atual Guatemala, ao leste da fronteira com o México:

É quase seguro que a gente do horizonte Ocós edificava montículos como bases para templos, o que vem a ser uma evidência de que, ainda naquela época agora tão remota, esses grupos humanos já estavam organizados em comunidades, e também de que começavam a ter uma estratificação social, posto que a construção dos embasamentos-templo implica a existência de uma casta sacerdotal, sustentada por níveis sociais que a aceitavam e a apoiavam (THOMPSON, 1984: 65)³.

Sobre o final do Formativo Tardio há certo consenso que foi o período em que apareceram as características principais da civilização maia, como os primeiros resquícios de escrita e de arte com forte influência da cultura de La Venta, também conhecida como cultura olmeca, que possuía grande habilidade com trabalhos

³ T. L. A. No original: *Es casi seguro que la gente del horizonte Ocós erigía montículos como bases para templos, lo que viene a ser una evidencia de que, aun en aquella época ahora tan remota, esos grupos humanos ya estaban organizados en comunidades, y también de que empezaban a tener una estratificación social, puesto que la construcción de basamentos-templo implica la existencia de una casta sacerdotal, sostenida por niveles sociales que la aceptan y apoyan.*

esculturas em jade e em pedra, que provavelmente atingiu seu ápice entre 800 a 400 a.C. (THOMPSON, 1984: 68-70).

Já o período clássico seria marcado pelo esplendor econômico e cultural da civilização maia, com o desenvolvimento da escrita, da arquitetura, da astrologia e da arte refinada (vasos e cerâmicas policromados, jóias etc.). Entretanto os arqueólogos tradicionalistas acreditavam que não existira a formação de centros urbanos – as cidades eram centros de peregrinação onde à maioria da população só permanecia em datas religiosas –, pois estes centros eram habitados somente pelos sacerdotes, governantes e seus auxiliares, enquanto a grande massa camponesa, que alimentava toda a sociedade, se encontrava no campo dedicando-se integralmente a agricultura. Outro argumento dos tradicionalistas para a impossibilidade de se formar de centros urbanos está no fato de que eles acreditavam que a prática agrícola mais utilizada pelos maias era a coivara (*slash-and-burn*) – sistema de cultivo que consiste no desmatamento do terreno a partir do corte e limpeza do solo pela queima da vegetação seca –, o que agredia severamente o solo, não permitindo colheitas seguidas e criando a necessidade cíclica de buscar a cada safra novas áreas cultiváveis.

A religião, para Thompson, era motivo de preocupação constante para os povos maias, que sempre tentavam estabelecer uma

conexão entre o passado e o futuro, além de guiarem seus comportamentos pela sucessão diária de divindades (THOMPSON, 1984: 27-8). Esse modelo de reflexão se tornou sugestivo para que os arqueólogos tradicionalistas pensassem nos sacerdotes maias como detentores de grande poder sobre a população camponesa, ocasionando um regime teocrático, o que caracterizaria aquela sociedade como pacífica e homogênea – influência da corrente evolucionista em voga do período e da convivência com os descendentes maias modernos –, mesmo quando existiam evidências provando o contrário eles as ignoravam, como as pinturas em murais representando batalhas, como demonstra Morley:

Um importante fator que se deve levar em conta ao se reconstruir o tipo de governo dos maias da Época Clássica é a falta de guerras entre eles, o que se pode considerar como um indício da grande importância da religião e do governo. E tudo nos faz pensar que os sacerdotes de um culto religioso altamente organizado e dogmaticamente inflexível, governam a área central. É difícil dizer, entretanto, até que ponto a religião se introduziu nos assuntos da política, mas talvez a homogeneidade cultural e o isolamento da região maia, tenham reduzido ao mínimo a necessidade de um controle político (MORLEY, 1992: 160)⁴.

⁴ T. L. A. No original: *Un factor importante que se debe ser tomado en cuenta al reconstruir el tipo de gobierno de los mayas de la Época Clásica es la falta de guerra entre ellos, lo que puede considerarse como un indicio de la abrumadora importancia de la religión en el gobierno. Y todo nos hace pensar que los sacerdotes de un culto religioso altamente organizado y dogmáticamente*

Ao mesmo tempo em que aplicavam conceitos evolucionistas para justificar a suposta ausência de guerras, utilizavam o determinismo social, partindo dos problemas contemporâneos que presenciaram no convívio com os descendentes maias modernas, para explicar o motivo pelo qual esse povo não ter se restabelecido novamente como grande cultura (THOMPSON, 1984: 46-7). Acreditavam, também, que os sacerdotes dedicavam-se exclusivamente às previsões astrológicas a partir da observação e de cálculos ou da adivinhação. Os resultados dessas previsões eram anotados em tiras de papel ou de pele de veado, em inscrições feitas nas paredes dos templos, em vasos e nas estelas (NAVARRO, 2007: 23), assim relacionando essa escrita apenas às previsões astrológicas e a pensamentos religiosos de difícil compreensão.

Para esses primeiros arqueólogos outro importante fator que permitiu a realização de tais feitos pelos maias foi o suposto isolamento geográfico, como o proporcionado por suas florestas, que consolidou a homogeneidade da população e da cultura de uma ponta a outra de seu território (SABLOFF, 1990: 25-6).

Então, por volta do século IX, os maias entrariam em um acentuado processo de declínio econômico e cultural que os

inflexible, gobernaban el área central. Es difícil decir, sin embargo, hasta qué punto la religión se introdujo en los asuntos de la política, pero tal vez la homogeneidad cultural y el aislamiento de la región maya, haya reducido al mínimo la necesidad de un control político.

tradicionalistas apontavam como resultado de catástrofes ambientais e pragas agrícolas, tais como terremotos, furacões e secas. Nota-se também a influência de teorias do período vivido pelos pesquisadores, como demonstra Alexandre G. Navarro: “O discurso assumido de que o colapso da civilização maia foi provocado por um levante camponês segue esta mesma linha de pensamento medievalista que esteve presente e predominou em seu tempo” (NAVARRO, 2008: 354). As cidades ao sul estariam em decadência, sendo desabitadas, enquanto se erguiam cidades ao norte da península de Yucatán, como o famoso exemplo do sítio de Chichén Itzá que após sua decadência permitiu a formação de uma confederação entre os centros maias, liderados por Mayapán. Porém, as cidades do norte da península acabaram no domínio e na influência de outros povos provenientes do centro do México, como os toltecas, resultando no pleno colapso da cultura maia, com o desaparecimento da escrita e das grandes obras.

Esse processo de queda das cidades do sul até as do norte marcou o período pós-clássico, predominando assim pequenos centros rivais entre si e sem a glória da época clássica, foi esse mundo indígena decadente que os espanhóis encontraram, no século XVI, no período da conquista (NAVARRO, 2007: 24).

Contudo, o advento do Carbono 14, em meados dos anos 1960, o surgimento de metodologias inovadoras de campo e de técnicas de laboratório transformaram o modo e o local de trabalho dos arqueólogos. Agora não mais restritos as trincheiras das escavações, os arqueólogos contemporâneos podem ser igualmente encontrados sentados nos terminais de computadores processando análises variadas de distribuição de artefatos encontrados no chão de uma caverna. Ou eles podem ser encontrados debruçados sobre microscópios binoculares examinando finas seções de cacos de cerâmica pré-histórica, ou inspecionando longas imagens de satélites a procura de sinais de cursos d'água, ou utilizando a alta tecnologia de instrumentos topográficos a laser que mapeiam centros urbanos pré-industriais (SABLOFF, 1990: 2).

As inovações acima citadas também refletiram na maneira de pensar e de se estudar a civilização maia, pois os arqueólogos normativos ou tradicionais defendiam uma perspectiva que predominava na Antropologia Cultural da América baseada na partilha de idéias:

[...] De acordo com essa visão, todos os membros de uma cultura compartilhavam um modelo ideal mental que lhes era ensinado quando crianças. Essas idéias compartilhadas eram expressas na peculiaridade cultural e eram caracterizadas por uma longa lista dessas peculiaridades. Tais peculiaridades incluindo o

modo que a cerâmica era feita e decorada, o método para construir casas, ou a natureza do mundo espiritual e as divindades popularizavam isso. A ênfase global estava na homogeneidade das culturas (SABLOFF, 1990: 7-8)⁵.

Enquanto os novos arqueólogos argumentavam que tal pensamento ignorava a variedade cultural, defendiam uma visão de sistemas e subsistemas culturais que se adaptavam e se modificavam ao longo do tempo e que os povos interagentes participavam cada um a sua maneira. A tarefa do maianista, portanto, consistia em relacionar o documento material com a identificação de subsistemas culturais e ao identificá-los tentar compreender quais eram suas respectivas ligações, assim procurando formar o todo, por exemplo:

[...] O subsistema tecnológico poderia consistir em trabalhadores, ferramentas, materiais e técnicas ligadas à exploração do ambiente, ao passo que os subsistemas econômicos e políticos poderiam estar encarregados na organização de tal exploração [...] (SABLOFF, 1990: 8)⁶.

⁵ T. L. A. No original: [...] *According to this view, all members of a culture shared an ideal mental template that they were taught as children. These shared ideas were expressed in cultural traits, and cultures were characterized by long lists of these traits. Such traits included the way pottery was made and decorated, the method for building houses, or the nature of the spiritual world and the deities populating it. The overall emphasis was on the homogeneity of cultures.*

⁶ T. L. A. No original: [...] *The technological subsystem(...) would consist of workers, tools, materials and techniques linked with exploitation of the environment, while economic and political subsystems would be in charge of organizing such exploitation[...].*

A adoção da perspectiva de subsistemas implicou em mudanças imediatas nos trabalhos de campo, pois esta revela a factual impossibilidade de escavação de um sítio completo e adotando a cultura como homogênea, não seria plausível a crença em grandes alterações entre um e outro ponto de escavação do sítio arqueológico, enquanto que a aceitação na variedade de sistemas necessita de uma análise mais crítica a respeito das amostras e do campo de escavação.

Auxiliados pelas tecnologias de campo e de laboratório e a partir dessa nova corrente de pensamento, os novos arqueólogos, por volta dos anos 1970, começaram a questionar a representabilidade do passado dos restos materiais, chegando então a dois pontos principais. O primeiro busca responder do que o vestígio arqueológico seria formado e que alterações ele sofreu – como o desgaste ao longo do tempo, a putrefação das partes perecíveis e mesmo a reutilização das peças por outras civilizações – até chegar a nossas mãos. O segundo ponto tenta ligar o artefato presente ao seu uso no passado, às vezes, recorrendo a analogias com os descendentes modernos dos maias, como, por exemplo, ao encontrar numa escavação pedaços de pedras em toda extensão de uma cabana, o arqueólogo buscará pistas sobre o uso dessas pedras e ao deparar-se com os atuais camponeses da região notarão que estes utilizam as

pedras para constituir a base de suas choupanas, o que os levará a pensar que os antigos maias também faziam o mesmo. Porém, o cuidado com o uso de comparações é redobrado para não repetirem os erros dos tradicionalistas que transformavam suas hipóteses por analogia em evidências factuais, como o fizeram ao reparem as feiras modernas da Guatemala e dessa observação inferiram que os espaços abertos nos pátios das cidades eram utilizados como mercados no passado, além de outras referências, como a do uso pelos antigos e modernos maias da, já referida, coivara (slash-and-burn) (SABLOFF, 1990: 12).

Assim, encorajando os pesquisadores maianistas a reformular os dados e as convenções anteriores a eles, Jeremy A. Sabloff se sobressaiu com um dos maiores ícones revisionistas. Um elemento fundamental para a revisão dos escritos tradicionais foi a decifração de grande parte da escrita hieroglífica que possibilitou demonstrar que os maias não se preocupavam apenas da religião e da astrologia – mas também da guerra, os feitos políticos, o registro das dinastias que ocuparam o poder, entre outros – o que colaborou para a melhor compreensão daquela sociedade e das crenças que seguiam.

Para os revisionistas, o período pré-clássico (recua do ano 800 a.C. e dura até aproximadamente 300 a.C.) é marcado pela ocupação do território maia, pelo crescimento da população – que

viabilizou a concentração de mão-de-obra necessária para construção das primeiras obras públicas e para alimentar a elite que surgia –, pela formação das primeiras cidades e pelas guerras (derrubando a teoria de sociedade pacífica a partir da descoberta de sulcos e trincheiras artificiais para proteção de algumas cidades). No período pré-clássico tardio já se fala até em rotas comerciais, desmistificando a idéia de homogeneidade cultural, que no clássico levaram os maias a terem relações comerciais com diferentes povos entre a costa norte da América do Sul até a costa sudeste dos Estados Unidos.

Graças às novas tecnologias, os revisionistas conseguiram formular novas pesquisas e novas hipóteses sobre o desenvolvimento do comércio maia. Como pontua Sabloff ao demonstrar que os antigos arqueólogos maianistas, podiam escavar um sítio nas tropicais terras baixas da Península de Yucatán e possivelmente encontrar pedaços de obsidiana (resina vulcânica muito cortante) em suas trincheiras. Ao comparar esses artefatos com outros similares de diversas regiões da área maia, podiam concluir que, a partir da forma de suas lâminas e de seus gumes afiados, eram utilizados para cortar. Os tradicionalistas também podiam apontar que a carência de vulcões nas terras baixas refletiria na necessidade de comércio com as terras altas. Entretanto, Sabloff nos mostra que os arqueólogos maianistas de hoje podem ir muito além. Usando novas técnicas químicas, os

arqueólogos modernos podem apontar exatamente em que lugar das terras altas os pedaços de obsidiana derivam. Dependendo das questões específicas levantadas pela pesquisa, eles podem cuidadosamente peneirar e examinar a terra escavada a procura de lascas que podem revelar se as ferramentas foram comercializadas ou se foram manufaturadas no próprio sítio. Os novos arqueólogos podem examinar a área da descoberta e observar se as ferramentas de obsidiana são encontradas em locais domésticos, e, caso forem, se são apenas encontradas nas residências da elite ou também nas residências dos camponeses. Eles podem medir a largura e o comprimento das lâminas e compará-las com outras de outros sítios das terras baixas para analisar se o tamanho das lâminas mudava conforme aumentava a distância em relação à fonte das terras altas. Além das variações por distância geográfica, podem procurar mudanças no passar dos anos. Essas e outras análises também podem ser usadas para testar diferentes hipóteses sobre onde as rotas de comércio começaram e até onde foram, como eram controladas, e se modificavam através do tempo. Toda essa investigação se constitui em uma parte de uma estratégia mais geral focada no entendimento da natureza da civilização maia – nesse caso, nos aspectos econômicos e políticos – e como e por que essa natureza evoluiu por séculos de desenvolvimento (SABLOFF, 1990: 6-7).

Os recentes estudos também nos apontam que o período clássico teria durado entre 300 a.C. a 1250 d.C. e o pós-clássico de 1250 d.C. a 1525 d.C., pois as cidades situadas ao sul declinavam economicamente ao mesmo tempo em que as cidades ao norte da península de Yucatán ascendiam. Todavia, o discurso de dominação das cidades do norte por outros povos foi desmistificado a partir da análise com carbono 14 de artefatos de madeira descobertos em Chichén Izá que datam dois séculos antes do florescimento de Tula, capital dos toltecas. Além de não existir nenhum resquício da arquitetura tolteca naquela cidade maia, pois é de se presumir que se a cidade fosse tomada, o dominador utilizaria sua própria arquitetura em novas construções. Fala-se em um contato entre as diferentes culturas, pressupondo, desta forma, as relações comerciais aqui já mencionadas.

Com as imagens feitas pelo satélite descobriu-se também que os maias não praticavam apenas a coivara, eles tinham grande capacidade de moldar o ambiente de acordo com suas necessidades: elevaram terrenos para evitar alagamentos, desviavam o curso de rios para irrigar locais mais áridos, além de proporcionar uma recarga do solo pelos nutrientes trazidos pelas águas dos rios, o que possibilitou o aumento da produção de alimentos e o conseqüente aumento populacional. Entretanto, para os revisionistas, houve um

crescimento desproporcional da elite maia, que não foi acompanhado pelo crescimento da população camponesa, assim o aumento na demanda por alimentos não foi acompanhado pelo crescimento da mão-de-obra – como mostra as análises de alguns fósseis humanos do período que apresentavam um quadro de desnutrição – o que provavelmente gerou conflitos e mais guerras. Outros estudos demonstram que houve um grande desmatamento da floresta tropical, acompanhado por grandes erosões, o que provavelmente interferiu em fatores climáticos e no ciclo agrícola, assim a complexa sociedade maia ruía, restando apenas alguns pequenos e fragmentados povoados agrícolas até a chegada dos conquistadores espanhóis.

Conclusão

No texto aqui apresentado procurei esboçar de maneira clara e coerente um panorama geral da breve produção historiográfica que tive contato sobre a civilização maia, partindo da perspectiva arqueológica. Deve-se postular que os estudos desta civilização são recentes e ainda mais limitados no Brasil, pois a abordagem do tema muitas vezes se esbarra na ausência de bibliografia e na dificuldade de acessarmos os campos de escavação, o que exigirá do pesquisador

um enorme esforço para abordar seu tema de investigação nos pormenores.

Bibliografia

NAVARRO, A. G. **Reis na floresta tropical? Novas teorias sobre a civilização maia** ISSN 0101-8515. *Ciência Hoje*, v. 40, p. 18-27, 2007.

NAVARRO, A. G. **A civilização maia: contextualização historiográfica e arqueológica** ISSN 0101-9074. *História (UNESP. Impresso)* (Cessou em 2004), v. 27, p. 347-377, 2008.

MORLEY, S. G. *La civilizacion maya*. Mexico, D.F.: Fondo de Cult. Economica, 1992.

SABLOFF, J. A. *The New Archaeology and the ancient maya*. Nova Iorque, Scientific American Library, 1994.

THOMPSON, J. E. S. *Grandeza y decadencia de los mayas*. Mexico, D.F: Fondo de Cult. Economica, 1984.

Alexandre da Macedônia: cunhagens com aspecto de propaganda

Estela de Melo Faria¹

Resumo: Quando as imagens são o objeto de estudo, uma gama de opções e interpretações se abre a nossa frente. A moeda como documento pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto político e estatal, quanto jurídico e religioso. Alexandre tornou-se rei aos 20 anos, governando de 336 a.C. a 326 a.C.. Apesar de ter um curto reinado, foi um general de extraordinária habilidade: conquistou um império que ia dos Bálcãs à Índia, incluindo também o Egito e a Bactria (aproximadamente o atual Afeganistão). As moedas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Palavras-chave: Moedas, Alexandre, propaganda.

Introdução

Muitas vezes o que é desconhecido nos chama a atenção, pelo simples motivo de podermos tornar claros vários temas ainda “obscuros” no cenário que estudamos. O homem, durante a sua passagem pelo planeta, desenvolveu diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas por sua consciência.

¹ Graduanda em História da Universidade Federal de Alfenas sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan.

Quando as imagens são o objeto de estudo, uma gama de opções e interpretações se abre a nossa frente. A moeda como documento pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade. Tanto políticos e estatais, quanto jurídicos e religiosos.

Em sociedades em que poucos sabiam ler e escrever, as imagens eram de extrema importância para que a população soubesse dos acontecimentos e conquistas de seus governantes. Muitos chefes estatais utilizaram esse artifício para tornar públicas suas conquistas. Alexandre III vulgo, o Grande, foi um desses chefes que empregaram esse meio, e é em suas moedas que os estudos desse projeto se concentrarão.

As cunhagens de Alexandre Magno se inserem nesse contexto do desconhecido, pouco ou quase nada foram estudadas no cenário nacional. O objetivo do projeto de pesquisa, que se encontra em seu início, seria catalogá-las.

Elas são dracmas (moedas gregas utilizadas na época) de prata, num conjunto de aproximadamente 35 peças, encontradas no Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro, e constituem o maior acervo numismático da América Latina.

Como esta pesquisa está em seu início, as hipóteses aqui construídas podem ser refutadas, ou ter sua veracidade comprovada.

O Governo de Alexandre

Alexandre, o Grande, nasceu no ano 356 a.C. e faleceu no ano 323 a.C., filho de Filipe II e Olímpia, descendia, segundo Plutarco, de Hércules, pelo lado paterno, e dos Eaclides, pelo lado materno.

Desde pequeno ambicionava a fama de um homem eloquente. Assumiu o reino aos 20 anos quando seu pai foi assassinado e se preocupou em castigar severamente os envolvidos no crime. Alexandre foi um grande general e o mais célebre conquistador do mundo antigo. Apesar de seu curto reinado, conquistou um império que ia dos Balcãs à Índia, incluindo também o Egito e a Bactria (atual Afeganistão), sendo esta a máxima extensão do império.

É considerado um homem de visão, extremamente inteligente, que tentou criar uma síntese entre o Ocidente e o Oriente, estimulando o casamento de seus soldados com mulheres persas. Ele mesmo casou-se com uma princesa bactriana.

Respeitava seus inimigos. Era um grande admirador das ciências e das artes: um bom exemplo que pode ser tomado é a célebre Alexandria, o maior centro cultural, científico e econômico da antiguidade, até a ascensão do Império Romano.

Acometido por uma febre e padecendo de uma profunda alteração, morreu prematuramente aos 30 do mês de desius (maio/junho), sendo que ninguém suspeitou de envenenamento.

Trabalho com imagens

Muitos autores contemporâneos chegam perto do tema aqui sugerido. Por exemplo, Pedro Paulo Abreu Funari², que em seu livro *Grécia e Roma vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade* nos mostra como a moeda tem um papel importante nas sociedades antigas:

“... levou os gregos e a civilização grega a lugares longínquos. A Grécia propriamente dita viu prosperar enormemente o desenvolvimento do comércio marítimo e do artesanato (produção de armas e cerâmica). *Foi introduzido o uso da moeda, algo muito importante tanto no sentido comercial, de facilitar as trocas, como no político*, já que passaram a ser emitidas pelas cidades- estados.” (grifo meu) (FUNARI: 2002, 26).

Entre outros exemplos, podem-se citar entre os pesquisadores nacionais Maria Beatriz B. Florenzano (USP, *Numismática e História Antiga*), André Chevitarese (UFRJ, Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado da UNICAMP,

² Professor titular de História Antiga, UNICAMP.

Amuletos, Salomão e Cultura Helenística), o Laboratório de História Antiga da UFRJ (fundado por Neyde Telm), Maria Regina Candido, da UERJ, que estuda a imagem na Grécia Antiga, Fábio Vergara Cerqueira (UFPEL, trabalha com a musica na Grécia Antiga, voltado ao estudo de várias temáticas do cotidiano, tese de doutorado na USP), Haiganuch Sarian (USP, Professora e orientadoras dos demais autores, artigo SARIAN: 2001 v. 13/14, 101-107.).

Divulgação da Cultura

Outro aspecto que se pode salientar do governo de Alexandre é o seu empenho em divulgar o helenismo, o modo grego de viver, em todo território conquistado por ele.

“... Já que não podemos identificar o helenismo com um determinado país ou língua, como o definiremos? Sua essência não foi geográfica ou lingüística, mas social e cultural. O helenismo foi uma forma de vida característica, corporificada numa instituição básica, a cidade-estado, e quem se aclimatassem à vida tal como vivida numa cidade-estado helênica, seria aceito como heleno não importando qual a sua origem e formação...” (TOYNBEE: 1963, 19)

Aspectos da Propaganda

Em uma época em que o deslocamento de um local para outro é consideravelmente difícil, os governadores lançam mão de

artifícios para tornarem conhecidas suas conquistas. Um monumento construído fica sedimentado em apenas um lugar, não podendo chegar a todos os súditos de um rei. Por outro lado, por meio de uma moeda essas informações chegam a populações longínquas, todos podendo saber pelo que o império está passando, não tendo apenas que acreditar no que lhes é dito, mas podendo ver em suas mãos a representação do fato que lhes é contado. Em um império vasto como o de Alexandre, este aspecto não está ausente.

Esses aspectos de propaganda não são exclusivos das civilizações antigas, pois muitas sociedades modernas utilizaram esse artifício para legitimar seu poder. Alguns exemplos: a ditadura de Francisco Franco (1939-1975) na Espanha, nas moedas de prata (100 pesetas), comemorando o aniversário do seu governo; ou nas moedas do presidente Artur Bernardes (1922-1926), de 1000 reis, nas quais uma figura feminina com os seios a mostra (representando a república e a liberdade) com uma cornucópia na mão (simbolizando abundância). São signos antigos usados como *marketing* das novas formas de governo e, de certa forma, como no caso de Francisco Franco, para legitimação de seu poder. Um dos aspectos que podemos utilizar para tal afirmação é a inscrição da referida moeda (100 pesetas): FRANCISCO FRANCO CAUDILHO DE LA ESPAÑA PELA GRACIA DE DÍOS, artifício utilizado diversas

vezes nas sociedades antigas, aqui representando que o ditador tinha a “benção” de Deus em seu governo.

O trabalho com imagens não é novo, porém no Brasil sempre ficou relegado a um plano secundário. Lucien Febvre em sua obra *Combates pela História* amplia a noção de documento, destacando outras fontes tão ou mais importantes que as textuais:

“... A história faz-se com documentos escritos sem duvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e canga de bois. Com exames de pedra por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem...” (FEBVRE: 1985, 249).

As moedas, não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, mas são também de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Com frequência, o tipo monetário de reverso, vulgarmente conhecido como *cara*, nos mostra determinada representação. Ainda que o seu significado, indicado pela legenda que acompanha e pelo

tipo do anverso (coroa), possa aparecer como uma interpretação original em relação ao modelo, muitas vezes tipos monetários e modelos têm o mesmo sentido.

Nesse caso, a numismática conserva um fragmento da história do homem e, segundo Frère “[...] se coloca hoje como uma disciplina científica através da sociedade [...] É uma ciência que tira da aridez do seu estudo grandes subsídios históricos.” (FRÈRE: 1984, 11).

Considerações Finais

Este projeto envolve um grande numero de objetos, em torno do núcleo: o papel dos símbolos numismáticos como uma forma de legitimação de poder, no contexto da política e economia, durante o governo de Alexandre, o Grande (336 - 323 a.C. – reinando por 13 anos), que influenciou diretamente tanto o Mundo Antigo, quanto os dias atuais. Através deste diálogo, procuraremos dar conta das interações políticas que se processam entre os governantes macedônicos e seus herdeiros.

Esses signos mantêm com seu objeto uma relação causal de contiguidade física natural. Como exemplo, podemos citar as letras ou símbolos gregos localizados no campo das moedas. Eles indicam que as amoedações foram realizadas por casas monetárias de origem

ou influência cultural grega. Realizando uma comparação com o exergo (localizado no reverso), comprovamos esta relação. Greenwell no século XIX já defendia a posição importante das cidades gregas, principalmente de Cyzicus, como centros de cunhagem (GREENWELL: 1887, 9).

Como principal objeto desse estudo, temos a moeda, valendo salientar suas principais características, no anverso e reverso. O anverso é a parte hierarquicamente mais importante, pois nele é encontrado o busto de quem ordenou sua cunhagem, juntamente com o título (FUNARI e CARLAN: 2007, 54). No reverso, está o exergo (a linha de terra), em que podemos identificar o ano e local de cunhagem; junto a esse, há uma legenda ou inscrição e uma simbologia ou representação, que poderiam identificar, para os analfabetos, diversas realizações dos seus governantes.

Chevitarese, em seu artigo “*Amuletos, Salomão e Cultura Helenística*”, afirma que a imagem de cavaleiro armado, submetendo o inimigo caído, caracterizava um símbolo natural de Vitória, constituindo um esquema iconográfico por demais conhecido na cultura helênica ou que estavam em contato com ela (CHEVITARESE: 2003, 117-135.).

Alguns dos objetivos que temos, ao longo desse projeto, são: catalogar, com registros fotográficos, as moedas de Alexandre, o Grande, para futura publicação; contextualizar o papel dele e a sua influencia no mundo antigo; e estabelecer como a cultura helenística influenciou as sociedades vindouras (Roma, a nossa, e a própria Grécia, berço da civilização ocidental). Espera-se assim estabelecer, com base em uma nova perspectiva, o papel político e o poder nas sociedades antigas e enriquecer a área do estudo sobre o mundo antigo no âmbito nacional.

A pesquisa e catalogação dessa documentação material do mundo antigo que está conservada no acervo brasileiro é muito importante, pois amplia o campo de estudo sobre essa parte da história que ainda é pouco estudada.

Agradecimentos

Agradeço aqui ao espaço proporcionado pela Universidade Federal do Paraná e a Profª Renata Garrafoli pela oportunidade de trocarmos ideias, e a possibilidade de mostrar o meu trabalho que ainda se encontra no início. Agradeço também a FAPEMIG e a Universidade Federal de Alfenas por ajudar no acontecimento dessa pesquisa, ao meu orientador Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan por

me ajudar a desenvolver essas ideias e aos meus pais, que pela sua influência me levou ao mundo da História.

Referências Bibliográficas:

Fontes Impressas

BEJARANO, Virgilio. *Hispania Antigua según Ponponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeo*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria, 1987.

Plutarco. *Vidas Paralelas (Alexandre e César)*. Tradução de Helio Vega. São Paulo: Editora Escala.

Catálogos e Dicionários

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Grécia Antiga*. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. São Paulo: Art Editora S.A. Phaidon Press Limited, 1982.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 23ª Ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melin, Lucia Melin. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 2009.

COSTA, Ney Chrysostomo da. *Dicionário de Numismática*. Porto Alegre; Livraria Sulina Editora, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos didáticos n.º 62. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 2007.

GREIMAS, Algirdas J. e COURTES, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignácio A. Silva, Maria Jose C. Sembra, Tieko Y. Miyasaki. São Paulo: Editora Labor, 1979

DICCIONARIO DEL MUNDO CLÁSSICO. Bajo la dirección del Rvdo. P. Ignacio Errandonea. Tomo I-II. Madrid: Editorial Labor, 1954.

Bibliografia Geral

CHEVITARESE, André. *Amuletos, Salomão e Cultura Helenística*. Revista Fragmentos de Cultura, n.º 13. Goiás: PUC, 2003

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2ª Ed. Tradução de Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editora Presença Ltda, 1985

FRÈRE, Hubert. *Numismática*. Uma introdução aos métodos e a classificação. Tradução e adaptação de Alain Costelhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira. 1984.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida publica e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GREENWELL, Willian, *The Electrum Coinage of Cyzicus*. London: Rollin and Feuarden. 1980

SARIAN, H., *Da filologia à iconografia*. A permanência do arcaico nas imagens trípticas de Hécate. *Clássica* (São Paulo), São Paulo, v. 13/14, p. 101-107, 2001.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo Historia de uma civilização*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1963.

ZAMA, Cesar. *Os três grandes capitães da antiguidade. Alexandre*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.

A Arqueologia Subaquática sob uma Perspectiva Teórica

Marina Fontolan¹

Resumo: A Arqueologia Subaquática é uma prática arqueológica. Ela teve seu início como disciplina científica no ano de 1960, numa escavação realizada em Cape Gelidonya, na Turquia, sob a coordenação do arqueólogo americano George Fletcher Bass. Pensar quais os contextos que estão envolvidos neste início é o objetivo deste artigo, que também procura a pensar a questão da relação entre Arqueologia e História. Para tal, então, foi escolhido fazer uma análise em três frentes de modo a deixar à mostra a idéia da importância de se considerar o contexto histórico, sobretudo para justificar as mudanças e as escolhas realizadas na época.

Palavras-Chave: História, Arqueologia, Guerra Fria, Arqueologia Subaquática, História da Arqueologia, George Fletcher Bass.

Introdução

Este artigo visa a dois objetivos. O primeiro deles é pensar, a partir da perspectiva de Michael Shanks (1996), que considera fundamental pensar os diversos contextos que podem ser utilizado para interpretar o desenvolvimento da prática arqueológica. Assim sendo, o início da prática de uma Arqueologia Subaquática tida por

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista de Iniciação Científica com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

científica, na década de 1960, será estudado sob este olhar. O segundo, e não menos importante, é pensar a relação entre Arqueologia e História.

Desta forma, foram feitas algumas escolhas que aqui devem ser enunciadas e justificadas. Primeiro, a escolha do tema deste artigo está condicionado a um projeto de pesquisa em curso, na qual se tem o objetivo de contextualizar historicamente as obras do arqueólogo George Fletcher Bass, que é arqueólogo americano tido como pioneiro na área por ter sido o diretor da primeira escavação tida como científica em um sítio submerso, num estudo de caso sobre a História da Arqueologia. Em segundo lugar, a análise deste início será realizada a partir do relatório parcial desta primeira escavação científica, focando a importância de se pensar a História da Arqueologia, sob a ótica do contexto histórico, e a relação entre ambas as disciplinas que envolvem esta análise, História e Arqueologia.

Assim sendo, o artigo divide-se numa perspectiva teórica, que tem por objetivo mostrar a importância de se pensar o(s) contexto(s), sobretudo quando se trata de história das ciências. Depois, o estudo será dedicado a uma análise acerca do início da prática da Arqueologia Subaquática, considerando diversos contextos. Por fim, já no capítulo conclusivo, será feita uma análise

mais sistemática acerca da relação entre Arqueologia e História e sua importância para o estudo de caso proposto.

Considerações Teóricas

É necessário, desta forma, fazer algumas considerações acerca dos pressupostos teóricos, uma vez que toda leitura é condicionada e, por isso, partimos da perspectiva teórica aqui adotada. Primeiro cabe ressaltar que este estudo se insere sob uma perspectiva que é, ao mesmo tempo, pós-processualista e pós-moderna. Pós-processualista num âmbito arqueológico, no qual se privilegia as continuidades e descontinuidades das fontes a serem analisadas, bem como considerar que a Arqueologia é uma ciência social e ela está inserida e ligada à sociedade de uma maneira geral (JOHNSON, 2008:167-168). Pós-modernista num âmbito da disciplina histórica, na qual privilegia não apenas aquilo que é considerado central, mas sim se considera o periférico, sobretudo quando se trata de recortes geográficos; tem-se a noção de que nada é sólido ou fixo, mas sim que depende de diversos interesses, que não são, de forma alguma, universais (JENKINS, 2005: 94); e, por fim, considerar que “vivemos num mundo pós-moderno e que essa condição afeta o que eu ou você podemos conversar sobre a história” (JENKINS, 2005:93).

Cabe, ainda, fazer uma última consideração. É fundamental considerar o(s) contexto(s) histórico(s) para pensar as mudanças que envolvem a prática da Arqueologia Subaquática, historicizando-a. Isto porque se considera, como Margarita Díaz-Andreu, que a Arqueologia é “um produto histórico e cultural, um conjunto de práticas criado socialmente, que não deve ser isolado de seu quadro histórico e sócio-cultural na qual foi formado” (DÍAZ-ANDREU, 2007:4).² Assim sendo, ao analisar os discursos dos arqueólogos, nota-se que, em suas propostas de análise da cultura material e da história da Arqueologia, há a menção da importância de se pensar o contexto de produção daquilo que está sendo analisado pelo autor.

Assim, considerando as idéias de Michael Shanks (1996), Richard Hingley (2009) e Kristian Kristiansen (2009), nota-se que a idéia da importância de se pensar o(s) contexto(s) é algo comum nestes três autores. No entanto, estes contextos aparecem de maneira diferente, já que eles lidam com diferentes temas e, por isso, será feita aqui uma breve explicação de suas idéias.

Em sua obra *Classical Archaeology of Greece: Experiences of the Discipline*, publicada em 1996, Michael Shanks tem o objetivo de pensar porque arqueologia Clássica, sobretudo aquela que lida com questões ligadas à Grécia Antiga, assim se apresenta na

² Tradução minha.

atualidade. O capítulo “Rudiments of Social Archaeology” mostra a importância de se pensar os diversos contextos envolvidos para um dado objeto, criando assim, uma linha de pensamento que ele chama de Arqueologia Social (SHANKS, 1996:152). O título de seu capítulo justifica-se pela idéia do autor em trabalhar com arqueólogos processualistas (SHANKS, 1996: 131-143), que representam um primeiro esforço de pensar aspectos sociais através da arqueologia, sobretudo sob a ótica de mudanças de conceitos e poder (SHANKS, 1996: 152). Sua crítica a esse tipo de análise, justamente refere-se à idéia de que eles não se utilizam de contextos para o estudo da antigüidade, que leva muito em conta uma tipologia seriada e em análises estatísticas. Portanto, a idéia de se considerar um contexto histórico como uma forma de pensar as mudanças ocorridas no desenvolvimento de uma ciência, por exemplo, ou, ainda, pensar nas mudanças presentes em representações do papel feminino em vasos áticos.

Richard Hingley, em seu capítulo “Cultural Diversity and Unity: Empire and Rome”, publicado na obra *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*, escreve acerca das mudanças nos discursos sobre Roma Antiga e sua relação com um contexto histórico, sobretudo contemporâneo (HINGLEY, 2009:54). Aqui, o autor irá considerar que “este novo entendimento é relacionado a

como as interpretações do passado clássico desenvolveram-se num contexto sobre nossas idéias acerca do mundo contemporâneo” (HINGLEY, 2009:60).³ Ou seja, pensar o contexto histórico é importante para compreender a maneira como o passado foi pensado, pois este molda a maneira de olhar o passado.

Kristian Kristiansen (2009), em seu capítulo “The Discipline of Archaeology”, publicado na obra *The Oxford Handbook for Archaeology*, o autor fará algumas considerações acerca da disciplina, sobretudo no que concerne às suas teorias e contextos de mudanças na maneira de pensar a Arqueologia, tentando, desta maneira, definir a disciplina. Já no final deste capítulo, Kristiansen afirmará que

“(...) a história da arqueologia é uma importante área de estudo, não menos importante é sua relação com os diferentes grupos de interesse que têm empregado a Arqueologia em seus ideais políticos” (KRISTIANSEN, 2009:31).⁴

Ou seja, a História da Arqueologia é uma área importante para a disciplina como um todo. No entanto, há a necessidade de pensar esta história pelo viés de seu contexto.

³ Tradução minha.

⁴ Tradução minha.

Thomas C. Patterson, em sua obra *A Social History of Anthropology in the United States*, publicada em 2001, mostrará a importância de se pensar o contexto histórico para notar e justificar as mudanças ocorridas na Antropologia: “(...) o estudo da Antropologia é um processo dialético. É moldado pelo que o mundo é e quem são os antropólogos e as diversas pessoas que o estudam (...)” (PATTERSON, 2001:2).⁵ Vale notar que, sendo americano, Patterson pode ser considerado um arqueólogo, já que a disciplina nos Estados Unidos desenvolveu-se baseada nesta ciência (FUNARI, 2006: 23).

Portanto, de uma maneira geral, os autores aqui estudados demonstram a importância de se pensar o contexto, sobretudo histórico. Cabe dizer, ainda, que todos estes se inserem numa perspectiva pós-processualista e que todos, nas obras analisadas, lidam com o desenvolvimento e as mudanças na forma de se pensar a Arqueologia, mesmo que sob óticas diferentes.

Os Vários Contextos do Início da Arqueologia Subaquática Científica

Estudar o início da prática da Arqueologia Subaquática científica significa considerar diversos contextos. No entanto, não há

⁵ Tradução minha.

possibilidades de abarcar todos eles e, por isso, foram feitas algumas escolhas que já serão aqui postas e justificadas.

A primeira delas é o contexto histórico que será levado em consideração para a análise. No entanto, há diversas possibilidades aqui, que vão de uma história mais política a uma mais cultural, que, embora diferentes, nunca serão isoladas. Neste âmbito, o início da prática da Arqueologia Subaquática será lido sob um viés político, que foi muito peculiar na época em questão. Este contexto refere-se, justamente, a um início do acirramento do período que ficou conhecido por Guerra Fria.

A segunda escolha feita é em relação ao contexto tecnológico. A prática da Arqueologia Subaquática, mais do que a Arqueologia praticada em meio terrestre, depende de tecnologias específicas para que os pesquisadores cheguem ao campo e consigam realizar suas tarefas. Claro que a Arqueologia de uma maneira geral depende de diversas tecnologias para que sua prática se torne a mais precisa possível. No entanto, devido às particularidades de se realizar uma escavação em um meio submerso (cf. RAMBELLI, 2002; BASS, 1971), como remoção de sedimentos sem prejudicar muito a visibilidade do mergulhador, fotografias e, também, a própria idéia de poder respirar debaixo da água. Portanto, torna-se fundamental

pensar o desenvolvimento de tecnologias para que a prática da Arqueologia Subaquática fosse possibilitada.

A terceira e última delas é sobre a relação arqueólogo/sítio. Como será mostrado, as primeiras tentativas de explorar os sítios submersos foram realizadas com os arqueólogos na costa, coordenando o trabalho de mergulhadores profissionais. A prática de uma Arqueologia Subaquática científica, portanto, está relacionado ao arqueólogo se tornar mergulhador, ir a sítio e fazer seu trabalho de escavação com a mesma precisão que se realiza num meio terrestre.

Além destes contextos mais gerais, cabe fazer outra consideração. Estes contextos não se esgotam, mas possuem outros aspectos. Assim, considerar as personagens que se envolveram no desenvolvimento na prática científica da Arqueologia Subaquática e, como já dito, alguns casos de escavação que antecederam o realizado por George Fletcher Bass na Turquia tornam-se fundamentais e serão considerados nesta análise.

O Contexto Político

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, várias crises políticas ocorreram pelo mundo. Isto colaborou para a demarcação das zonas de influência, que perduraram por todo o período da Guerra Fria. Uma destas crises envolveu, justamente, a Turquia.

Após as Conferências de Yalta e Potsdam, realizadas em fevereiro e Julho de 1945, que, respectivamente, definiram as fronteiras no pós-guerra e, também, ajudaram no estabelecimento das zonas de influência, a Turquia ficou sendo considerada zona neutra, ou seja, ela não pertenceria a nenhuma das esferas que haviam sido estabelecidas.

É importante destacar que a Turquia está numa posição considerada estratégica: mesmo sendo considerada uma zona neutra em relação às influências soviéticas ou americanas, ela se encontra entre a União Soviética e a Federação Balcânica, que ficou sob influência soviética. Cabe notar, também, que a Turquia possui grande parte de sua costa voltada para o Mar Negro. O controle desta região significaria, assim, um controle total do Mar Negro, com saída facilitada para o Mediterrâneo e, conseqüentemente, para o Oriente Médio e a Europa Ocidental, algo que preocupava a influência que os americanos haviam conquistado na região.

A crise da Turquia começou em agosto de 1947, quando os soviéticos pediram aos turcos uma revisão da Convenção de Montreux (Offner, 2002: 167). Este concedeu aos turcos o controle dos estreitos de Dardanelos e do Bósforo. Ambas correntes historiográficas acerca do período, tanto aquela que culpa os soviéticos pela Guerra Fria, quanto aquela que responsabiliza os

Estados Unidos por ‘ataques’ à União Soviética, cujas ações são tidas por defensivas (PATERSON, 1986), colocará esta crise como iniciada pelos soviéticos, embora a questão da reação americana seja considerada de maneiras diferentes.

Para o diplomata e professor de história⁶ Melvyn P. Leffler, o objetivo dos soviéticos era de “(...) unir-se aos poderes do Mar Negro, formular um novo *set* de regras e estabelecer uma junta de defesa nos estreitos. A nota diplomática soviética (...) provocou diversas ações nos mais altos níveis da administração do governo Truman” (LEFFLER, 1992:123).⁷ Ou seja, o provável aumento da influência soviética no Mar Negro e, sobretudo, em seus estreitos é colocado como a causa principal da tensão.

A reação americana ante este problema diplomático foi “comunicar suas dúvidas aos russos, pedir aos turcos que resistissem e insistir que um novo regime para os estreitos não deveria ser formado apenas pelos poderes do Mar Negro” (LEFFLER, 1992:124).⁸ Ou seja, ao notar a pressão soviética para a obtenção de maior influência na região, os Estados Unidos interferem e passam a exercer grande influência no país, criando, inclusive, bases militares, que seriam usadas pelos americanos para lançar bombas em áreas

⁶ Fonte: <http://www.virginia.edu/history/user/34>, acessado em 12/6/2010.

⁷ Tradução minha.

⁸ Tradução minha.

petrolíferas soviéticas, em casos de um confronto armado, bem como proteger pontos estratégicos, tais quais Canal de Suez (LEFFLER, 1992:125) e o Mar Negro.

Mas, por que esta estratégia defensiva? O que mudou no pensamento americano em relação à Turquia desde as conferências de Yalta e Potsdam? O medo da revisão turco-soviética das regras da Convenção de Montreux (Offner, 2002: 167) e da criação de uma Junta de Defesa (LEFFLER, 1992: 123), faria com que o poder soviético ganhasse grande influência no Mar Negro e seus estreitos. Desta forma, sob uma ótica americana, a conquista da Turquia e da Grécia seria facilitada e faria com que o avanço da União Soviética pelo Mediterrâneo e o Oriente Médio fosse possibilitado estrategicamente, podendo significar perda das zonas de influência pelos Estados Unidos, sobretudo aquelas adquiridas durante as conferências do pós-guerra.

Cabe, por fim, fazer um último esclarecimento: o estudo da crise da Turquia em 1947, como será apresentado, foi escolhido, justamente, pelo início da prática da Arqueologia Subaquática ter sido ali, no ano de 1960. Ao pensar o início da Arqueologia Subaquática, deve-se levar em consideração todo o contexto político analisado. No entanto, esta prática não deve seu desenvolvimento apenas a seu contexto político, mas também, deve-se pensar a

influência trazida pela criação de novas tecnologias. Assim, passarei a fazer uma breve análise da influência da tecnologia para o início da Arqueologia Subaquática e de Bass, para, então, analisar o início da Arqueologia Subaquática científica como um todo.

O Contexto Tecnológico

Dentre as diversas tecnologias utilizadas para pesquisas e escavações em ambiente subaquático, aquela que se tornou mais proeminente para o início das escavações foi o desenvolvimento do *Aqualung* em 1947 (RAMBELLI, 2002:27). Essa tecnologia se constitui em dois cilindros metálicos carregados com ar comprimido, uma borracha que regula a pressão do ar e uma mangueira que conduz o ar até a boca. Esta aparelhagem simples resultou numa popularização do mergulho, tornando-o um esporte, que poderia ser praticado por qualquer pessoa que aprendesse a lidar com a tecnologia.

Foi a partir da criação e popularização do *Aqualung* que diversos arqueólogos puderam pensar num melhor acesso aos sítios submersos, fazendo surgir a idéia da possibilidade de se realizar escavações arqueológicas em meios subaquáticos. Aliás, vale afirmar que

“da mesma forma que a trajetória História da Arqueologia Terrestre foi iniciada por aventureiros e colecionistas, os mergulhadores aventureiros e sua relação com os artefatos submersos fazem parte da História da Arqueologia Subaquática e contribuíram diretamente para o desenvolvimento de equipamentos e de técnicas que levaram ao atual estado do mergulho arqueológico científico” (RAMBELLI, 2002:17).

Em outras palavras: as tecnologias e técnicas para o mergulho e a exploração em ambientes subaquáticos nem sempre foram criadas pelos próprios arqueólogos e, nem sempre, para o propósito da prática da Arqueologia. Aliás, a idéia da prática arqueológica em meio subaquático ter sido, da mesma forma da arqueologia terrestre, iniciada por amadores e aventureiros, perdurará até a primeira escavação tida por científica, realizada em 1960, sob a direção de George Fletcher Bass na Turquia. Assim, pensar as tentativas que precedem a esta escavação também faz parte do contexto de desenvolvimento da disciplina.

As Tentativas Precedentes

Podem-se citar vários exemplos destas tentativas, mas dois mostram-se importantes: a primeira delas é o caso das escavações no Lago Nemi e o segundo, o caso da escavação da embarcação, cujo sítio ficou conhecido como *Grand Congloué*.

O caso do Lago Nemi é tido como um caso especial para a história da Arqueologia Subaquática, pois após séculos de tentativas de escavação, normalmente infrutíferas, o lago acabou sendo drenado na época do regime fascista. Este ato faz surgir duas embarcações romanas e estréiam uma nova modalidade de estudo em Arqueologia, que é a construção naval (MUCKELROY, 1978: 13). É importante notar que os arqueólogos e antiquaristas envolvidos nas mais diversas tentativas de escavação não sabiam mergulhar e valeram-se do uso de outras técnicas para chegar ao sítio: contrataram mergulhadores profissionais, utilizou-se de equipamentos e redes para puxar o que podiam, até o ponto que houve a decisão de drenar o lago.

O outro caso importante já citado é a exploração de outra embarcação romana, na costa da França, cujo local ficou conhecido como *Grand Congloué* e foi realizada durante a década de 1950. Esta exploração, tal qual ocorreu com o caso do lago Nemi, não tinha um arqueólogo que soubesse mergulhar, ou seja, que fosse a campo. O máximo que se conseguiu foi que um arqueólogo coordenasse os trabalhos através de um sistema de vídeo.

Em ambos os casos, nota-se que a escavação do sítio, quando sequer tinha um arqueólogo envolvido, não possuía um especialista que mergulhasse. Desta forma, a exploração destes sítios

teve de ser adaptada, ou através da drenagem ou através de um sistema de vídeo, de forma que um arqueólogo pudesse coordenar minimamente os trabalhos. Assim sendo, pensar a idéia da importância do arqueólogo mergulhar e ir a campo é de grande importância ao considerar-se a história do desenvolvimento da disciplina.

Relação Sítio/ Arqueólogo

George Fletcher Bass é um arqueólogo histórico, nascido nos Estados Unidos, cuja especialização é em Arqueologia clássica. Seu trabalho pode ser considerado como pioneiro, justamente, pelo fato de ele ter aprendido a mergulhar, ir a campo e escavar. Além deste aspecto, seu pioneirismo também se deveu à idéia do arqueólogo em adaptar as técnicas utilizadas em escavações terrestres para os sítios submersos, fazendo com que os relatórios de escavação ficassem muito próximos daqueles de sítios terrestres, também é considerado como parte de seu pioneirismo.

É à habilidade de mergulhar que o arqueólogo subaquático Gilson Rambelli vai dar os créditos à ‘cientifização’ da Arqueologia Subaquática. Afinal, na ótica do autor

“(...) foi o fato de os arqueólogos mergulharem que proporcionou finalmente o estabelecimento de uma

distinção nítida entre a atividade aventureira e a pesquisa científica, pois permitiu o desenvolvimento e/ou adaptação de inúmeros métodos e técnicas, garantindo às pesquisas subaquáticas o mesmo vigor científico das pesquisas arqueológicas terrestres” (RAMBELLI, 2002:30).

Adquirida esta nova habilidade, Bass se tornou responsável pela escavação no sítio de Cape Gelidonya, na costa da Turquia. É interessante notar que, mesmo com a criação de uma tecnologia relativamente fácil de ser usada a idéia de o arqueólogo ir a campo é muito recente e veio, justamente, com Bass. Atualmente, saber mergulhar é tido como uma habilidade necessária para se tornar um arqueólogo subaquático.

No entanto, como já mencionado, Bass não se tornou pioneiro apenas por sua habilidade de mergulhar. Assim sendo, na ótica dos arqueólogos marítimos Joe Flatman e de Mark Staniforth, foi em

“Cape Gelydonia (Turquia) a escavação de um naufrágio datado do século XII a.C. em 1960, foi a primeira escavação subaquática totalmente relatada e que ajustou altos padrões através do uso de novos métodos projetados para maximizar a coleta de informações, muitos usados até hoje. Então Bass refinou estas técnicas em uma série de impressionantes escavações em naufrágios antigos no leste do

Mediterrâneo durante as décadas de 1960 e 1970”
(FLATMAN e STANFORTH, 2008: 169).⁹

O pioneirismo de Bass está também relacionado à adaptação de técnicas da Arqueologia terrestre para a escavação de sítios submersos.

É claro que não foi apenas Bass que realizou esta primeira escavação em Cape Gelidonya, mas sim havia outros personagens envolvidos no processo. Desta forma, considerar sua influência para o desenvolvimento da Arqueologia Subaquática torna-se fundamental. Aqui, será dado destaque ao papel de Peter Throckmorton nesta primeira escavação. Ele foi um jornalista americano que estava procurando sítios submersos na costa da Turquia (BASS, 1961:267).

Como justificar a atitude de Throckmorton? A Turquia havia passado por uma crise política e havia, então, passado a pertencer à zona de influência americana. O uso de um novo campo de uma ciência já consolidada seria, também, uma maneira de consolidar a influência na região. Ou seja, a o poder americano sobre outros países na época também se deu por vias culturais, na qual o influenciado recebe os “avanços” do influenciador, embora este

⁹ Tradução minha.

“recebimento” seja adaptado à realidade do país que recebe (LAFUENTE,2000:156).

Conclusão

Assim, são estes os contextos que se pode entender o início da prática da Arqueologia Subaquática. Além disso, vale dizer que a mudança de pensamento em relação ao uso da tecnologia de mergulho pelos próprios arqueólogos, trazendo-lhes a oportunidade de trabalhar em campo mostra-se extremamente importante para o desenvolvimento da disciplina. A atitude de Bass em aceitar se tornar mergulhador e levar as técnicas e práticas de escavações terrestres para um sítio submerso caracteriza sua atuação pioneira. São estes os três grandes elementos que devem ser considerados para pensar o início deste novo campo da Arqueologia.

A teoria proposta aqui consegue encaixar-se perfeitamente ao estudo de caso proposto. Shanks (1996), ao falar sobre os contextos que devem ser levados em conta, acaba sendo contemplado. Ele afirma que os processualistas não abarcam todos os contextos possíveis (SHANKS, 1996: 131-143), porém abarcar todos os contextos acaba sendo uma tarefa impossível, já que cada contexto tem seu próprio contexto e assim por diante, fazendo com que o pesquisador corra o risco de perder o foco de sua pesquisa. Ou seja,

há a necessidade de se fazerem escolhas e estas devem ser salientadas e justificadas.

Quando se consideram as idéias de Richard Hingley (2009), coloca-se o estudo feito em cheque com o presente: ele está sendo escrito num contexto histórico que tem sido definido como globalização. Estes contextos devem ser levados em consideração, pois eles irão direcionar nosso olhar sobre o passado.

Por fim, ao considerar as idéias de Kristiansen (2009), temos assim, um bom encaixe entre a teoria e o estudo de caso apresentado. Da mesma maneira do autor, creio que é fundamental pensar a história do desenvolvimento da disciplina, sobretudo para mostrar a idéia de que o conhecimento não é algo neutro e, sim, guiado por interesses e pelo contexto vivido. Assim, pensar o discurso da prática arqueológica em seus contextos e interesses torna-se fundamental.

No entanto, deve-se considerar a relação Arqueologia e História e a importância de se pensar esse assunto para o caso do desenvolvimento da Arqueologia Subaquática tida por científica. Ao pensar a história de uma ciência, tanto as noções históricas quanto as da ciência estudada acabam entrando em contato.

Assim, sendo, ao pensar-se a História da Arqueologia, ambas as disciplinas entram em contato e relacionam-se. Suas

teorias, tal qual fora sugerido, tornam-se complementares, uma vez que pensar o contexto histórico e a maneira como ele direciona o olhar são teorias que pertencem a ambas as disciplinas. Aliás, ao pensar-se a História da Arqueologia das fontes escritas, deve-se, à maneira dos pós-modernistas, pensar suas continuidades e descontinuidades que estas apresentam e fazer delas seu principal foco de análise. Aos pós-processualistas, fazer uma leitura do contexto histórico no qual tal discurso arqueológico foi desenvolvido é uma grande contribuição para ambas as ciências, mesmo que esta seja condicionada ao que vivemos no presente, como propõem tanto os pós-modernos, quanto os pós-processualistas.

Desta forma, ambas as disciplinas têm o que oferecer para pensar a história da Arqueologia, sem a necessidade de sobrepor uma à outra, tal qual ocorre em alguns casos da Arqueologia Histórica em que as fontes escritas são tidas como verdadeiras e cuja cultura material é renegada a provar ou não tal texto, tal qual afirmam autores como Antony Snodgrass (1987:39) e Ian Morris (2000:3). Ou seja, neste âmbito a Arqueologia torna-se uma disciplina auxiliar da história, o que não é algo defensável pela autora, que acredita que ambas são disciplinas independentes e de igual importância para o estudo do passado.

Ao considerar o caso da Arqueologia Subaquática, estas proposições devem ser levadas em conta. O contato entre as disciplinas, aqui ocorre de igual maneira, sobretudo por que, como afirma Bass, a Arqueologia Subaquática é Arqueologia, ela é um ramo desta ciência consolidada (BASS, 1971:17).

Para finalizar, os autores teóricos aqui utilizados para explicitar a importância de se pensar contexto(s) nem sempre se reportam à relação entre história e a ciência do qual se fazem um estudo de caso. No entanto, a idéia de contexto implica, assim, em pensar um contexto histórico, que deve ser escolhido e justificado: econômico, político, cultural e tecnológico, por exemplo. Portanto, pensar o contexto significa abrir um diálogo para ambas as disciplinas, uma vez que se utiliza da história para pensar as mudanças nos discursos sobre a Arqueologia, sem a necessidade de sobreposição de uma na outra.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a meus orientadores, Pedro Paulo Abreu Funari e Gilson Rambelli. Agradeço, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão e, também, renovação da bolsa de Iniciação Científica e ao apoio institucional do Departamento de História do Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (DH/IFCH/UNICAMP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Por fim, agradeço aos Aline Carvalho, André Leonardo Chevitarese e José Geraldo da Costa Grillo pela oportunidade de uma graduanda participar do curso de pós-graduação intitulado "Discussões Recentes da Arqueologia Histórica e Estudos de Caso: Grécia, Roma e Modernidade", ministrado no 1º Semestre de 2010.

Referências

BASS, George Fletcher. "The Cape Gelidonya Wreck: Preliminary Report". **American Journal of Archaeology**, Vol. 65, No. 3, Jul., 1961, pp. 267-276. <http://www.jstor.org/stable/501687>, acessado em 07/01/2009.

_____. **Arqueologia Subaquática**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, 13º volume da coleção História Mundi.

Díaz-Andreu, Margarita. **A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FLATMAN, Joe; STANFORTH, Mark. "Historical Maritime Archaeology". In BEAUDRY, Mary C.; HICKS, Dans (ed). **The Cambridge Companion to Historical Archaeology**. New York; Cambridge University Press, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

HINGLEY, Richard. "Cultural Diversity and Unity: Empire and Rome". *In*: HALES, Shelley; HODOS, Tamar (ed). **Material Culture and Social Identities in the Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

JOHNSON, Matthew. **Archaeological Theory: an Introduction**. Oxford: Blackwell, 2008.

KRISTIANSEN, Kristian. "The Discipline of Archaeology". *In*: CUNLIFFE, Barry; GOSDEN, Chris; JOYCE, Rosemary A. (ed). **The Oxford Handbook for Archaeology**. New York: Oxford University Press, 2009.

LAFUENTE, Antonio. "Enlightenment in an Imperial Context: Local Science in the Late-Eighteenth-Century Hispanic World". **Osiris**, 2nd Series, Vol. 15, Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise, (2000), pp. 155-173. <http://www.jstor.org/stable/301946>, acessado em 02/07/2008.

LEFFLER, Melvyn P. **A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration and the Cold War**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

Morris, Ian. "Archaeology as Cultural History". *In **Archeology as Cultural History***. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. Pp.3-33.

MUCKELROY, Keith. **Maritime Archaeology**. Cambridge University Press: London, 1978.

OFFNER, Arnold A. **Another Such Victory: President Truman and the Cold War 1945-1953**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

PATERSON, Thomas G. "The Origins of the Cold War". *Magazine of History*, Vol. 2, No. 1 (Summer, 1986), pp. 5-9, 18. <http://www.jstor.org / stable/ 25162491>, acessado em 04/11/2009.

PATTERSON, Thomas C. **A Social History of Anthropology in the United States**. New York: Oxford International Publishers, 2001.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia Até Debaixo D'água**. São Paulo; Maranta, 2002.

SHANKS, Michael. **Classical Archaeology of Greece: Experiences of the discipline**. Londres: Routledge, 1996.

SNODGRASS, Antony. "Archaeology and History". *In **An Archaeology of Greece: The Present State and Future Scope of a Discipline***. Los Angeles: University of California Press, 1987. Pp. 36-66.

Uma novidade bombástica: Imagens publicitárias de automóveis em um periódico curitibano de 1913

Naiara Batista Krachenski¹

Resumo: Pretendemos entender neste trabalho como o discurso da modernidade que chegava ao Brasil e a Curitiba no início do século XX se fazia presente nas representações imagéticas cotidianas e o modo pelo qual a publicidade participava na construção destas mensagens através dos recursos visuais. Para tanto, são analisadas propagandas dos automóveis BENZ presentes na revista *A Bomba* (1913) utilizando uma metodologia de análise que consiste em considerar a linguagem própria da imagem e interpretar alguns de seus possíveis significados históricos.

Palavras-Chave: Automóveis, Artes Visuais, Modernidade, Publicidade.

História e Artes Visuais: algumas considerações metodológicas

Com a incorporação de novos tipos de fontes históricas e de novas problemáticas abordadas pelos estudiosos a partir da Escola dos *Annales*, iniciaram-se indagações a respeito de como trabalhar com novos objetos. Contudo, somente a partir de meados dos anos 1980 os historiadores vêm debatendo acerca da utilização das fontes visuais. Se textos escritos possuem uma linguagem própria de acordo

¹ Em setembro de 2010, aluna do sexto período de graduação em História da UFPR. Este trabalho é orientado pela Professora Doutora Rosane Kaminski.

com o período em que foram produzidos e todas as outras implicações para a historiografia, porque ao trabalhar com imagens estas questões não eram abordadas pelos historiadores? Perguntas como esta passaram a chamar a atenção dos pesquisadores e logo os trabalhos historiográficos passaram a incorporar os conhecimentos produzidos pelas áreas das Artes Visuais e da Semiótica, por exemplo.

A principal contribuição da Semiótica para a História foi compreender a linguagem específica pela qual a imagem expressa seus significados, bem como o modo pelo qual conteúdo e forma estão intimamente ligados neste processo. Também a noção de *processo* foi incorporada nesses estudos, ou seja, a representação – seja ela qual for – não é mais entendida como o resultado de uma apropriação pura da realidade, mas é percebida enquanto um processo de construção do real². Questões acerca da natureza e das especificidades da imagem são de fundamental importância para nosso estudo, contudo, neste trabalho procuraremos focar mais as questões metodológicas do trabalho com as fontes visuais³.

² A questão da semelhança entre a imagem e a realidade e seus debates mais específicos são apresentados por Jacques Aumont em seu trabalho intitulado *A imagem*. (Aumont, 1993: 197-254)

³ Sobre questões teóricas iniciais acerca das especificidades da imagem ver Aumont, 1993; Joly, 1996 e Sorlin, 1994.

Feitas as reflexões necessárias para sustentar o valor da imagem como fonte legítima para o trabalho histórico, fica a pergunta: então, como fazer? Sobre esta indagação vários autores têm apresentado apontamentos metodológicos e, dentre estes, consideramos que o trabalho de Artur Freitas clareia nosso caminho. No artigo *História e imagem artística: por uma abordagem tríplex* o autor propõe que se leve em consideração pelo menos três dimensões ao estudar fontes imagéticas: a dimensão formal, que analisa a lógica própria da composição visual; a dimensão semântica, que considera os conteúdos da imagem e a dimensão social, que entende a imagem como um signo cultural determinado (Freitas, 2004: 3-4). É a partir desta delimitação metodológica que encaminharemos nossas análises, uma vez que ela leva em conta questões pertinentes à linguagem própria das imagens e vai além, pois busca compreender sua historicidade e seu contexto de produção e circulação.

A Modernidade em Curitiba

Neste artigo trabalhamos com propagandas de automóveis encontradas na revista curitibana *A Bomba*⁴ que circulou na cidade

⁴ A historiadora Rosane Kaminski, ao fazer um levantamento das revistas curitibanas de 1900 a 1920, definiu pelo menos três classificações para elas: a) revistas literárias; b) revistas de humor e c) revistas de caráter publicitário ou de promoção institucional. A revista *A Bomba* se enquadra na segunda opção, por ser uma revista que veiculava muitas charges e por que suas manchetes possuíam um

de junho a dezembro de 1913. Este ano faz parte de um momento de grandes mudanças pelo qual passava não só a pequena cidade de Curitiba, mas também várias capitais brasileiras. De acordo com Nicolau Sevchenko, houve na virada do século XIX para o século XX uma brusca mudança nos cenários e nos comportamentos urbanos nas grandes cidades do mundo, como Paris e Londres. Com o advento de novas tecnologias e com os deslocamentos populacionais mais intensos, as cidades se transformaram nas vitrines das novas técnicas e postulavam a chegada de um novo tempo, a modernidade. As transformações que ocorriam em âmbito mundial também podiam ser vistas no Brasil, uma vez que o país estava inserido na lógica da economia capitalista internacional e se pretendia ‘antenado’ às novas concepções de mundo que vinham da Europa. Nesse momento, as revistas ilustradas que circulavam com uma frequência cada vez maior auxiliavam na construção de um ideário moderno, pois, segundo a historiadora Rosane Kaminski, além de elas reforçarem

caráter “bem-humorado”. Além disso, *A Bomba* foi uma das revistas dessa época que mais deu ênfase à imagem. Seu título já possuía um aspecto bem típico do *art nouveau*, com letras bem desenhadas e sinuosas e em seu interior encontramos várias charges e caricaturas. Contudo, apesar desta profusão de imagens, Kaminski aponta para o fato de que não havia uma coerência estilística em seus desenhos. Ao que parecem, os editores testavam a cada número um design diferenciado. Sobre este fenômeno, a historiadora afirma que ele se dava pela incipiência de um meio artístico em Curitiba naquela época. Por isso, portanto, a falta de profissionais dessa área gerava uma menor qualidade das imagens das revistas curitibanas quando comparadas às revistas da mesma época do Rio de Janeiro e de São Paulo, por exemplo. Ver Kaminski, 2010b.

padrões de gosto e comportamentos que se viam nas grandes metrópoles, elas também criavam novas percepções de mundo a partir dos esquemas gráficos e das inovações técnicas que apresentavam.

Aqui é importante lembrar, conforme aponta Renato Ortiz (1988: 31-37), que no Brasil “a idéia de moderno se associa a valores como progresso e civilização”. Tal ideia sobre a modernidade deve-se ao fato de há uma associação freqüente de que uma sociedade moderna é uma sociedade racional. A partir dessa afirmação, estabelece-se o paradigma de que a razão determina a ação humana em seu agir no mundo e, conseqüentemente, o triunfo da razão e da ordem científica. Sob esta perspectiva, ciência e técnica seriam os instrumentos por excelência da modernização (TOURRAINE, 1994: 17-20)⁵.

Porém, apesar de a mensagem publicitária aqui analisada considerar a modernidade como algo positivo, a partir de um dos símbolos do progresso e da civilização, não podemos nos enganar e pensar que esta era a única ideia acerca da modernidade e suas

⁵ É importante destacarmos aqui que na primeira parte do livro (Parte 1: O triunfo da Razão), Tourraine explora outras definições do conceito de modernidade. A ligação entre sociedade moderna e sociedade racional é apenas uma delas, e este conceito não se reduz a ela. Além disso, devemos considerar a separação entre esfera pública e esfera privada, a substituição de Deus pela Ciência no centro das explicações e a clivagem que ocorre nesse processo entre Sujeito e Objeto (TOURRAINE, 1994: 15-95)

transformações que circulavam no Brasil e, mais especificamente, em Curitiba. As charges veiculadas pela mesma revista *A Bomba* nos permitem interpretar a recepção dessas transformações sob um outro olhar, um olhar mais crítico, olhar daqueles que estão “fora” do projeto modernizador brasileiro.

A Publicidade de automóveis BENZ em *A Bomba*

A partir deste conceito de modernidade que se queria solidificar no Brasil, a publicidade de automóveis presente n’*A Bomba* tinha pelo menos duas funções primordiais: apresentar este objeto à população curitibana, relacionando-o com o progresso científico e tecnológico e reforçar os esquemas imagéticos pelo qual a modernidade deveria ser entendida.

De fato, a principal função da publicidade é criar necessidades sociais através das significações que constrói. Para Baudrillard, inclusive, esta função é anterior e mais importante que a função de persuasão por uma ou outra marca (Baudrillard, 1969: 271-272). Nesse sentido, a publicidade é um dos veículos pelos quais se edificam os símbolos⁶ de uma sociedade. Ela dá coerência a uma

⁶Charles Peirce distingue três tipos de funções dos signos visuais: o ícone, o índice e o símbolo. O ícone trava uma relação de analogia com o objeto que representa, ou seja, estabelece-se uma relação de similitude. O índice mantém uma relação de contigüidade com o objeto representado e se relaciona com ele devido a ligações físicas entre o objeto e a representação. Os símbolos, por sua vez, são signos que

série de valores de determinada coletividade através de um discurso de igualdade entre os consumidores. No entanto, como notou Baudrillard, essa igualdade é um mito, pois, na prática, o que existe é um processo de significação para a diferenciação social. A produção de significantes é feita para se manter uma lógica e uma unidade social baseadas nos desejos individuais. Tal ordem é transmitida pela publicidade de uma maneira indireta através de um jogo entre ter e não ter, através da gratificação do olhar e da frustração pela ausência do que se deseja (Baudrillard, 1969: 276). É dessa forma que a diferenciação social se realiza, a partir de uma confrontação entre o indivíduo e a sociedade, uma vez que a aquisição de determinado objeto só tem valor dentro de um grupo que lhe assegura determinado valor. Mais uma vez, o valor do objeto não está nele mesmo, mas nos significados sociais que lhe são atribuídos dentro de determinada formação cultural.

A partir desses processos de construção dos significados pela publicidade, a historiadora Márcia Padilha afirmou que nessa mesma lógica as propagandas também constroem as subjetividades urbanas. Estas são afirmadas no espaço público⁷ e permitem que os indivíduos compartilhem desejos e percepções acerca do mundo.

mantém uma relação de convenção com o referente. Tal convenção é construída sócio-culturalmente. Ver Joly, 1996.

⁷ Sobre a questão da transferência da formação de subjetividades do espaço privado para o espaço público na cultura midiática ver Habermas, 2003.

Certamente, nessa linha de pensamento, devemos considerar que a apreensão dos significados produzidos (ou reforçados, no caso das nossas propagandas) depende das condições específicas de seus leitores⁸.

Como dito anteriormente, as propagandas dos automóveis BENZ que circulavam n'*A Bomba* veiculavam certas percepções da sociedade moderna que se queria para a pequena Curitiba do início do século XX. Os signos desta sociedade, contudo, não eram construídos unicamente pelos objetos anunciados, mas também pela forma como eram apresentados aos leitores.

A primeira propaganda BENZ [imagem 01] circulou na revista número 7 no mês de agosto, portanto já no terceiro mês que *A Bomba* vinha a público. Nela o automóvel é representado por um desenho bem técnico⁹, de linhas retas e em preto e branco. O carro está em destaque na posição central da propaganda sobre um fundo laranja de cor chapada, o que lhe confere a preeminência do olhar do

⁸ Roger Chartier afirma em seu texto clássico *O mundo como representação* (1991) que a leitura depende das condições históricas e sociais nas quais os indivíduos estão inseridos, bem como não há uma única forma de compreensão e utilização dos textos, mas múltiplas significações que os sujeitos atribuem.

⁹ Utilizamos esta expressão “desenho técnico” para nos referir a um desenho caracterizado pela sua normatização e pela apropriação que faz das regras da geometria descritiva. O desenho técnico é um dos principais elementos de um projeto arquitetônico ou de engenharia, por exemplo. ([http:// pt.wikipedia.org/wiki/Desenho_técnico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenho_técnico) – acesso em 23/02/2011). Nas nossas análises, esta expressão está em oposição ao que denominamos “desenho artístico”, cujos traços são menos precisos e mais livres.

espectador. A marca, o slogan e as informações sobre o representante no Paraná se repetem ao longo das propagandas aqui analisadas. Podemos perceber que neste anúncio a imagem do automóvel possui um caráter demonstrativo como um meio de transporte novo, uma vez que o primeiro a circular em Curitiba foi trazido em 1903 por Francisco Fido Fontana - o mesmo personagem a quem a propaganda faz referência e que era um grande empresário do ramo da erva-mate no Paraná, ou seja, possuía na época fortuna e destaque social¹⁰ - e um caráter representativo de uma ordem social também nova, a ordem da técnica e da ciência. Como foi mencionado anteriormente, a partir das considerações de Renato Ortiz, a noção de moderno entrava no Brasil associada ao ideário liberal e aos valores de progresso e civilização que chegavam principalmente da Europa. Já o texto do anúncio tem um caráter informativo no sentido de associar o “automóvel preferido” à marca BENZ e a indicar quem é o representante da marca no Paraná.

¹⁰ O automóvel trazido em 1903 era um Renault modelo La Minerve. Além da sua posição social enquanto empresário do ramo ervateiro, importante ciclo econômico paranaense no final do século XIX e início do século XX, até 1912, quando do falecimento de sua primeira esposa, Fido Fontana era genro do Barão do Serro Azul, importante figura no cenário da elite paranaense.



Imagem 1: Quarta capa anúncio automóveis Benz

A Bomba nº07 ago/1913

Como apontou Artur Freitas no artigo mencionado anteriormente, ao trabalharmos com fontes visuais devemos fazer um primeiro procedimento de análise que ele denomina de *isolamento metodológico*, ou seja, destacar o objeto a ser estudado e entender suas estruturas formais para depois “devolvê-lo” no todo e compreendê-lo enquanto um produto social através de suas significações. Nas nossas análises, ao isolarmos temporariamente as representações do automóvel nas publicidades, podemos entender que tal representação apresenta variadas formas ao longo dos

anúncios BENZ na revista *A Bomba*. Nesta primeira propaganda, a diagramação do anúncio é feita de forma tal que o percurso do olhar é inicialmente atraído pela representação técnica do automóvel. Segundo Joly, esta é uma construção denominada de axial, quando o produto é colocado no eixo do olhar, no centro do anúncio. É uma diagramação que destaca o objeto da propaganda e é utilizada quando um produto é novo no mercado (JOLY, 1996: 98).



**Imagem 2: Quarta capa
anúncio automóveis Benz
A Bomba nº10 set/1913**



**Imagem 3: Quarta capa
anúncio automóveis Benz
A Bomba nº15 out/1913**

Já as imagens 2 e 3 são propagandas de setembro e outubro. Como podemos ver, sua composição é diferente da anterior. Elas podem ser divididas em três partes: uma parte da representação do automóvel, outra com o nome da marca e outra com a caixa de texto que contém as informações sobre o representante e o slogan. Na parte superior da imagem 2 se encontra o nome da marca em um destaque maior que na imagem 1. As letras de BENZ são grandes e desenhadas em estilo *art nouveau*¹¹, muito utilizado nos periódicos da época, e está sobre um fundo azul claro. Ainda aqui a representação do automóvel é um desenho técnico, porém as hachuras e as linhas que simulam o chão lhe conferem mais volume e uma espacialidade um pouco mais definida. As cores deste anúncio são gelo, ocre e verde escuro. Dessa forma, o azul claro ao fundo da marca lhe garante um destaque maior. A propaganda 3, por sua vez, mantém uma composição bem parecida com a anterior. Contudo, a representação do automóvel é distinta, pois ele está pintado de preto com detalhes em cinza. Aqui, a moldura que circunscreve o carro e o

¹¹ O *art nouveau* se desenvolveu na Europa no final do século XIX e era um estilo decorativo presente na arquitetura e nas artes gráficas. Uma de suas propostas era o fim das distinções entre a “Grande Arte” e as “artes aplicadas” que se apresentava na união da Arte e da indústria. As principais características visuais desse estilo são as linhas sinuosas e formas arredondadas e assimétricas. O colorido também faz parte do seu poder de sedução, uma vez que era um estilo muito ligado ao consumo. Para mais informações sobre o *art nouveau* ver Raimés, 2007 e Cardoso, 2008.

desenho da marca estão em sintonia, na medida em que o fundo vermelho de BENZ se liga de uma maneira muito sutil à representação do automóvel, ou seja, eles se conjugam para darem uma impressão de ligação extrema entre o automóvel e a marca anunciada.

Em *A cidade como espetáculo*, Márcia Padilha apresenta pelo menos quatro sentidos pelos quais a publicidade definia o termo moderno. O primeiro era entender a modernidade como uma representação do progresso científico, linear e cumulativo; a segunda era relacionar o moderno aos maquinismos e às tecnologias responsáveis pelas novas percepções sensoriais; a terceira era a que associava o termo moderno a um estilo de vida cosmopolita baseado no consumo de bens de luxo e nos hábitos comportamentais europeus e estadunidenses e finalmente, entendiam a modernidade como o ideal da ordem social burguesa (Padilha, 2001: 105). Nestas três propagandas verificamos que a modernidade se ligava à tecnologia e ao progresso científico, pelas representações técnicas dos automóveis. Contudo, a composição das imagens sugere o apelo ao maior poder de sedução que as novas técnicas de impressão e confecção das propagandas possibilitaram. De forma indireta, a qualidade das imagens representa este novo ideal burguês de luxo e de consumo requintado. Dessa forma, esses conceitos iam se

destilando entre os leitores que passavam a adotar novos hábitos comportamentais¹².

Entretanto, se podemos dizer que estas primeiras propagandas que circulavam na revista *A Bomba* já deveriam impressionar seus leitores, as propagandas que analisamos a partir de agora têm um destaque maior às técnicas de confecção das ilustrações da publicidade. Como podemos ver na imagem 4, presente na revista de novembro, a propaganda está dividida em duas partes e não em três, como as anteriores. Aqui a marca e a representação do automóvel fazem parte da mesma composição visual. Diferentemente das propagandas anteriores, vemos um carro vermelho, verde e branco que é representado dentro de uma cena, em um desenho mais artístico e menos técnico que os precedentes. A maior diferença desta propaganda com relação às demais é que temos a impressão de que o automóvel está em movimento, o que fica evidente pela echarpe que voa envolta ao pescoço da moça. Além disso, o fato de haver nesta representação duas pessoas – o motorista

¹² Este processo de incorporação dos novos hábitos de uma sociedade moderna não era feito, evidentemente, exclusivamente pelas propagandas de automóveis. A revista *A Bomba* apresentava uma variedade de anúncios sobre os mais diversos produtos. Os que mais se repetem ao longo de seus números são aqueles que procuram vender novos cosméticos, roupas e sapatos. Em todos eles, as imagens não são tão representativas quanto nas propagandas BENZ, porém a linguagem utilizada sempre remete ao novo, ao milagroso e à moda internacional, elementos próprios de uma cultura cosmopolita, dita moderna.

e a mulher – já é indicativo de uma certa mudança nos padrões de representação do automóvel. Até aqui ele era apresentado aos espectadores um objeto de contemplação, símbolo da ciência e do progresso da modernidade. Daqui pra frente as imagens nos mostram que além disso ele é o objeto preferido de desfrute do luxo e de lazer dos novos tempos. O cenário no qual o carro está inserido parece ser uma paisagem campestre, devido às montanhas ao fundo¹³. De acordo com Joly, esta é uma representação em profundidade, uma vez que o produto do anúncio – no caso o automóvel – é integrado em uma cena em perspectiva e está à frente dela, em primeiro plano (Joly, 1996: 98).

¹³ É bom lembrarmos que o campo aqui se remete ao campo do lazer, do descanso daqueles que trabalham no meio urbano e têm a possibilidade de escapar de suas realidades tumultuadas. Esta perspectiva está em oposição ao campo do trabalhador, onde a terra é seu sustento de vida e, por vezes, a causa de suas dificuldades.



Imagem 4: Quarta capa anúncio automóveis Benz A Bomba nº16 nov/1913

É interessante notarmos as cores deste anúncio. O céu vermelho, as montanhas verdes e a terra em um roxo vibrante denunciavam que não havia uma pretensão de analogia com a realidade. Pelo contrário. A brincadeira feita com as cores combina com a noção de movimento do desenho e confere à imagem um tom divertido e até lúdico, representativo dos ideais burgueses modernos. Além do mais, uma das funções práticas da

publicidade é criar o desejo nos consumidores e inseri-los em uma nova lógica social. A criação de uma espacialidade concreta nas

representações dos automóveis garante uma aproximação maior com aqueles que liam *A Bomba*¹⁴.

A imagem 5 também possui esse caráter apelativo aos sentimentos modernos. Enquanto a propaganda acima possui um tom lúdico, esta possui um aspecto mais sensual, devido ao estilo das letras de BENZ e da própria representação do automóvel que possui três pessoas, um homem e duas mulheres. A composição da imagem é novamente dividida em três partes. Na primeira, vemos um carro em vermelho com três pessoas que parecem estar desfrutando de um momento divertido proporcionado não só pela companhia de amigos, mas, principalmente, pela presença do automóvel. Esta imagem é circundada por uma moldura vermelho e laranja em um estilo bem típico do *art nouveau*, com suas formas orgânicas e arredondadas, o que confere também fluidez e tem um quê de feminilidade que combina com a representação das duas mulheres na cena. Na segunda parte da imagem estão as letras que compõe a palavra da marca BENZ. É aqui que as formas arredondadas, sinuosas e gordinhas escritas em um vermelho fogo garantem a sensualidade que esta propaganda evoca, justamente pelo estilo gráfico com que são apresentadas. Na terceira parte, por fim, há a caixa de texto com

¹⁴ Mais uma vez lembramos que estas análises dizem respeito somente ao que podemos entender da linguagem da publicidade. A recepção por parte dos leitores não faz parte de nossa proposta de trabalho.

o slogan e com as informações sobre o representante no Paraná, Fido Fontana, sobre um fundo bem amarelo que destoa do restante da composição em tons de vermelho. Mais uma vez aqui, podemos perceber o que Baudrillard postulava em relação à publicidade de que as significações sociais dos objetos de consumo são construídas em paralelo aos desejos individuais. O apelo à sedução, à brincadeira e ao poder que estas propagandas suscitam auxilia na construção do ideal de uma sociedade moderna.



**Imagem 5: Quarta capa
anúncio automóveis Benz A
Bomba nº19 dez/1913**

Contudo, podemos percebermos diferenças nos padrões de representação do automóvel ao longo das cinco propagandas analisadas neste artigo. Do primeiro anúncio, que circulou na revista *A Bomba* em agosto de 1913, até a última, que foi impressa n' *A Bomba* de dezembro do mesmo ano, vemos uma diferenciação não só nos aspectos gráficos das imagens, mas também nos valores transmitidos por eles. Voltando novamente ao texto do historiador Artur Freitas, entendemos que a partir das diferentes maneiras formais de representar o automóvel é possível atribuir várias significações sócio-culturais a estas imagens.

Como já apontado anteriormente, nas três primeiras propagandas encontramos o que Martine Joly denominou de construção axial na diagramação da imagem. Ou seja, uma vez que de agosto a outubro as propagandas de automóveis eram uma novidade nos periódicos, ele era o foco central da atenção nas publicidades e tal objetivo era alcançado colocando-o no centro do olhar do leitor. Além disso, os desenhos dos carros representavam a técnica, não só a tecnologia inovadora que o automóvel trazia aos meios de transportes, mas também as novas técnicas da própria imprensa e da representação artística, já que estas conseguiam produzir imagens muito próximas à realidade, ao próprio objeto. Deste modo, vemos a construção pela publicidade do ideal de

progresso técnico e científico aliado com a obsessão da modernidade em apreender o real em sua forma mais pura e livre de deformações subjetivas.

Já nas propagandas 4 e 5, temos uma variação da representação do automóvel e, com isso, podemos delimitar outras significações transmitidas por ela. A partir de novembro, ou seja, já no penúltimo mês que *A Bomba* esteve em circulação, as imagens das propagandas mostram a ideia do automóvel inserido no cotidiano urbano. Esta mudança na composição visual traz consigo uma outra gama de possibilidades interpretativas para o automóvel. Ele passa a ser visto como o símbolo por excelência da era das máquinas, para ser, além disso, objeto de lazer e de convívio entre pessoas que possuíam determinado status social. Ademais, a construção do cenário no qual o automóvel está inserido não possui nenhuma pretensão em reproduzir a realidade, uma vez que brinca com as cores e com as formas do desenho criando, assim, uma outra imagem para a modernidade, qual seja a de descontração e diversão. Este apelo ao lúdico e ao sensual que estas propagandas evocam está intimamente ligado com a visão de mundo cosmopolita da sociedade moderna. Retomemos mais uma vez Baudrillard quando ele diz que a publicidade se alicerça em um discurso de igualdade entre os consumidores, mas que, na prática, ela inspira a uma diferenciação

social cada vez mais gritante baseada no poder aquisitivo das partes. Se pensarmos que a maioria disparada da população curitibana da época não possuía recursos suficientes para aprender a ler e a escrever, o que dirá de possuírem poder de compra para adquirir um automóvel. As propagandas atendem a um ideal de modernidade que encanta aos olhos e aguça os sentidos de todos, mas que só é atingida por poucos indivíduos.

Considerações Finais

O estudo das publicidades veiculadas na revista *A Bomba* nos permite compreender como o automóvel, signo da modernidade urbana, teve sua entrada simbólica no cenário curitibano do início do século XX através das revistas ilustradas que apareciam cada vez mais na cidade. Outrossim, a figura de Francisco Fido Fontana é aliada à figura do automóvel, uma vez que este era o importador dos carros BENZ e era representante da burguesia ervateira paranaense que tentava se aproximar de todo o jeito às tendências de modernização cosmopolitas. Dessa maneira, as propagandas de automóveis nos permitem refletir sobre pelo menos três processos distintos, porém interligados: 1) a linguagem visual publicitária pela qual um dos símbolos da modernidade era construído; 2) o fenômeno das revistas ilustradas nas metrópoles como agentes que auxiliavam

na difusão desses ideais e na formação de um gosto e de um juízo estético relacionados aos modelos internacionais e 3) o modo pelo qual Fido Fontana participava neste processo como um dos agentes sociais que possibilitavam a inclusão do modo de vida burguês em Curitiba.

Referências Bibliográficas:

AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1972.

_____. “Significação da Publicidade”. In LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” In *Estudos Avançados vol. 5 nº11*. São Paulo, janeiro/abril 1991.

CARDOSO, Rafael. “Design, indústria e o consumidor moderno (1850-1930)”. In CARDOSO, Rafael. *Uma introdução à História do Design*. São Paulo: Blucher, 2008.

FREITAS, Artur. “História e Imagem artística: por uma abordagem tríplice”. In *Estudos Históricos – dossiê História e Imagem*. Rio de Janeiro, nº34, julho/dezembro de 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

KAMINSKI, Rosane. “A presença das imagens nas revistas curitibanas entre 1900-1920”. In *Revista Científica/FAP*. Curitiba, v.5, jan/jun. 2010.

_____. *O belo efêmero, o gosto brejeiro: imagens da vida fugidia nas revistas curitibanas (1900-1920)*. Texto apresentado no seminário da Linha de Pesquisa “Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História” da Universidade Federal do Paraná, no dia 05 de maio de 2010.

PADILHA, Márcia. *A Cidade como Espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

RAIMES, Jonathan. *Design Retrô: 100 anos de design gráfico*. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCHRØDER, Kim & VESTERGAARD, Torben. *A Linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SORLIN, Pierre. “Enganosas e indispensáveis: as imagens, testemunhas da História”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: nº13, 1994.

TOURRAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Sites

http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenho_técnico - acesso em 23/02/2011.

Notas sobre o neonazismo no site Extreme Violent Racism

Pedro Carvalho Oliveira¹

Resumo: O trabalho busca compreender como o fascismo vem ressurgindo no tempo presente e como este discurso extremista tem sido difundido atualmente, assim como observar de que maneira os grupos voltados para estas ideias se apropriam da Internet para expor propagandas violentas contra os opositores deste pensamento. Para tanto, analisaremos o site norte-americano Extreme Violent Racism (<http://www.whitehonor.com/>), que em suas páginas utilizam de apelos de todos os tipos para angariar adeptos tentando convencê-los da necessidade de tornarem-se nacional-socialistas.

Palavras-chave: neonazismo; fascismo; História do tempo presente; Internet.

Introdução

O fim da Segunda Guerra Mundial não sepultou o fascismo, ao contrário do que muitos pensavam e pensam até os dias de hoje. No mundo inteiro, diversas manifestações a favor do nacional-socialismo hitlerista e das ideias de Benito Mussolini podem ser observadas, como na Alemanha, onde, de acordo com fontes oficiais,

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/História/UFS) e membro do Grupo de Estudos do Tempo Presente (CNPq/UFS). Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard. E-mail: Pedro@getempo.org.

aproximadamente 80 grupos, reunindo cerca de 68 mil pessoas, tinham o potencial para serem classificadas como militantes fascistas, no final do século XX (SILVA, 2004). A Internet, mecanismo que desde a década de 1990 tem ganhado força na sociedade de informação, tem se tornado uma ferramenta essencial para a propaganda extremista, uma vez que alcança o mundo inteiro e facilita a expansão destes ideais. O site Extreme Violent Racism (<http://www.whitehonor.com/>), sobre o qual nos debruçaremos, é uma prova de que a extrema-direita ganha força com a rede mundial de computadores.

O Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq), da Universidade Federal de Sergipe, e a pesquisa vinculada a ele, intitulada “Intolerância Digital: história, extrema-direita e cibercultura (1999-2009)”, buscou durante um ano investigar e catalogar sites ligados à extrema-direita, realizar leituras a respeito deste tema e apresentar trabalhos como resultado destes estudos, a fim de trazer a público aspectos do mundo neonazista durante uma década. A pesquisa também buscou conhecer mais proximamente o plano em que estas informações pairam, a internet, sua cultura particular e de que forma ela vem sendo utilizada por estes grupos. Para a História, esta pesquisa pode auxiliar na compreensão do ressurgimento do fascismo e da força que tem ganhado através dos

anos, afastando-o da idéia de que esta ideologia ficou no passado, e que é possível observá-la no tempo presente, momento no qual se foca esta vertente historiográfica que tanto tem gerado discussões a respeito de sua validade científica.

Antes de adentrarmos nas informações resultantes da pesquisa no site Extreme Violent Racism, tentaremos esclarecer os propósitos de estudar o tempo presente, sua necessidade, sua metodologia, e de que forma ela está associada ao tema aqui proposto, além de transitarmos num breve reconhecimento do mundo virtual, onde as fontes para este estudo estão disponíveis.

Estudo do tempo presente – jornalismo ou história?

O surgimento de uma história do presente, no final da Segunda Guerra Mundial, serve à necessidade de compreender os diversos precedentes e resultados deste acontecimento na Europa. Fenômenos políticos como o nazismo e o fascismo apareciam como importantes objetos de estudo, uma vez que se fazia necessário entender as razões pelas quais estas políticas chegaram ao poder, para que, desta forma, se evitasse que pudessem fazê-lo novamente; os diversos países que participaram da guerra agora ganhavam novas faces que seriam apresentadas para o mundo: a Alemanha, derrotada e culpada pela guerra de um lado, e a França, triunfante em sua

vitória, de outro, entre outras ocorrências, levaram à necessidade de um estudo daquele período, mesmo que, para o historiador, encarregado deste exame, não houvesse o recuo temporal necessário exigido pela metodologia tradicional de sua ciência (LAGROU, 2009).

Graças a esta exigência metodológica, esta vertente historiográfica vem sendo alvo de críticas no universo acadêmico devido a uma confusão existente quanto a uma possível semelhança com o jornalismo, em razão de sua análise estar direcionada a acontecimentos muito recentes, estando o historiador dedicado a esta modalidade de história muito próximo de seu objeto de estudo, presenciando seus desdobramentos “no calor do momento” (LAGROU, 2009). Esta confusão existe devido a um perfil conservador inspirado pelo historicismo, em que se procura afirmar que para que o historiador seja imparcial e examine seu objeto de estudo sem se envolver com ele (o que por si só é impossível, admitem até mesmo alguns dos autores mais conservadores), faz-se necessário um afastamento temporal para que as informações obtidas sobre este objeto sejam devidamente recolhidos e possuam, também, uma qualidade quantitativa. Para Robert Frank,

há imediatismo entre o historiador do presente e a testemunha, e é preciso tirar partido disso. Mas o dever

do historiador consiste em criar uma mediação entre o depoimento e ele. Eis porque a noção de “história imediata” é sem dúvida criticável. A mediação é necessária. Ela deve ser construída, e passa pela reflexão crítica sobre o tempo e pela colaboração do depoimento na perspectiva da espessura da duração, aquela do passado próximo e longínquo. É essa consideração do longo termo que faz a diferença fundamental entre a “história do presente” e o trabalho sobre a “atualidade, entre o historiador e o jornalista. (FRANK, 1999, p. 117)

Vemos que, por se tratar de uma história dos acontecimentos recentes, a história do presente se assemelha ao jornalismo, que é imediato aos acontecimentos, sejam eles quais forem: políticos, sociais, econômicos etc. Entretanto, a diferenciação entre o jornalista e o historiador pode ser simplesmente observada: enquanto as notícias trazidas pelos jornais exibem as informações mais simples e menos aprofundadas dos acontecimentos, tendendo para uma superficialidade, insuficiente para a história, o historiador buscará confrontar as mais diversas informações visando alcançar uma conclusão que seja a mais próxima possível dos acontecimentos, explicando-os, então, ainda que muito próximo dos acontecimentos; a diferença entre o jornalista e o historiador do tempo presente é o tratamento que ambos dão às informações, e para que exista esta diferença, o historiador apóia-se numa metodologia de pesquisa.

Este perfil metodológico que obriga o historiador a estudar somente o passado distante é visto pelos historiadores do presente como ultrapassado e inadequado aos rumos que esta ciência tomou após 1945.

Já se foi o tempo em que se acreditava que, quanto mais distante de nós, mais científica poderia ser a História. Vivíamos ainda o mito da História positivista, aquela que “fazia os documentos falarem”, como se História não fosse uma articulação entre o nosso olhar e o acontecido. Não que eu aceite a idéia de esquecer o passado remoto. Fingir que filósofos gregos, profetas hebreus, legisladores romanos ou papas medievais não nos influenciaram é ingênuo e tolo. Como ingênuo e tolo é tentar estudar o tempo presente de forma a-histórica, apenas pelo noticiário televisivo ou de rádio, com suas fórmulas batidas e levianas (PINSKY, 2007, p. 8).

Portanto, o historiador do presente envolve-se com seu estudo de uma maneira maior, afastando-se do positivismo que negava essa possibilidade, na tentativa de realizar uma crítica mais adequada ao seu objeto de estudo: os acontecimentos recentes. Tomar cuidado para que estes acontecimentos sejam adequados ao perfil de fato histórico é indispensável ao pesquisador, devendo ele produzir conhecimento, e não apenas informação, objetivo único do jornalismo (PINSKY, 2007).

Mas, por outro lado, um tratamento adequado das fontes pesquisadas exige que o historiador constitua uma metodologia para organizar suas informações. Esta sistematização das informações permitirá ao pesquisador uma precisão essencial para o avanço de seu trabalho, além de permitir a coleta de uma significativa quantidade de elementos constituintes de seu objeto de pesquisa e produzir conhecimento através delas, como um resultado final. Este processo envolve aquilo que chamamos de “método histórico”, que

é “a constelação de regras do pensar o passado”. As regras indicam os processos pelos quais o passado humano é contemporizado como história. Ao longo do desenvolvimento do pensar histórico, foram sendo consolidados os pontos referenciais de sua regulamentação nos mais diferentes paradigmas metodológicos (DIEHL, 2001, p. 21)

Ou seja, a pesquisa histórica deve obedecer alguns princípios para que possua um sentido, para que seu resultado alcance o objetivo previsto. Dentre estes princípios, a crítica ao objeto de estudo, sua interpretação em seus diversos níveis, dentre outros, assumem o papel de regra para que seja possível determinar as direções da pesquisa a um resultado satisfatório. Em nossa pesquisa, a catalogação dos sites visitados, utilizando o sistema CODEX, um site (www.codexbrasil.org) que permite cadastrar e controlar links da Internet, descrevendo-os e inserindo informações

sobre seu funcionamento, nos permite acessar as informações contidas neles para observar com detalhes como se articula a expansão de idéias fascistas no meio virtual, conhecendo seus hábitos, costumes e a forma como se comportam na rede mundial de computadores. Esta catalogação, além dos downloads das próprias páginas, utilizando o programa WinHTTrack, capaz de realizar esta função, nos permite acumular dados para posterior leitura, crítica e interpretação de informações que nos levem a um conhecimento cada vez mais abrangente destes grupos.

Aquilo que vimos nos sites pesquisados foi confrontado com as leituras a respeito do assunto, disponibilizadas pelo orientador, para que a crítica das informações disponíveis na rede fosse assegurada, uma vez que existe um preconceito por parte de alguns historiadores quanto à integridade das fontes encontradas na Internet que, em razão do fácil acesso e possibilidade de inserção de informações por qualquer indivíduo, acabam caindo em certo descrédito.

Internet e História – A Web Como Fonte Para O Historiador

O surgimento da Internet na década de 1960, como um mecanismo de defesa militar durante a Guerra Fria (1945 a 1991), aproximou homens de máquinas, uma vez que esta relação era

necessária para o desenvolvimento tecnológico em demanda na época, enquanto Estados Unidos e seus aliados do bloco capitalista e a União Soviética ao lado dos demais países socialistas tentavam superar um ao outro neste âmbito (BRABROOK, 2009). O aparecimento desta relação deu origem a uma linguagem específica para que a comunicação entre homens e computadores pudesse existir. Os elementos designativos dos componentes virtuais dos computadores e todo seu comportamento interativo, ou seja, seu mundo próprio, são chamados de cibercultura. Como explica Erick Felinto:

A cibercultura assinala sua especificidade com base nesse novo modelo tecnológico [digital], cujas características seriam inteiramente distintas do modelo anterior. Para Lev Manovich, por exemplo, essa transformação envolve, em última instância, “[...] a tradução de toda mídia existente em dados numéricos acessíveis por meio de computadores” (2001, p. 20). Temos aí, de fato, um dado essencial: na cibercultura, o valor supremo é a informação representada numericamente. Em outras palavras, a cibercultura promoveu uma radical “informatização” do mundo – uma visão na qual toda a natureza, incluindo a subjetividade humana, pode ser compreendida como padrões informacionais passíveis de digitalização em sistemas computadorizados (FELINTO, 2006, p. 4)

Sendo assim, a cibercultura transfere para o mundo virtual o mundo dos homens, numa espécie de “digitalização” da nossa

cultura, a fim de que se torne possível a interação entre ambos os mundos – o real e o virtual. Nela, a Internet e os demais mecanismos são parte de um imaginário muito particular. Com a popularização da Internet em meados da década de 1990, o acesso tornou-se mais fácil e cada vez mais pessoas passaram a utilizá-la como meio de comunicação, desprendendo-a de sua proposta militar inicial (BARBROOK, 2009). Seu crescimento assinalou o a expansão da informação como objeto de interesse das sociedades mais desenvolvidas, facilitando a velocidade da recepção e transmissão de notícias, a interação entre pessoas de pontos diferentes do mundo, o que, consequentemente, ampliou o conhecimento do homem a respeito da cibercultura, fundamental para o acesso aos benefícios proporcionados dentro deste ambiente. Ou, como disse Pierre Lévy, “o espaço cibernético está se tornando um lugar essencial, um futuro próximo de comunicação humana e de pensamento humano” (2009). O homem passa a criar também dentro deste novo ambiente aquilo que criava fora dele.

Porém, devemos observar que, em parte, o mundo da cibercultura transcende o mundo virtual, chegando a nós através de manifestações artísticas e culturais baseadas neste universo imaginário. A música eletrônica, os filmes de ficção científica que exploram a fusão entre homem e meio cibernético (Matrix, Blade

Runner – O Caçador de Andróides, Johnny Mnemonic – O Cyborg do Futuro, para citar alguns exemplos), a literatura (como no livro *Neuromancer*, de William Gibson, que inaugura o termo ciberespaço) inspiraram o surgimento de movimentos urbanos modernos que busca viver esta “realidade” futurista, prevista nestas produções culturais, onde homens e máquinas chegam a se confundir, vivendo num mesmo mundo que nem é completamente real, nem completamente virtual, mas uma mescla entre os dois, proposta por estes elementos midiáticos. O cyberpunk, espécie de movimento subversivo que mistura elementos da cibercultura e do movimento punk, é um dos exemplos desta tentativa de transpor o mundo virtual para o mundo real.

Surgido com o livro de William Gibson, o cyberpunk é contrário às regras impostas pela cultura virtual, desobedecendo-as. No livro, trata-se de um indivíduo imerso num mundo dividido entre humanos e máquinas e que se utiliza de seus conhecimentos tecnológicos para quebrar as barreiras impostas pelas autoridades. Semelhantes a eles, na vida real, são os *hackers*, indivíduos que, em nome do compartilhamento das informações contidas na rede, capazes de adentrar em ambientes virtuais restritos e policiados por sistemas de segurança considerados invioláveis. Os “cowboys” de Gibson preocupam políticos e banqueiros:

Por trás deste discurso hacker existe uma filosofia. O conhecimento deve ser livre. Isto é muito diferente da ética protestante, para a qual o dinheiro enobrece o ser humano. De acordo com o jargão hacker, "a original ética hacker significa a crença que o compartilhamento da informação é um bem um poderoso e positivo." Na prática isso significa um dever ético de se trabalhar sob um sistema aberto de desenvolvimento, no qual o hacker disponibiliza a sua criação para outros usarem, testarem e continuarem o desenvolvimento (DIMANTAS; MARTINS, 2008, disponível em <http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2213>, acesso em 27 de Julho de 2010)

Os *hackers* aparecem como indivíduos contrários a uma espécie de privatização da informação, que deve ser restrita a poucos. Para eles, a informação presente na Internet, seja de que natureza for, deve ser pública. Essencialmente, os *hackers* agem em benefício coletivo, e não individual, da mesma forma que parte do movimento punk passou a pensar no início da década de 1980, quando tornou-se mais politizado. Daí o termo cyberpunk a este tipo de atitude.

Não somente esta interação homem-máquina, como o caso dos *hackers*, é importante para o historiador como um possível objeto de estudo, mas também a forma como esta interação gera informações a respeito de acontecimentos pertinentes ao estudo da história, como no caso do fascismo. Nos sites visitados durante a pesquisa, pudemos observar a cultura, o comportamento e os modos de agir destes grupos, assim como sua ideologia e as formas como

ela é apresentada, através da música, de vídeos, panfletos, textos desenvolvidos por ideólogos dos movimentos e até mesmo por membros deles, além da disposição de livros e revistas importantes para estender a propaganda nacional-socialista.

Extreme Violent Racism – A Violência Como Forma De Luta

“For those with hope, for those with courage, for those who have finally realized that nothing short of a White Revolution will save our race. Supreme White Power, doing whatever it takes for total Aryan Victory.” Estes dizeres são o cartão de boas vindas do Extreme Violent Racism (IP: 65.98.56.50). O próprio nome do site (Racismo extremamente violento, em português) deixa clara a sua proposta: combater a presença de negros, judeus e outras minorias na política e na sociedade norte-americana.

Ao adentrarmos no site, em sua página inicial, encontraremos um *banner* com a fotografia de uma arma de fogo e a frase *Powered by hate* (ou Movido pelo ódio). Acima, a frase “Revolução branca é a solução final”. Mesclando as duas sentenças, podemos concluir que a violência é algo estratégico e importante para grupo idealizador da página em uma esclarecida e explícita luta a favor do racismo. E ao adentrarmos mais profundamente nas páginas do site poderemos comprovar ainda mais este viés agressivo,

fundamentado em teóricos nazistas e em propostas políticas nacional-socialistas.

A cada página, encontramos novas provas deste radicalismo violento, além da insistência de que uma revolução é necessária para eliminar completamente os negros da vida do “homem branco”, assim como para que a consciência a respeito da importância do nacional-socialismo se faça presente na sociedade norte-americana. Vejamos o trecho a seguir, retirado de uma das postagens do sítio:

Every intelligent individual on the planet predicted Obama's failure and traitorous actions against America's White Working Class, and they were right. In just a few months, he has spent over \$1 Trillion and is talking about all the gun rights he plans on taking away, while giving rights to illegal mexicans. Maybe all of you out there who have e-mailed me about finally being fed up with "our" government's crooked actions will get off your butts and start becoming racial activists - spread the word.

Axl Hess, codinome do principal autor e dono do site, diz que o atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, primeiro presidente negro a ser eleito naquele país, traiu a classe operária norte-americana e que isto já era previsível. A traição, segundo o autor, se trata do fato do presidente supostamente ter investido um trilhão de dólares em planos de desarmamento, além de intencionar eliminar os outros direitos armamentistas existentes no país,

enquanto, em contrapartida, seu governo concede direitos a imigrantes (neste caso, mexicanos) ilegais. A indignação do autor é tamanha que ele aconselha a todos que se sentiram incomodados com as ações do presidente, tomarem partido e tornarem-se “ativistas raciais”. Com isso ele busca convencer os militantes neonazistas a praticar atos de violência contra seus “inimigos”, promovendo até mesmo atentados, os quais o próprio site ensina a realizar, com manuais práticos e ilustrativos.

O problema da imigração é uma constante no discurso neonazista. Em momentos de grandes crises como o vivido pelos EUA recentemente, as tensões sociais dão origem a este pensamento xenófobo e racista, que funciona como uma válvula de escape para os problemas vividos pelo Estado, e, desta maneira, os estrangeiros, negros, homossexuais e outras minorias, passam a significar pessoas que iriam tomar os empregos, mudar os modos de vida daquele povo, introduzir drogas, criminalidade e decadência para aquela sociedade (VIZENTINI, 2000).

Panfletagem Online

A propaganda é, definitivamente, a alma do negócio neonazista. O uso dela é de extrema necessidade para que se faça chegar ao maior número possível de pessoas a ideologia racista

pregada dentro do movimento, um dos principais objetivos deste site. Trata-se de um site voltado quase que exclusivamente à questão racista, e não à repulsa ao comunismo, por exemplo, ou ao controle dos ditos zionistas (judeus) em vários segmentos da sociedade, embora este discurso também apareça; entretanto, seu foco é entusiasmar, ensinar e incentivar as pessoas a violentar as raças que eles, os organizadores do site, jovens nacional-socialistas aparentemente sem muita experiência, supõem ser inferiores.

Porém, há um paradoxo no que diz respeito à propaganda neonazista, e isto é perceptível no próprio website. Enquanto a propaganda se faz necessária para que a palavra nacionalsocialista se espalhe, é necessário que ela se faça de maneira discreta. Portanto, ela deve ser feita de um modo que chegue até os que estão previamente interessados no assunto, pois, caso contrário, poderá atrair autoridades que impeçam a continuidade da ação e possam até mesmo prender os “agentes” neonazistas. Numa página reservada a instruções de como realizar este tipo de divulgação da idéia racista, os autores do site demonstram onde e como estas informações devem ser transmitidas e para quem; além disso, os encarregados de se aventurar em nome de espalhar a palavra neonazista podem conseguir conselhos e instruções para fugir da

polícia, de delatores e qualquer um que se coloque no caminho desta “cruzada pelo racismo”.

Axl Hess é o maior responsável por este manual virtual sobre como propagar informações a respeito do nacional-socialismo, buscando alcançar seus objetivos. Ele disponibiliza panfletos que podem ser facilmente impressos, contendo ilustrações, frases de efeito, além de estatísticas duvidosas a respeito dos problemas que negros, imigrantes e judeus seriam responsáveis nos Estados Unidos e conclamações inflamadas para que os brancos lutem contra seus “inimigos”. Axl também disponibiliza aos visitantes textos fundamentais para entender como a propaganda nazista funciona, incluindo o ensaio chamado *Modern Political Propaganda*, de Josef Goebbels, ministro da propaganda do Terceiro Reich, um especialista no assunto.

“Eu criei este website com a intenção de fornecer a Racistas Brancos informações sobre o que podemos fazer para garantir efetivamente a existência de nosso povo.” Este trecho abre a página de boas-vindas do site Extreme Violent Racism, parte de um longo texto enfatizando seus propósitos, também escrito por Axl Hess. Mais adiante podemos ler: “Esta é a hora de lutar!” e, logo em seguida, a frase “Deus deu à Raça Branca o cérebro para fazer armas, mas ele não irá puxar o gatilho por você.” Não é preciso muito

esforço para compreender o viés declaradamente racista e violento que o site propõe aos seus visitantes. Fica claro ao lermos toda a declaração desta página que a intenção é abandonar as formas pacíficas de luta pelo poder e contra os negros e judeus e assumir que apenas através da violência, ou de uma espécie de guerra, será possível chegar a estes objetivos.

Para que os brancos possam sobreviver a esta guerra, o site disponibiliza manuais de luta urbana, de como se defender, evitar prisões, fabricar armamentos caseiros e realizar treinamentos físicos, a fim de que os “soldados arianos” possam realizar sua luta de maneira eficaz. Esta guerra proposta pelos idealizadores do site é fundamentada por diversos documentos, artigos e livros dispostos na própria página, incluindo uma versão em PDF de “Minha Luta”, escrito por Adolf Hitler enquanto esteve preso, anos antes de tomar o poder na Alemanha. Para alguns neonazistas, a Segunda Guerra não terminou com a derrota dos alemães, ela ainda continua e sua direção deve ser revertida a todo custo.

Considerações Finais

Através da Internet, grupos de extrema-direita vem propagando o racismo, a xenofobia e a busca por um retorno do nacional-socialismo, aproveitando-se do fácil manuseio que este

mecanismo possibilita e o seu longo alcance, num mundo onde a globalização se faz a cada dia também através da rede (BARBROOK, 2009). A rede mundial de computadores nos serviu, nesta pesquisa, como um portal para as informações que, uma vez cuidadosamente estudadas e confrontadas com outras fontes de conhecimento histórico, nos possibilitou a compreensão de que, ao contrário do que se pensava, o fascismo ressurge diante de nossos olhos e não é apenas um fenômeno de um passado distante, que deve ser esquecido, como algo exclusivo daquele tempo histórico (PAXTON, 2007).

Diariamente milhares de acessos são realizados nestes websites e a participação é grande, o que demonstra que o interesse por eles é significativo, o suficiente para percebermos que o fascismo ainda se mantém presente e ganhando novos adeptos a cada clique. Conhecer a ação destes grupos é entender que o fascismo sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, tornou-se minoritário, porém muito grande, e espalhou-se pelo mundo inteiro. Eventos como a queda do Muro de Berlim (1989), o desmantelamento do bloco socialista com o fim da União Soviética (1991) e as crises nos Estados Unidos no último ano são propícios ao ressurgimento de partidos de extrema-direita com plataformas conservadoras e nacionalistas, que culpam estrangeiros, negros e outras minorias pelas mazelas da sociedade,

como uma forma de desviar o olhar da sociedade dos problemas reais.

Quando, após 1991, o experimento pós-soviético com a democracia eleitoral e a economia de mercado trouxe resultados desastrosos para a Rússia, movimentos como o Paymat (“memória”) resgatam essa rica tradição eslavófila, agora atualizada com elogios explícitos à experiência nazista (PAXTON, 2007, p. 308).

A crise traz ao povo o desespero, e movimentos de extrema-direita, como o Paymat, na Rússia, tentam explicar esta crise utilizando concepções que não são necessariamente seguras ou possuem um fundamento concreto. Levada a acreditar que os problemas sociais vividos são realmente aqueles, tal sociedade acaba considerando as opiniões destes grupos ou partidos políticos, uma vez que, aparentemente, nem o capitalismo, nem o socialismo (já derrubado) resolveram os seus problemas (PAXTON, 2007). A Internet junta o mundo, e com isso pessoas da América do Sul se identificam com o que acontece na Europa, ou na América do Norte, se tal crise ou tal acontecimento político, social ou econômico for semelhante à que vive em tal situação. Estes sites são catalisadores desta identificação com o nacional-socialismo: se já existe no indivíduo que os visita uma pré-disposição para aceitar o que as páginas dispõem, ele se tornará facilmente influenciado.

Referências Bibliográficas

BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

Blood & Honour USA <<http://bloodandhonour-usa.com>>

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. Em busca de uma definição. In: **Do método histórico**. 2ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2001. p. 19 -31.

DIMANTAS, Hernani; MARTINS, Dalton. A Cultura Hacker. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2213>>, acessado em 27 de janeiro de 2010.

Extreme Vilent Racism <<http://www.whitehonor.com/>>

FELINTO, Erick. Os computadores também sonham? Para uma teoria da Cibercultura como imaginário. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n.15, p. 1 – 15. Julho/Dezembro 2006. <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4257>> Acesso em 20 de dezembro de 2009.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKI, Carla B (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 300.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 – Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Rio de Janeiro: **Revista Eletrônica Boletim do tempo**, ano 4, nº. 15. Rio de Janeiro, 2009 [ISSN 9181-3384].

MARQUES, Adhemar Martins, BERUTTI, Flávio Costa, FARIA, Ricardo Moura. **Textos e documentos 7: História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2007.

Metapedia <<http://www.metapedia.org>>

MILMAN, Luís, VIZENTINI, Paulo F. (Orgs.) **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora UFRGS, CORAG, 2000.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 283-312.

SILVA, F.C. Teixeira da. **O Século Sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Pinturas Parietais em Pompéia: Representações femininas

*Pérola de Paula Sanfelice*¹

Resumo: Esta reflexão apresenta um debate acerca das relações que os romanos tinham com a Arte, sobretudo com a pintura. O intuito é fazer uma análise da sociedade romana por meio de fontes selecionadas e contrapor com o discurso largamente difundido na historiografia clássica, na qual os romanos são tidos como um povo homogêneo. Com a intenção de contrapor esta visão, buscamos apontar a multiplicidades dos sujeitos, que acreditamos estarem representadas em pinturas, nas paredes de Pompéia. O foco central será, portanto, nas representações parietais da figura feminina, sendo observadas em de seus lugares de exposição, partindo assim, de um estudo que não se insere apenas na área da História, mas também no campo da Arqueologia e da História da Arte.

Palavras-chave: pinturas parietais, representações, História, História da Arte, Arqueologia

Introdução

“Se os acompanharmos e aprendermos através deles, até mesmo um relance de olhos para fora da nossa janela poderá converter-se numa emocionante aventura.” (GOMBRIGH, 1985, p. 29)

¹ Pesquisa desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni, durante o período de graduação (2006-2009). No ano da publicação deste volume, a autora se encontrava cursando o mestrado em História pela UFPR.

Para desenvolver esta discussão, nos dedicamos primeiramente a compreender um dos maiores ensaios sobre a História da Arte, de E.H.Gombrich. Ao tecer importantes considerações sobre a Arte, tais como esta que citamos acima, no início de seu livro, o historiador da Arte nos convida a descartar hábitos e preconceitos, para que possamos compreender com maior clareza e sensibilidade a História da Arte, composta por uma infinidade de tendências e pintores, ambos com as suas singularidades. Nessa obra, Gombrich afirmou que a História da Arte é, sobretudo, “um excelente modo de exercitarmos os nossos olhos para as características particulares das obras de Arte e, por conseguinte, de aumentarmos a nossa sensibilidade para os mais sutis matizes de diferença” (GOMBRICH, 1985, p. 37), inspirando nossa reflexão e nos instigando a pensar que não apenas a História da Arte pode ser vista desta maneira, mas toda a História. Assim, procuraremos desenvolver este trabalho temas que ressaltem as pluralidades existentes dentro do universo Romano e que serão descritos como uma das interpretações possíveis que se pode fazer destes temas, portanto, não buscamos produzir uma história factual e baseada na meta-narrativa, mas uma história a partir do particular para diversificar a análise dos diversos sujeitos envolvidos. (FUNARI, 2004)

O interesse pela temática, em grande parte, surgiu ao longo do curso de História, no qual foram sendo apresentados alguns debates historiográficos mais recentes, sobretudo aqueles que discutem a respeito da multiplicidade dos sujeitos. Refletindo sobre estas questões, procuraremos voltar nossas atenções para “os mais sutis matizes da diferença”, como afirmou Gombrich, nos dedicando ao estudo da cultura romana, realizando pesquisas sobre a Arte e as representações pictóricas deste povo. Sobretudo a pintura, que em grande parte são deixadas de lado, em oposição à escultura, que em maioria representam famosos eventos ou líderes. Dessa maneira, enfocaremos pinturas de casas romanas, de Pompéia, por se aproximar mais do cotidiano dos romanos e, também, por representar, consideravelmente, a figura feminina, durante muito tempo excluída da historiografia clássica.

As fontes escolhidas são extratos de algumas pinturas encontradas nas paredes de casas de Pompéia, uma antiga cidade do Império Romano, que foi destruída durante a erupção do vulcão Vesúvio no ano de 79 d.C. A lava e a chuva de cinzas que sepultaram a cidade naquele momento, possibilitou a sobrevivência de alguns vestígios da cultura romana que tem sido cada vez mais estudado por classicistas.

Origem e formação da Arte e Pintura Romana

Neste primeiro item apresentamos um debate acerca das discussões que vêm sendo travadas pela historiografia clássica a respeito da origem e formação da arte romana. Para tanto, recorreremos a autores inseridos em correntes historiográficas diversas, a fim de perceber as diferentes concepções existentes sobre este assunto. A primeira obra a ser abordada é a de Ernest Gombrich (1909 -2001), *A História geral da Arte*, livro muito popular nos meios acadêmicos, adotado especialmente pelas instituições de ensino de Arte. Nesta obra o autor dedica dois capítulos para o estudo do mundo Antigo, primeiro cita o papel da Grécia na Arte da Antiguidade, entre os séculos IV e I a.C., e em seguida trata especificamente dos Romanos.

Gombrich inicia o capítulo que trata da arte grega afirmando que entre 500 e 420 a. C. os artistas gregos haviam adquirido consciência de seu poder de maestria e, neste momento, despertava um impulso para a liberdade, ou seja, os artistas estavam aptos a representar o que desejassem, não tinham problemas algum em representar o movimento ou a perspectiva. Um exemplo para se perceber a modificação da Arte neste período, eram as feições das figuras, até então não transpareciam emoções fortes. As conquistas de Alexandre foram um marco para a Arte Antiga. O contato dos

gregos com o mundo oriental, chamado mais tarde de Helenismo, segundo Gombrich, busca o mesmo refinamento grego, contudo almeja ser uma arte mais impressionante. (GOMBRICH, 1985, p. 108) Foi durante este período que as pessoas começaram a colecionar obras de arte e, também, tem-se os primeiros escritos sobre os grandes mestres da Arte, em especial os grandes pintores. Gombrich ressalta nesse capítulo a ausência de registros materiais sobre esses pintores, destacando que o que se conhece sobre suas obras nos fora relatado pela literatura.

O historiador da arte ressalta que, durante o período helenístico, sabe-se que “mestres se especializaram em temas inspirados na vida cotidiana, que pintaram barbearias ou cenas de peças teatrais, mas todas estas pinturas se perderam” (GOMBRICH, 1985, p. 113), assim a única maneira de se ter uma idéia de como poderiam ser as pinturas antigas são os vestígios encontrados e Pompéia. Para o autor, os decoradores de interiores de Pompéia e de cidades vizinhas desenhavam apoiando-se no acervo dos grandes artistas helenísticos, contudo, revelava um maior uso de liberdade e seus trabalhos revelavam uma maior riqueza de expressões. Gombrich afirma que, após as inspirações na arte helenística, os romanos já não estavam mais satisfeitos com “o mero virtuosismo do

período helenístico e tentavam agora obter novos feitos”. (GOMBRICH, 1985, p. 131)

Em seguida, optamos por analisar uma obra de um historiador que se insere em algumas concepções datadas do século XIX, achamos importante marcar algumas diferenças entre os discursos dos autores. Analisamos então, a obra *Arte Antiga*, de Elie Faure, (1873-1937), autor francês consagrado por escrever obras sobre História da Arte. Neste livro, escreve um capítulo intitulado “Roma”, no qual aborda a relação dos romanos com os etruscos que, para ele, a partir do século VI a.C, foram a principal referência para religião, urbanização e arte dos romanos. Para Faure, desde o século II a.C., Roma se apoiava na Etrúria para desenvolver sua expansão e, com relação à arte latina, afirma que eram réplicas decadentes das gregas. Segundo o autor, os romanos, após se apropriarem da arte grega, abusaram da sua beleza e a tornava sensual e sem valor. (FAURE, 1997, p. 247)

Ao longo deste capítulo, Faure insiste na comparação dos valores gregos com os valores romanos, deixando os romanos nitidamente em posição inferiorizada, como se fossem bárbaros. O autor imbuído de uma visão tradicionalista, em que a obra de arte grega é a mais relevante e as romanas não passam de meras cópias, repleta de juízos de valor e afirma que os romanos apreciam artes

obscenas. O historiador da arte divide também, esta sociedade em duas classes bem demarcadas: patrícios e plebeus. Afirmar que, estes últimos não tinham acesso à arte, pois esta só era de acesso livre àqueles que tinham condições para pagar, “ao longo de toda a História romana o pobre luta contra o rico, que o controla primeiro pela guerra e depois pelos jogos”. (FAURE, 1997, p. 271)

O autor Willy Zschietzchmann faz uma reflexão muito semelhante, na obra *Etruscos e Roma*. Segundo esse estudioso, a arte romana não se distingue do contexto itálico e etrusco, “a arte romana aparece na altura em que se esgota o poder criador dos gregos” (ZCHIETZCHMANN, 1970, p. 73) e somente no século I d.C. ganhará um caráter mais individual. Para Zschietzchmann, em Roma havia a presença de artistas gregos e de suas obras, nos séculos II e III d.C. E salienta que apareceram inúmeras réplicas de obras clássicas que superam as puramente romanas.

Ainda sobre a discussão da origem da arte romana, é importante destacar as proposições de Little e Strong. Tais autores se diferenciam dos anteriores, pois não apresentam um panorama geral sobre arte, como fora abordado pelos dois autores acima, mas especificam suas análises nas paredes de Pompéia. No artigo “*The formation of a Roman Style in Wall Painting*”, Alan M. G. Little parte de uma posição bem definida de traçar as escalas de formação

da nova arte romana, sendo para isso, necessário analisar a intervenção da decadência da tradição helenística para depois estudar a ascensão romana. Um ponto importante no trabalho de Little é que, embora tenha escrito no começo do século XX, em um momento que impera a idéia da superioridade romana, ele parte de algo específico que é Pompéia.

Little afirma que os primeiros modelos de pintura e arquitetura são inspirados no cenário helenístico, sendo assim, aplicados nas casas romanas, concepção esta, semelhante à de Gombrich. Através de três estilos arquitetônicos o autor traça um parâmetro da transição helenística para a tipicamente romana, que só ocorre na terceira fase, na qual há uma maior liberdade de expressões tanto da parte estética quanto da cultural, pois nesta fase há predominância de representações sagradas e paisagísticas, além de ressaltar que neste período se destacam as pinturas obscenas, muito presentes na cidade de Pompéia.

E para concluir as apresentações bibliográficas deste tópico, citamos a obra de Donald Strong (1927-1973), arqueólogo da British School em Roma, especialista em Arquitetura Romana, com estudos centralizados no período do Império Romano. Na sua obra *Roman Art*, defende que as pinturas encontradas no interior das casas refletem as atitudes e crenças dos romanos em geral, “the models for

many of them may be Greek, but their choice of subjects and their combinations are the product of Roman taste” (STRONG, s/d, p. 54-55). O autor argumenta que, embora as obras romanas tenham inspirações nas artes gregas elas possuem individualidade, principalmente após o segundo estilo, onde as divindades apareciam de formas diferentes das gregas, o que revela, para Strong, que os romanos tiveram mudança em suas atitudes. O estudioso romano ressalta que, um estudo cuidadoso sobre os temas utilizados no interior das casas pode trazer à tona o conhecimento sobre vários aspectos dos pensamentos dos romanos, principalmente a maneira como a mitologia clássica era usada para expressar idéias morais e políticas. Dessa forma, o autor critica as atitudes de quem retira as pinturas de seus contextos e as leva para museus, não só por prejudicar a sua integridade, mas por retirá-las do conjunto do seu ambiente.

Por fim, concluímos que a discussão sobre a origem e formação da arte romana faz parte de um campo ainda dividido dentre os estudiosos clássicos. Escolhemos esses autores para indicar duas idéias marcantes no que diz respeito às origens da arte romana: há os autores tradicionalistas como Faure e Zchietzchmann que acham que há decadência na arte e outros como Gombrich e Strong que pensam diferente, que há inspiração.

Achamos importante ressaltar que a primeira tendência está vinculada a uma idéia de arte no século XIX, como se existisse uma “tocha da civilização”, muito ligadas aos conceitos criados na mesma época: helenização e romanização. Conforme os pesquisadores Funari e Garraffoni apresentam na publicação “*História Antiga na sala de aula*”, a historiografia moderna chama de *helenismo* o período entre as conquistas de Alexandre (336 a 146 a. C.). Segundo os autores, este momento foi muito importante para a história ocidental moderna, pois foram nos feitos de Alexandre, que França e Inglaterra se espelharam para justificar o colonialismo moderno. E o conceito de *romanização* também foi criado por historiadores modernos para explicar a expansão territorial dos romanos, argumentos empregados pelos britânicos durante o imperialismo. Dessa forma, os pesquisadores nos alertam para a importância do contexto em que estes conceitos foram criados, pois a romanização, por exemplo, é um conceito que engloba apenas os ideais de uma elite romana, deixando de lado a história de outras camadas desta civilização. (FUNARI; GARRAFFONI, 2004)

Nossas conclusões se aproximam muito as de Gombrich e Strong, que conduzem seus argumentos para uma linha diferente da dos tradicionalistas. Acreditamos que há inspiração, embora os romanos buscassem primeiramente inspirações na arte grega ou etrusca,

salientamos que apesar da origem de suas inspirações o resultado de seus trabalhos não são isentos de criatividade, individualidade ou de subjetividades. Logo, não se pode inferir que as obras romanas são apenas “réplicas gregas”, como afirmou Faure. Pois se denota que a obras romanas, seguramente, surgiram de algumas escolhas e preferências, demonstrando, assim, o gosto pela beleza das produções helenísticas, como afirmou Donald Strong.

Estilos da pintura romana

No ano de 1882 Augusto Mau estabeleceu as principais diferenças entre as pinturas, a divisão dos quatro estilos proposta por ele continua sendo empregada até os dias de hoje. Mau empregou um critério cronológico na definição dos estilos, no livro *A Arte dos Romanos* (1972), de Jocelyn Toynbee, historiadora e arqueóloga dedicada ao estudo do período clássico, nos fornece um breve resumo sobre estes estilos definidos por Mau. A autora, primeiramente, descreve o cenário onde mais aparecem as pinturas romanas, as ruínas das cidades da Campânia - Pompéia, Herculano e Estábia- nas quais se descobriram casas particulares, edifícios públicos e túmulos. Toynbee explica que Mau estabeleceu uma tipologia de pinturas, nas quais classificou os diferentes temas presentes em Pompéia. De maneira resumida podemos dizer que o

primeiro estilo é o único que possui elementos puramente helenísticos, verifica-se que em meados dos anos 80 a.C e foi copiado de algumas representações existentes na Ilha de Delos, o que pode ser verificado na Casa do Fauno em Pompéia. No segundo estilo, aparecem elementos que já não são de influências helenísticas, pois denotam características novas, como representações figurativas e de paisagens, tais como a Vila dos Mistérios em Pompéia. Toynbee afirma que, ainda que as obras romanas tivessem sido cópias, elas devem ser interpretadas no seu mérito intrínseco como reflexo do gosto e do nível cultural de seu tempo. (TOYNBEE, 1972, p. 112) O terceiro estilo representa o reverso das artes tridimensionais, neste momento a superfície é quase toda bidimensional predominando temas mitológicos e paisagísticos. Já no quarto estilo, é o que tem maior predominância na cidade de Pompéia, uma de suas maiores características é o disfarce da solidez da parede.

A descrição do terceiro estilo também é mencionada no artigo de Antonio Blanco Freijeiro (1923-1991), catedrático de arqueologia da Universidad Complutense de Madrid. Na obra *História del Arte Roma Imperial*, o autor faz referência apenas ao terceiro estilo, afirmando que este estilo foi mais que uma inspiração artística, foi uma moda imposta pela Casa Imperial e adotada fora da *Urbs* por círculos partidários da corte, patrocinadores das artes em Pompéia.

Para o autor, neste estilo predominam valores pictóricos, compostos por traçados e contornos, “es manifesto en todas partes el esfuerzo de representar las cosas objetivamente, como ellas son en la realidad, no como el ojo las percebe”.(FREIJEIRO, s/d, p. 28) Já Funari e Cavicchioli, estudiosos de Pompéia, destacam que o terceiro estilo apresenta características vigentes no reinado de Augusto. Neste estilo domina o painel central com motivos mitológicos atribuem-se muitas mudanças durante este estilo devido a influência de estrangeiros e libertos que chegavam ao porto de Pompéia. (FUNARI; CAVICCHIOLI, 2005, p.115)

Diante destes dois últimos estudos, percebemos que, Blanco Frejeiro traz uma abordagem sócio- econômica para o terceiro estilo, contudo, volta sua interpretação apenas para as classes abastadas da sociedade romana ao mencionar que a aristocracia aderiu uma moda imperial. Já Funari e Cavicchioli, com uma abordagem sócio-econômica também, relacionam o terceiro estilo a mudanças devido à influência de libertos e estrangeiros, que chegavam ao Porto de Pompéia e dos comerciantes que faziam um intercâmbio das cidades da Campânia com as do mundo oriental, principalmente o Egito. Através desta abordagem de Funari e Cavicchioli podemos perceber que existia muito mais influência na arte romana do que apenas

helenísticas ou elitárias, as camadas populares também tinham importância dentro da arte romana.

Assim, concluímos que, apesar de os romanos terem sido primeiramente influenciados pelos gregos, eles conseguiram construir uma produção original baseadas em seus contextos políticos, econômicos e sociais próprios, tanto que deram continuidade às suas obras após inspirarem-se nas artes helenísticas, visto que existem mais três estilos de classificação artística com suas especificidades.

Discussão das Pinturas

Tendo em vista que o nosso projeto se apóia em documentos materiais, optamos por elaborar um *corpus* documental com a catalogação das imagens selecionadas para poder auxiliar em nossas interpretações. Optamos trabalhar com imagens, primeiramente, pelo encanto de suas composições, mas também por que o universo da cultura material demonstra ser algo mais “democrático e mais tangível, cujos significados poderiam ser compartilhados de maneira mais direta do que a palavra escrita”. (CAVICCHIOLI, 2004, p. 03) Para essa reflexão escolhemos apenas duas imagens do *corpus* de fontes que estamos montando para tecer os primeiros comentários. Escolhemos trabalhar com representações femininas com o intuito de

refletir sobre o papel feminino na sociedade romana, discussão que fora deixada de lado pela historiografia mais tradicional. Não pretendemos fazer uma leitura feminista, focando apenas o estudo das mulheres, mas nosso objetivo é o de compreender as relações das mulheres como o meio em que estavam inseridas, por meio das representações artísticas e de seus ambientes.

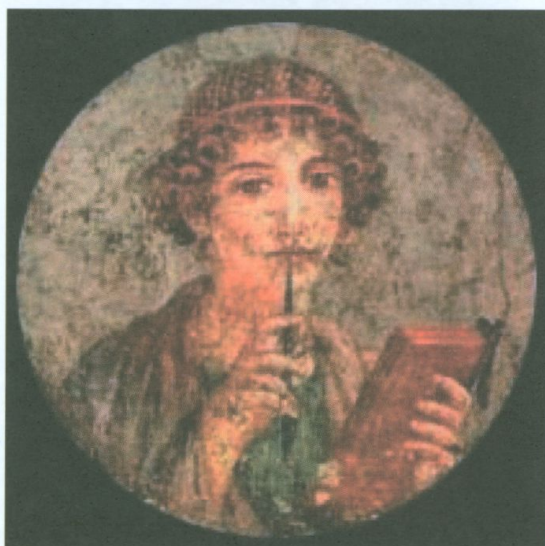


FIGURA 1

Descrição: Mulher com
estilete

Tipo de Documento: Pintura
parietal, Pompéia.

Datação: Século Id.C.

Local de Conservação:
Museu Arqueológico de

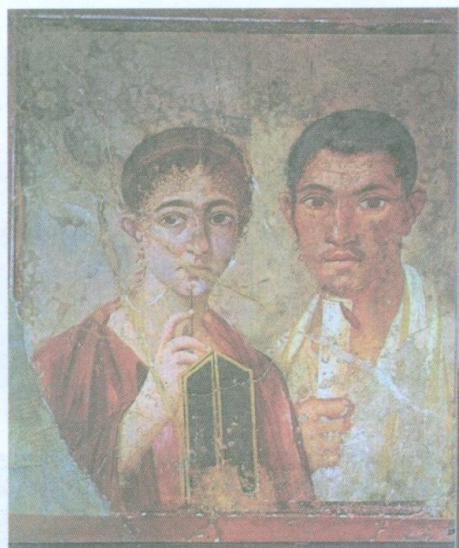


FIGURA 2

Descrição: Retrato de um homem e sua esposa

Tipo de Documento: Pintura parietal, Pompéia,

Datação: Século I d.C.

Local de Conservação:

Museu Arqueológico de Nápoles

No geral, ao estudar esta bibliografia selecionada, a temática que trata de representações femininas foram muito pouco abordadas, fala-se muito das representações mitológicas, mas pouco do papel ou da representação feminina dentro da sociedade romana. Toynbee foi uma das poucas que citou a participação da mulher, contudo a colocou em um papel coadjuvante ao relatar uma pintura de Pompéia, na Casa dos Terêncios (figura 2), que representa o busto de

um casal, onde possuem feições individualizadas e sem idealização. Descreve a pintura na qual havia um homem que possuía um pergaminho na mão, o que é sinal de instrução e ao lado havia “uma mulher de vestido escuro e tem na mão direita um estillus com que toca nos lábios, e na mão esquerda as tabuinhas de escrever, deve ter auxiliado o marido nas suas ocupações literárias ou legais”. (TOYNBEE, 1972, p. 129)

Entretanto outra autora, Susan Silberg-Peirce, que escreveu um artigo dedicado exclusivamente ao estudo feminino “*The muse restored: images of women in Roman painting*” apresenta uma visão um pouco distinta de Toynbee. Segundo a autora, as imagens masculinas foram produzidas nas artes, na literatura e interpretadas pelos homens ao longo da história, já a interpretação das figuras femininas sempre esteve submetida ao olhar masculino. A autora afirma que as mulheres, durante a Antigüidade eram excluídas da vida pública, estavam restritas ao espaço doméstico, e desta forma, para se compreender as mulheres tem que se compreenderem os lares romanos. Com relação às pinturas, Silberg-Peirce afirma que as que são de inspirações mitológicas são baseadas em mitos gregos, em sua grande maioria demonstram uma superioridade masculina e uma submissão feminina vinculada ao sexo.

Para a autora os donos das casas exerciam enorme influência nas decorações dos ambientes, há inclusive algumas evidências de que homens e mulheres trabalhavam juntos em serviços domésticos, o que contraria uma visão tradicionalista das funções determinadas pelos sexos. A autora cita, também, diversos nomes de mulheres proprietárias, entre elas Julia Félix. Em Pompéia há uma vila chamada Vila de Julia Félix, nela pode-se encontrar uma série de pinturas que descrevem o cotidiano de um Fórum em Pompéia. Cita também, um importante local para o estudo das representações femininas a Vila dos Mistérios, onde também aparecem mulheres que demonstram posturas dominantes, aparecem conversando e realizando rituais religiosos, neste local são encontrados diversos altares para divindades femininas e as mulheres eram retratadas com bastante luminosidade. Silberg-Peirce faz uma afirmação interessante, ao citar que quando uma sacerdotisa é pintada aos moldes de uma figura mitológica grega, geralmente possuía uma representação negativa. Para confirmar seu argumento a autora cita Wallace-Hadrill, que acredita que dentro das casas gregas havia diferenciação entre espaços femininos e masculinos, algo não detectado em ambientes romanos.

Silberg-Peirce também faz uma descrição da pintura do casal da Casa de Terêncios (Figura 2) e afirma que este casal não possui

uma determinação de classe social, caso fosse de uma camada popular da sociedade, provavelmente o homem era um padeiro, que almejava alcançar uma posição aristocrática, pois carrega um pergaminho na mão, caso fosse alguém pertencente à aristocracia ele apresentaria um atributo em suas mãos. A mulher carrega em suas mãos a “*tabula cerata*” usada para fazer cartas, revela assim, que ela podia ser uma comerciante e uma figura instruída dentro da sociedade romana. Situação semelhante, ainda no contexto de Pompéia, é a pintura “uma mulher com estilete”, que por muitas vezes é identificada como Sapho, ou a poetisa Sulpcia (figura 1). No contexto original esta imagem aparece em uma espécie de medalhão. Apesar de não se conhecer ao certo a identidade desta mulher, a imagem apresenta uma mulher que aprecia a literatura e escrita e, possivelmente, fazia parte de uma cultura letrada. Essa é uma razão, para a autora interpretar como as mulheres se envolviam com as artes e, principalmente, com as artes visuais, como é o caso da pintura intitulada “a mulher pintora” que esta localizada na “Casa de Surgeon”. Assim a autora conclui que as pinturas podem revelar outros papéis executados pelas mulheres romanas, como uma participação diferenciada na sociedade, como sacerdotisas, musicistas, escritoras, pintoras.

Estas duas interpretações trazem elementos muito importantes a serem discutidos. Primeiramente é preciso destacar que não são somente os olhares masculinos que interpretam de forma simplista o papel feminino durante a história, mas que se constituiu uma tradição de interpretação. Podemos perceber a diferença de interpretações de uma mesma obra, do casal que aparece na Casa de Terêncios, a partir das considerações de Toynbee e Silberg-Peirce. Enquanto Toynbee afirma que a mulher estava segurando o estilete e a tábua em suas mãos por ser apenas uma auxiliar nas tarefas de seu esposo, Silberg-Peirce interpreta esta obra de outra maneira, afirmando que estes instrumentos nas mãos de uma mulher podem significar o seu envolvimento com a cultura letrada, muito provavelmente a capacidade de escrever cartas.

Outra questão com um teor muito importante levantada por Silberg-Peirce merece destaque. Ao afirmar que as mulheres durante a Antigüidade eram excluídas da vida pública, restringe suas ações ao espaço doméstico limitando o mundo feminino aos lares romanos. Interpretações como esta e a de Toynbee, têm sido muito recorrentes na historiografia tradicionalista, mesmo que Silberg-Peirce diferencie um pouco seus argumentos ao dar atenção às erudições das duas figuras femininas. Outra interpretação sobre os papéis femininos dentro da sociedade romana, sobretudo, ao que se refere aos espaços

domésticos foi proposta pela autora Lourdes Conde Feitosa, doutora em história pela Unicamp e estudiosa dos temas sobre amor e sexualidade na Pompéia romana. Recentemente, abordou o tema do papel feminino nos lares romanos em sua obra *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*.

Feitosa trabalha com a constituição histórica do que é característico ao feminino e ao masculino, compreendendo como os comportamentos de ambos variavam de acordo com os valores culturais. Preocupa-se, também, em não transferir, para o passado, sentidos atuais, como a inferioridade e opressão feminina, abordagem dada por Toynbee e em alguns momentos por Silberg-Peirce, também. No caso da mulher romana, estes conceitos têm sido muito questionados. O que diz respeito ao confinamento feminino no lar, pesquisas recentes mostram que as casas romanas não eram espaços restritos a vida privada, havia também articulações políticas e relações sociais dentro destes espaços, logo, percebe-se que as mulheres estavam muito próximas das discussões políticas. Assim, a cidade de Pompéia é um dos maiores exemplos que se tem, pois guarda inúmeras evidências das participações femininas em diferentes extratos sociais, alguns grafites demonstram a suas participações em campanhas de candidatos políticos.

As imagens que selecionamos são de certa forma muito conhecidas, contudo os pesquisadores ao se aterem a elas produzem conhecimentos divergentes. Como citado, Toynbee apresenta uma interpretação que não rompe com a visão classicista tradicional, diferentemente de Silberg-Peirce, que em alguns pontos destaca um papel individualizado para as mulheres, ou Feitosa que aprofunda seus estudos nos espaços sociais ocupados pelas figuras femininas. Dessa forma, discussões como estas, que aparentemente divergem para conclusões distintas, nos possibilita uma reflexão e um posicionamento acerca do assunto.

Considerações finais

Assim, concluímos, após realizar a leitura destas obras, e contrapô-las com as nossas fontes, que embora os romanos buscassem primeiramente inspirações na arte grega ou etrusca, o resultado de seus trabalhos não são isentos de criatividade, individualidade ou de subjetividades. Logo, não se pode inferir que as obras romanas são apenas “réplicas gregas”, como afirmou Faure. Pois se denota que as obras romanas, seguramente, surgiram de algumas escolhas e preferências, demonstrando, assim, o gosto pela beleza das produções helenísticas, como afirma Donald Strong. Ou até mesmo, superam algumas escolhas gregas, pois como afirma

Gombrich, os Romanos foram além, ao dar mais feições e expressões para as suas figuras. Além disso, acreditamos que a atividade artística pressupõe acima de tudo, colocar em prática sob caráter estético, as sensações, o estado de espírito, que estão estritamente ligadas às vivências pessoais, assim as representações de alguma forma se manifestam sob um caráter individual.

Desta maneira, as fontes nos proporcionaram uma grande oportunidade de reflexão, nos fizeram repensar a História Antiga por um outro viés, que por muitas vezes fora abordada pelos grandes feitos políticos e militares, e deixado de lado elementos importantes na formação deste povos, como representação de si mesmo, registrados nas paredes de Pompéia. Esta escolha tem possibilitado conhecer outras representações da sociedade romana, que também foram deixadas de lado pela historiografia como as mulheres e as camadas populares. Dessa forma, acreditamos estar próximo do nosso principal objetivo, conhecer a História através de suas multiplicidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAVICCHIOLI, M.R., Dissertação de mestrado: **As representações na iconografia pompeiana**. Dissertação de mestrado: UNICAMP, Campinas, SP:2004

COOKE, P.B.M. The paintings of the Villa Itern at Pompeii. In: **The Journal of Roman Studies**. Vol.3, 1913, pp.157-174.

FAURE, Elie. Roma. In: **A Arte Antiga**, SP: Martins Fontes, 1990.

FEITOSA, L. C. **Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia**. Annablume/Fapesp, 2005.

FUNARI, P.P.A. **A vida quotidiana na Roma antiga**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____; CAVICCHIOLI, M.R. A arte parietal romana e diversidade. In: **Revisão Historiográfica o Estado da Questão**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2005, pp.111-124.

_____; P. P. A. **Antigüidade Clássica a História e a Cultura a partir dos Documentos**, 2ª Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____; P.A.A.; GARRAFFONI, R.S. **História Antiga na sala de aula**. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº51, 2004.

GARRAFFONI, R.S, “Cultura material e fontes escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre” In: **LPH- Revista de História**. Vol 11. Mariana: UFOP, 2001. p.33-57.

_____. “Arte Parietal de Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo antigo”, In: **Domínio da Imagem**, Londrina, PR:LEDI, Vol.1, 2007, p.149-161.

GOMBRICH, E.H. **A História Geral da Arte**. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1985.

LING, R. **Roman Painting**. Cambridge University Press, Cambridge, 1991.

LITTLE, A.M.G. The formation of Roman Style in wall painting. In: **American Journal of Archaeology**. Vol.49. No. 2, 1945. p.134-142.

SILBERBERG-PEIRCE, S., The Muse Restored: Images of Women in Roman Painting. In: **Woman's Art Journal**. Vol. 14. No.2, 1993/1994. p. 28-36.

STRONG, D. Review: Roman Painting by Gilbert Picard. In: **The Classical Review**. Vol. 22. No.2, 1972. p. 259-261.

TOYNBEE, J.M.C. Pinturas murais e de tecto e A pintura retratista e a pintura nas artes menores. In: **A Arte dos Romanos**, (“Historia Mundi”), Lisboa, 1972. p. 108-145.

ZCHIETZCHMANN, W. Arte Romana. In: **Etruscos e Roma**. Editorial Verbo, 1970. p. 73-118.

**A Dinastia Tudor no romance histórico e no cinema:
The Other Boleyn Girl**

Stella Titotto Castanharo¹

Resumo: O presente artigo é fruto da participação de um evento promovido pelo PET-História da UFPR no ano de 2010, denominado “Literatura e História na tela do cinema”. O objetivo deste texto é estabelecer as principais relações entre romance histórico e produção cinematográfica, através de suas diferentes linguagens assim como pensar nas possíveis representações que a literatura e o cinema realizam acerca de uma temática histórica, no caso, a monarquia inglesa do século XVI.

Palavras chave: Modernidade- Dinastia Tudor, Romance Histórico, Cinema.

Introdução

Este artigo buscará estabelecer as relações entre romance histórico e produção cinematográfica, abordando as possíveis representações elaboradas por esses dois campos, assim como as problemáticas da adaptação de um romance histórico em relação à própria História e o cinema. Para tanto, nossos objetos de estudo

¹ Aluna da graduação em História na Universidade Federal do Paraná. É bolsista do grupo PET-História UFPR, no qual realiza a pesquisa individual “As faces do Rei: as diferentes representações historiográficas e audiovisual de Henrique VIII”, sob orientação do Prof.Dr. José Roberto Braga Portella. Currículo lattes em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4475678Z7>

serão o livro *The Other Boleyn Girl* da escritora Philippa Gregory, e o filme *The Other Boleyn Girl* de Justin Chadwick. Esse estudo iniciará apresentando as informações técnicas de ambos os objetos.

“The Other Boleyn Girl”- Informações técnicas do filme

O filme “The Other Boleyn Girl de 2008 (título em português- A Outra) foi dirigido por Justin Chadwick (01/12/1968), diretor inglês mais afeito às produções televisivas, conhecido especialmente pela direção da série inglesa “Bleak house”. “A Outra” é seu primeiro longa-metragem. O roteiro é de Peter Morgan que possui em seu currículo os filmes “Frost/ Nixon”, “O último rei da Escócia”, “A Rainha”, além de ser o roteirista da série “O júri”. (<http://www.imdb.com/title/tt0467200/>, 2008)

Produzido por Alison Owen, também produtora de projetos como “Alice” (2010) e “Elizabeth” (1998), o filme foi realizado pela Universal Pictures Internacional, Columbia Pictures e BBC Films, evidenciando uma parceria estadunidense e inglesa. Esta parceria possibilitou aos dois países estabelecerem uma relação aproveitando a mesma língua, em que os EUA investem o dinheiro e escolhem grandes atores hollywoodianos para interpretar histórias que retratem a vida cotidiana ou até mesmo um período histórico da Inglaterra. Dessa forma, há um reforço da cultura e dos costumes ingleses,

buscando enfatizar a nacionalidade, enquanto quase todo o retorno monetário fica para as empresas norte-americanas. A Inglaterra passa a ganhar também o direito de passar esses filmes na televisão, o que fica claro no filme “The Other Boleyn Girl” por ter o patrocínio da BBC. Desta forma, ambas saem lucrando no que haviam previsto.

Esta produção teve estréia mundial no Festival Internacional de Cinema de Berlim, em 15 de fevereiro de 2008, e alguns dias depois uma première em Londres. ([http:// www.imdb.com/ title/ tt0467200/ releaseinfo](http://www.imdb.com/title/tt0467200/releaseinfo), 2008) A partir desse momento, o filme foi sendo incorporado nas estréias cinematográficas de todo o mundo. Cabe destacar que a estréia americana se deu em 29 de fevereiro de 2008, enquanto na América Latina entrou em cartaz no mês de maio. Ao todo esta produção cinematográfica obteve mais de US \$ 65 milhões em vendas mundiais de ingressos, com um orçamento de US \$ 35 milhões até o ano de 2008. ([http:// epipoca.uol.com.br/ filmes_bilheterias.php?idf=19254](http://epipoca.uol.com.br/filmes_bilheterias.php?idf=19254), 2008)

- *The Other Boleyn Girl*- Resumo do filme

O filme inicia apresentando a relação amistosa entre os três irmãos: Ana, George e Mary, quando crianças, ao mesmo tempo em que mostra os pais, Thomas e Elizabeth, discutindo sobre uma proposta de casamento para Ana. O patriarca da família decide casar

Mary ao invés de Ana, porque acredita que esta é destinada a coisas muito maiores que um casamento com um mercador. A partir disso há um *take*² para a festa de casamento de Mary Bolena. Ao mostrar a relação delas quando adultas evidencia-se o quanto as irmãs eram próximas e ao mesmo tempo disputavam o prestígio da família.

Após a festa de casamento Thomas dá à família a notícia de que o rei, Henrique VIII, irá visitá-los e que Ana terá a oportunidade de divertí-lo, tendo em vista que ele havia se decepcionado novamente com a rainha, Catarina de Aragão, por esta ter abortado mais uma gravidez. Nessa visita, Henrique VIII acaba por se machucar ao seguir Ana em uma cavalgada, o que permite que o monarca, nesse momento, conheça Mary.

Ao retornar à corte, Henrique VIII nomeia as duas irmãs como damas de companhia da rainha Catarina e o marido de Mary, Willian Carey, como Membro do Conselho Privado. Esta mudança já instaura um clima de tensão entre as irmãs, porque, para Ana, Mary estaria roubando seu lugar como amante do rei, e entre Mary e a rainha, pois esta também sabia o que Mary significava ao chegar à corte. Mary se torna a nova amante do rei. Ana se encanta ao pertencer à corte e passa a chamar atenção de todos os homens que

² O *take* seria as mudanças de cenas nos filmes. Seriam algo como os parágrafos para o texto.

nela convivem, inclusive de Lorde Henry de Northumberland, enquanto Mary frequenta os aposentos de Henrique.

Enquanto Mary e o rei têm um caso de amor, Ana foge para casar com lorde Northumberland. Ao descobrir isso, Mary conta a seu pai e tio, que convocam Ana e o Lorde para desfazerem o casamento deles, pois Northumberland era muito importante para se casar com alguém como Ana³. Por punição a esse comportamento Ana é enviada à corte francesa para aprender a se portar como uma dama e se retirar “de cena”.

Mary engravida do rei o que lhe permite ser merecedora de mais e melhores presentes, como ter novos aposentos e obter titulação para seu pai e seu irmão. Mas ela acaba sofrendo complicações durante a gravidez, e se faz necessária outra garota para distrair Henrique. Sob vontade de Thomas, Ana é convidada a voltar para a corte inglesa. Nesse primeiro reencontro entre Ana e Henrique VIII se torna visível a todos da corte o quanto ela mudou, e o quanto seu temperamento e seu gênio estão acentuados. O rei intrigado com este novo comportamento, passa a cortejá-la por não conseguir tirá-la de sua cabeça. Ana recusa todos os presentes que ele lhe oferece por não considerar correto que ele a corteje, enquanto

³ Ana era considerada por seu tio e pai como alguém merecedora de um homem melhor que um mercador, mas não tão importante como Northumberland, o segundo homem mais rico da Inglaterra.

espera um filho de Mary. Contudo, quando Mary dá à luz a um menino, Ana diz ao rei que aceita ser cortejada desde que ele não fale mais com sua irmã. Henrique concorda com tal condição.

Ana, por encargo da família, é obrigada a contar à sua irmã que esta voltará para o campo. Ao mesmo tempo, o rei tenta anular o seu casamento com Catarina, para que possa casar com Ana e finalmente ter um filho varão, tendo em vista que o filho de Mary era somente um bastardo. Ainda que o rei deseje consumir sua relação com ela, Ana afirma que só se entregará a ele quando este tiver se separado da rainha, pois assim o filho, fruto dessa relação, não seria considerado bastardo.

Mas o que não se esperava é que a então esposa do Lorde Northumberland, dissesse ao rei que ela não poderia permanecer casada, pois seu marido tinha um pré-contrato com Ana. Ou seja, tanto Ana quanto o lorde não podiam casar com outras pessoas, por já serem casados um com o outro. Mesmo que Ana tenha feito tudo para convencer o rei que não era verdade, ele dá ouvidos somente à Mary que acaba por confirmar a versão de que nunca havia tido um pré- contrato entre sua irmã e Northumberland.

Ao iniciar o processo de anulação de seu casamento, Henrique se irrita com o fato de Catarina não aceitar que eles não podiam ser casados, pois ela havia consumado seu primeiro

casamento com o irmão de Henrique, Artur. Ao contar para Ana que a rainha não estava colaborando com a anulação, Ana sugere que o monarca não precisa da Igreja Católica para fazê-lo e sim que ele tem pleno poder de fazer isso como Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra.

O rei fica irado com essa sugestão e com o fato de Ana não ceder às suas vontades, dessa forma ele acaba estuprando-a. Mas, ainda assim casa-se com ela, o que faz com que a aliança entre Inglaterra e a Igreja Católica seja rompida. Ana fica preocupada com o fato de não ser bem aceita pelo povo - afinal ela era vista sob o status de amante do rei -, mas se sente mais aliviada quando descobre que está grávida do rei, pois qualquer sugestão de que esse casamento não fosse legítimo cessaria.

Passado um tempo, Ana dá a luz à uma menina o que aumenta a ira do rei. Depois de um tempo ela engravida novamente, mas dessa vez aborta e chama Mary e George para ajudá-la. Preocupada com a sua situação, pede que George se deite com ela, pois o rei não o faria imaginando que ela estaria grávida. George não consegue fazê-lo, mas sua esposa diz ao rei que eles consumaram o ato.

Desta forma, Henrique leva Ana a julgamento por traição ao rei, bruxaria e adultério, juntamente com seu irmão. Ela é acusada e

declarada culpada e tem por destino a decapitação. Ao descobrir isso, Mary tenta interceder por ela e recebe a promessa do rei de que sua irmã será enviada ao convento. Mas na hora de Ana receber o perdão real, Mary recebe uma carta do rei dizendo que ela não devia mais interceder ou interferir nas escolhas de Henrique. Ana seria morta como ele havia planejado.

Com a morte da irmã, Mary busca sua sobrinha, Elizabeth, e a tira da corte. Esta se tornaria rainha da Inglaterra por 45 anos e seu reinado ficaria conhecido como a Era Dourada da Inglaterra.

“The Other Boleyn Girl” - Informações técnicas do romance

Quanto ao livro, seu título no Brasil ficou como “A Irmã de Ana Bolena” ainda que o original seja “The Other Boleyn Girl”, e ambos foram lançados no ano de 2002. Ele se tornou um Best-seller nos EUA e foi escrito por Phillipa Gregory (09/01/1954). A versão brasileira foi traduzida por Ana Luiza Borges pela Editora Record. Este livro ganhou o prêmio *Parker Romantic Novel of the Year*⁴ no ano em que foi editado e faz parte da coleção referente à Dinastia Tudor. A escritora inglesa possui doutorado na área de literatura do século XVIII pela Universidade de Edinburgh, além de ter livros

⁴ Este prêmio é dado para autores ingleses que escrevem os melhores romances históricos ou modernos de cada ano. De 1986 a 2006 havia um prêmio em dinheiro para os autores.

sobre a monarquia inglesa e corte inglesa dos séculos XV e XVI, e XVII e XVIII, respectivamente.

O livro é dividido em estações do ano, inicia na Primavera de 1521 e termina em Maio de 1536 (primavera). Isso representa a movimentação da corte Inglesa para cada um de seus castelos: Westminster- primavera, Windsor- verão e inverno, e Greenwich- outono, além, é claro, do Palácio de Hampton Court. Essa prática também era realizada para que a população visse o corpo físico de seu rei, porque dessa forma se compreendia o poder político exercido por ele. Era necessário visualizar o governante para que a lealdade e credibilidade desse governante fosse possível (VIGARELLO,2008). Os capítulos são divididos em subitens que permitem a leitura ágil e proporcionam um auxílio à adaptação cinematográfica, uma vez que proporcionam velocidade para história, considerando que são 15 anos em 626 páginas. Por ser um romance histórico, é indispensável se pensar que é criado um mundo ficcional em cima de um mundo real, o que torna necessário ao autor inserir seus personagens dentro do contexto em que irá retratar no livro. Isso é muito notável na obra de Gregory, porque, além de ter estudado por três anos a corte dos Tudors, ela usa como personagem principal alguém que é pouco retratada pela historiografia tradicional, tendo liberdade em sua criação.

O narrador do livro é a própria Mary Bolena, que nos coloca na corte, junto à realeza inglesa, no jogo de sua família na tentativa de ascensão ao poder e, principalmente, em seus sentimentos como irmã de Ana Bolena, mulher, mãe e filha. Uma questão bastante esclarecedora e que vem a ser bastante curiosa é que durante toda a história elas dizem ser garotas Howard e não Bolena. Isso porque a mãe delas é Howard, o que as aproxima do temperamento dessa família e das suas constantes disputas para alcançar um status mais alto. Mas, ao mesmo tempo, Ana subverte isso ao reforçar sua identidade Bolena, ou seja, ela é filha de seu pai, portanto tem a astúcia, a inteligência e a fibra de um homem.

- The Other Boleyn Girl- Resumo do livro

Mary é casada com Willian Carey e ambos fazem parte da corte real. Após morte do tio de Mary Bolena que é acusado de traição, seu pai, Thomas Bolena, traz Ana, sua outra filha, para fazer parte da corte da rainha junto da irmã. Assim que Ana chega, o Cardeal Wolsey- braço direito do rei Henrique VIII- promove um baile de Carnaval em que cada uma das damas representa uma virtude.

A partir desse momento, o rei passa a cortejá-la, o que faz com que a família Howard e Bolena fique atenta a esse interesse

repentino do monarca. George e Ana, seus irmãos mais velhos, são responsáveis por ensinar Mary a se relacionar com o rei, lembrando que Ana vinha da corte francesa, considerada a corte mais erudita, e George era amigo próximo do rei. Com essa ajuda, cada vez mais Henrique VIII se afeiçoava a Mary e ela a ele. Por sugestão de Ana, Mary é levada para o castelo da família em Hever para que o rei sinta saudades de Mary. Enquanto ela está afastada da corte e admirando o campo, Ana reforça o tempo todo as qualidades da irmã para o monarca.

Meses depois Mary retorna à corte e Henrique VIII a convida para os seus aposentos onde eles têm a sua primeira relação sexual. Mary passa, então, a ser oficialmente amante do rei. Ao mesmo tempo, Ana se relaciona às escondidas com Lorde Henry Percy de Northumberland, o homem mais rico da Inglaterra depois do rei. Então o Lorde e Ana se casam escondidos, mas têm seu casamento anulado logo em seguida, uma vez que ela não era da nobreza e por isso é retirada da vida na corte. No entanto, quando “as regras de Mary cessam”, Ana é chamada de volta à corte para ajudá-la.

Após o parto, Mary volta à corte e sua filha fica sob cuidado de tutores. Ela engravida novamente do rei e durante esse processo o monarca demonstra cada vez mais sua insatisfação com a rainha por

não gerar um filho homem. Mary acaba tendo complicações na gravidez e deixa a cargo de Ana seduzir e entreter o rei, para que ele não escolha outra mulher como amante. Finalmente, nasce um menino, Henrique. Mas, ao mesmo tempo, Ana passa a ser visivelmente cortejada pelo rei. Henrique VIII ainda fazia de Mary sua amante, mas conversava freqüentemente com Ana sobre filosofia e religião, pois ela era uma conselheira veraz para ele. Mary retorna para o campo e nesse tempo, Ana a informa de que o rei se casará com ela em um mês.

Ana sofre com a epidemia de suor maligno, o que a força a ir para o campo. Ao voltar recuperada para a corte, ela tem que reconquistar a atenção e amor do rei para si. Em 1529, inicia-se o julgamento contra a rainha Catarina com a acusação de não validade do casamento por esta não ter gerado um filho homem e também por Henrique considerá-la culpada acreditando que ela havia consumado seu casamento com o Príncipe Arthur e depois ter casado com Henrique.

Na primavera de 1531, Henrique torna-se chefe supremo da Igreja da Inglaterra, o que o torna autoridade máxima do estado e da religião, não precisando mais da permissão do Papa para anular seu casamento. Por fim, a rainha é abandonada enquanto Henrique passeia com a corte e sua amada Ana, mas o que eles não esperavam

é que os súditos ingleses responderiam tão mal a essa nova rainha. Ela era mal vista, odiada pela população por ter tirado Henrique da rainha católica. Ao mesmo tempo, Mary é constantemente assediada pelo homem do campo Willian Stanfford. O rei dá à Ana o título de Marquesa de Pembroke e uma fortuna. Finalmente ela se entrega fisicamente ao rei.

Em uma viagem para a França, Ana não pode ir oficialmente como acompanhante do rei porque isso insultaria Francisco I de França. Em 1533, Ana é declarada esposa do rei da Inglaterra, de quem esperava um filho. No outono, nasce a princesa Elizabeth. Passado um tempo a rainha engravida, mas logo em seguida aborta e omite esse fato do rei, dizendo que cometeu um erro, pois não estaria grávida. Algum tempo depois Ana engravida novamente e pede que Mary volte para a corte. Dado que o bebê não se mexia em sua barriga, George e Mary procuram uma feiticeira para fazer o aborto. Ana engravida pela terceira vez consecutiva e mantém em segredo isso com George e Mary.

Em 1536, a rainha Catarina falece, o que dá esperanças à Ana de que será possível ter um filho varão de Henrique porque ela teria lutado contra tudo para concebê-lo. Ana conta para o rei de uma nova gravidez e ele decide fazer um torneio de justa para comemorar. Durante uma festa, Ana aborta na frente de todos. Quando retiram o

nenê, percebem que ele é um monstro, o que levou à suspeita de que ela teria feito pacto com o diabo, e isso aumenta mais a raiva de Henrique. A garota Jane Seymour –dama da rainha- começa a ganhar grande prestígio, enquanto Ana é deixada de lado pelo rei, cada vez mais amargo. O soberano decide então que a rainha deve ser julgada por seus crimes.

Logo após, Ana é levada a julgamento acusada de traição, adultério e feitiçaria, assim como seus cortesãos, incluindo George. Ana é considerada culpada, e os demais também, mas o rei decide mandá-la para um convento, em razão da anulação do casamento. Em contrapartida, na manhã seguinte Henrique ainda muito descontente com a rainha muda sua pena. Dessa forma, Ana é encaminhada para o cadafalso e é decapitada. Mary e Willian, já com os três filhos, voltam para sua residência no campo. Tendo em vista que não podem fazer mais nada pela família Bolena, seguem adiante com suas vidas.

Dialogando romance histórico com produção cinematográfica

O primeiro ponto importante de diálogo é acerca de se pensar a respeito das traduções feitas tanto sobre o título do romance histórico como do filme. No título em inglês, tanto do livro quanto do filme, “The Other Boleyn Girl” reflete-se somente “a outra

Bolena”, expressão muito utilizada por ambas as Bolena durante todo o livro, enquanto elas revezavam a atenção do rei. Já, quando se muda para “A irmã de Ana Bolena”, rapidamente se dá ênfase à própria Ana, o que não é visto no livro. Ao mesmo tempo, ao traduzir o título do filme para “A Outra” estabelece-se uma relação de alteridade que não é vista entre as personagens, além de ser um termo popular para designar a figura de um (a) amante.

É fundamental destacar o aspecto de fidelidade das adaptações de romances para o cinema. Robert Stam afirma que

“A noção de fidelidade ganha força persuasiva a partir do nosso entendimento de que: (a) algumas adaptações *de fato* não conseguem captar o que mais apreciamos nos romances- fonte; (b) algumas adaptações *são* realmente melhores do que outras; (c) algumas adaptações perdem pelo menos algumas das características manifestas em suas fontes.” (STAM, 2008: 20)

Deve-se pensar que da mesma forma que há diferentes leituras de um mesmo romance também há diversas adaptações desse romance. Cabe lembrar também que a adaptação de livros para o cinema muitas vezes necessita de uma continuidade narrativa que permita ao espectador em pouco tempo acompanhar o enredo que se desenrola diante de seus olhos, enquanto que durante a leitura de um romance, o leitor tem mais tempo de envolvimento com personagens

e trama. Isso é possível por conta de o cinema possuir uma relação de manipulação ao que consta os elementos de espaço e tempo. Por conta disso, é que se procura destacar elementos fundamentais para a compreensão da adaptação cinematográfica e do romance analisados.

Também se faz necessário compreender que Phillipa Gregory em sua obra apresenta diversas passagens envolvendo questões morais que não foram transpostas para o filme. Um exemplo interessante é quando Mary se envolve com o rei, pelo menos no livro, ela tinha 14 anos, o que não é retratado no filme. Isso porque em todo mundo as leis sobre relacionamento sexual de adultos e adolescentes ou crianças são bem diferentes. Hoje, por exemplo, na Inglaterra é permitido a relação sexual entre adultos e adolescentes acima de 16 anos. Por conta disso, é que se pode sugerir que o diretor Justin Chadwick, para resolver esse impasse, fez com que as duas personagens fossem representadas por mulheres com, aparentemente, mais de 20 anos.

Outro ponto interessante não tão destacado no filme é que, paralelamente às características humanistas da corte inglesa, é na corte francesa em que há erudição, cortesia, que as mulheres são mais instruídas, porque além de aprender línguas (Ana era fluente em três línguas naquela época) elas também aprendiam práticas de casa: como costura e bordado, preparo do corpo, entre outros. Ao mesmo

tempo, o aspecto negativo, para o qual se pode atentar, é que as mulheres francesas eram conhecedoras de diversas formas de ter e de dar prazer na cama, o que poderia igualá-las ao status de prostitutas (FRASER, 2009: 164, 170).

Com relação à personagem de Mary, é possível notar a dicotomia constante entre campo e corte, em que as mulheres da corte eram consideradas ricas e as do campo pobres, não só materialmente, mas de espírito, de conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, é possível perceber que, seja na corte ou no campo, a vida é muito feliz, as imagens são cheias de cores, de sabores, de cheiros, o que reflete o século XVI de forma muito positiva, apesar de momentos preocupantes como a epidemia de suor maligno.

Quanto às alianças ou negócios de família, é muito presente a ideia de que o casamento ou a proximidade com o rei levava a um aumento do status das famílias. Quando Mary começa a se envolver com o rei, ele não lhe dá somente presentes, ele eleva os cargos de seu pai, tio, irmão e marido, lhes dá cômodos nos castelos e dá títulos. Isso confirma, portanto, que ganhar a admiração do rei era a garantia de elevar a condição de toda a família. Fica bem claro que a relação entre uma das filhas e o rei torna-se assunto de família. Não há mais privacidade, pois tudo que acontece entre elas e ele deve ser revelado.

Também é um elemento importante, a interferência contínua entre Estado e Igreja. Para que haja o favorecimento do rei ou das famílias ricas e aliadas a uma dessas instâncias, sempre se desfazem ou se fazem alianças que sejam melhores para os privilegiados. Esse é o caso da relação de Ana com Lorde de Northumberland, em que mesmo eles tendo afirmado a consumação do casamento, o Cardeal Wolsey diz à Ana que ele pode garantir a virgindade dela. Tudo isso para que um dos homens mais importantes da corte inglesa não se casasse com uma moça sem títulos.

Outro aspecto não abordado pelo filme é a questão de sodomia e homossexualidade vivida por George Bolena. A sodomia era considerada pecado capital e qualquer homem que fosse culpado por esta prática era considerado traidor e condenado à morte. Essa prática continuou sendo crime até o início do século XIX na Inglaterra. O sujeito que a cometesse deixava a família numa situação delicada, a qual poderia ser expulso da corte pelo rei. Seja pela sodomia ou homossexualidade de George, Ana reforça, no livro, que ele deveria parar com essas “bizarrices”⁵ antes que a prejudicasse. Independente disso, no romance ele é acusado de sodomia com três cortesãos, além de homossexualismo, e suspeito de incesto com a rainha. Ou seja, a figura de George é de muita

⁵ Este termo foi utilizado na tradução do livro.

polêmica e a utilização dessas circunstâncias poderia favorecer tanto a alegação que a Inglaterra do século XVI era extremamente preconceituosa, e este preconceito não aconteceria hoje; como, ao mesmo tempo, poderia levar a sérios problemas para a produção cinematográfica como a defesa da morte de homossexuais. Independente do uso que fosse feito desse elemento, o foco acabaria saindo da intenção de Chadwick que era mostrar a relação de disputa entre duas irmãs pelo amor de um rei, pois destacaria questões polêmicas que não eram sua proposta para o longa.

Incesto é outro ponto que, embora no filme seja negado, no livro quase se tem certeza que aconteceu. Observa-se isso após o 3.º aborto de Ana em que ela tem um diálogo com o irmão dizendo que achava que ele nunca mais iria tocá-la por ficar com medo dela. Além do que, ao longo de todo o livro, há uma sugestão de uma tensão sexual entre os dois, porque ele a beija de boca aberta e em alguns episódios a vê nua. Afinal, sendo integrantes da mesma família, isto era considerado inadequado. Também poderia se sugerir que o medo de George se daria por perceber o quanto uma relação amorosa com a irmã poderia gerar um monstro e que isso além de inaceitável, era pecado diante dos olhos de Deus.⁶

⁶ O resultado de uma relação monstruosa se dá pelo fato que a mistura genética se torna menor, porque pessoas próximas, como irmãos, têm genes muito parecidos e

Dessa forma não se pode afirmar com veemência sobre a questão da sexualidade de George Bolena ou a questão do incesto que envolveu George e Ana. Não há nada na historiografia que permita esse tipo de afirmação, muito menos foram encontradas fontes sobre o tema. Mas a maior parte dos historiadores acredita na inocência dos irmãos e na heterossexualidade de George porque há documentos que o colocam como um grande sedutor de mulheres. Agora a prática da cortesania é constantemente destacada pela historiografia, seja através de manuais ou na própria construção da identidade da corte.

Uma crítica que pode ser pertinente ao filme é que ele trata a mãe das Bolena com valores do século XX e XXI, pois mostra a preocupação dela com as filhas, com a sua criação. Por outro lado o que é mostrado no livro é justamente a frieza dela enquanto mãe, a qual só foi considerada como tal porque deu à luz aos três filhos. Ela não os cria, quem cria são tutores nas cortes que ensinam tudo que eles precisam para serem bons cortesãos. A mãe dos Bolena também foi conduzida nesse jogo de alianças familiares e sabe que seus filhos não serão desviados disso. Ela vive de acordo com o seu lugar de esposa de Thomas Bolena e súdita do rei Henrique VIII.

ao realizar uma mistura tão próxima os genes acabam não possuindo uma variabilidade genética, produzindo seres com deformações.

O que também é muito pertinente destacar é que, apesar de Phillipa Gregory ter estudado cerca de três anos a corte dos Tudors, ainda assim há algumas irregularidades históricas. A primeira delas seria a própria idade dos filhos Bolena: no livro George é o primogênito, no entanto a historiografia apresenta a própria Mary como a mais velha. Ainda em relação às relações familiares, outro fator questionável é o caso dos filhos de Mary serem frutos de uma relação com rei. Isso porque até mesmo os filhos bastardos de Henrique VIII foram creditados como seus, o que não ocorreu no caso dos filhos de Mary, o que sugere à grande parte dos historiadores que esses filhos não teriam sido do monarca.

Representação: o diálogo entre romance histórico, produção cinematográfica e História

Nesta etapa do artigo será discutida as diferentes representações dos personagens que mais obtiveram destaque na obra de Phillipa Gregory. São eles: Henrique VIII, Catarina de Aragão, Ana Bolena e Mary Bolena. Procura-se perceber como literatura e cinema dialogam com os elementos apresentados pela historiografia.

Henrique VIII (1491-1547): tradicionalmente, pela historiografia, a imagem que se tem do monarca Tudor é a de um homem

velho, rechonchudo e perverso⁷. Afinal, teve seis esposas, de duas divorciou-se e matou outras duas. Na obra de Phillipa Gregory, essa representação não ocorre assim. Ele é o jovem de corpo atlético, dos cabelos dourados cor de mel, dos olhos azuis, um excelente jogador, mas acima de tudo um sedutor e conquistador. Como cortesão ideal, além de monarca completo, ele conquistava todas as mulheres que estavam ao seu redor.

Isso é destacável, porque a historiografia voltada à história dos corpos defende a ideia de que era a partir do corpo do rei e de sua etiqueta que a monarquia era composta, afinal, era através dos rituais exercidos pelo rei e por sua corte que se constituía uma dinastia. Henrique VIII precisava ser um homem quase idealizado, pois o corpo dele representava o poder da Inglaterra. Tradicionalmente, na história da Inglaterra o corpo do rei não representava somente o corpo físico, mas também o corpo político do estado. Porque o status da figura real é imortal, o REI nunca morre, morre somente o corpo físico do homem que governa. Para tanto, o corpo político do rei é definido por seus súditos que juntos formam um corpo-nação, e que está posto ali para governar. Esse corpo diferente do corpo físico do rei não sofre com humores, paixões,

⁷ André Maurois o classifica como: “um grande príncipe da Renascença é libertino, culto, magnífico e muitas vezes cruel”. (MAUROIS, 1960: 241) Ou seja, mesmo apresentando características positivas, a imagem que permanece desse rei é a de crueldade e de libertinagem nos seus relacionamentos.

desejos, se torna um corpo intocável e imaculado. A partir desses dois corpos, físico e político, e pelo exercício das cerimônias do Estado⁸ em relação ao poder é que se torna possível a representação do Estado por apoio divino (VIGARELLO, 2008: 506-515).

Difícilmente, essa representação idealizada aparece no cinema ou em outras literaturas. Quando novo ele é apresentado com esse aspecto ranzinza, rancoroso e sombrio. Apesar de a primeira aparição de Henrique VIII no livro ser na execução de um lorde, é importante pensar que ele estava realizando seu poder de monarca, afinal também há demonstração de doçura por parte dele com seus filhos e suas amantes. O rei encantava as mulheres, não só pela beleza, mas também por sua incrível capacidade de fazê-las se sentir únicas no mundo.

Interessante destacar que sua frieza e tristeza só começam a aparecer no livro quando Henrique percebe que se torna cada vez mais difícil deixar um herdeiro homem para reinar sobre a Inglaterra. Isto porque, estava muito presente na memória inglesa o fato de que tinha sido seu pai (Henrique VII) que fizera ter fim a guerra civil inglesa (Guerra das Duas Rosas)⁹ pela busca de quem deveria ser o

⁸ Essas cerimônias vão desde a rotina física do rei, de alimentar-se, até mesmo a reuniões com embaixadores.

⁹ A Guerra das Duas Rosas foi uma disputa dinástica entre Lancaster e York para assumir o trono inglês. Henrique VII esposo de Elizabeth de York venceu a guerra,

rei da Inglaterra. Depois de anos de luta pela conquista do trono e de consolidação da Inglaterra por Henrique VII, Henrique VIII percebia que cada vez mais suas chances de produzir um filho varão, para manter a estabilidade da Inglaterra, tornavam-se menores. Pois a Inglaterra não teria forças pra disputar uma nova batalha dinástica e ao mesmo tempo disputar poder com suas inimigas França, de Francisco I, e Espanha, de Carlos V. O que historicamente não foi confirmado porque, apesar de não ter tido um filho varão que desse continuidade ao seu poder, Henrique VIII foi pai de uma das rainhas mais importantes da Inglaterra, Elizabeth.

Catarina de Aragão (1485- 1536): talvez a personagem mais respeitada por Mary, não era da realeza somente por casamento. Ela era uma princesa real, era filha de Isabel e Fernando, reis de Castela e Aragão, que lutaram bravamente contra a invasão moura. Os reis católicos fizeram de suas filhas, em especial Catarina, grandes mulheres eruditas destinadas a se casarem com grandes homens e serem mulheres de fibra. Considerada uma espanhola muito bela¹⁰ (FRASER, 2009: 37), sempre foi lembrada por sua serenidade e

instaurando a dinastia Tudor no poder. A guerra civil foi de 1455 a 1485, 30 anos de muitas mortes e destruição da Inglaterra.

¹⁰ Deve-se pensar que o padrão de beleza da época era caracterizado através: da pele branca indicando a pureza, os cabelos claros, e o corpo mais encorpado, tendo em vista que mulheres mais “rechonchudas” tenderiam a indicar fertilidade e saúde. Segundo as cartas de diferentes embaixadores da corte inglesa, Catarina correspondia perfeitamente a estas características.

capacidade de confortar o rei. Dificilmente o ofendia ou às suas damas, como aparece no filme, que, por sinal, diminuiu-lhe a uma posição quase insignificante. Considerada, pelos embaixadores de sua corte (e posteriormente por historiadores) profundamente casta, não abalou sua fé por um instante qualquer diante da vontade do marido em anular seu casamento, ou em não ter um filho varão. Rezava constantemente para receber essa graça e, como uma bela dama, mantinha-se no seu lugar de esposa e não se preocupava com as escapadas de Henrique, pois ele sempre voltava para ela. Amada por sua cordialidade e generosidade, o povo a considerava praticamente como uma mãe para todos. Phillipa Gregory destaca que a possibilidade de o rei abandonar uma mulher fiel e honesta por capricho deixava as esposas inglesas preocupadas, assim, nenhuma estava segura em seu casamento.

Ana Bolena (1501(?) - 1536) e Mary Bolena: a mulher mais interessante e mais forte de todo o período Tudor e a única que se colocava como igual perante o rei: Ana foi mãe da rainha Elizabeth e, embora não tenha dado o filho varão que o rei tanto queria, deu-lhe uma das monarcas mais importantes da realeza inglesa.

Ana Bolena esteve na corte francesa dos três aos 15 anos aproximadamente¹¹, extremamente erudita em línguas, filosofia e interessada nos estudos religiosos, não se colocava como um “peão” dentro da família Howard, mas sim como a “torre”, pronta pra dar um “cheque-mate” no rei. Não se colocou na posição de mulher submissa, pelo contrário, por seu gênio forte e pela sua erudição alcançou tudo o que sempre almejou, antes mesmo de se entregar para o rei. Sempre referenciada como uma das mais belas mulheres da corte Tudor, nunca era deixada de lado, pelo contrário, sempre era o centro das atenções. Além de esposa e confidente do rei Henrique, foi importante no momento de rompimento com a Igreja Católica e surgimento do Anglicanismo. Ainda que tenha procurado fazer seu próprio destino casando-se com Henry Percy de Northumberland, foi com o rei que se tornou uma das mulheres mais importantes de seu tempo.

Em contrapartida, Mary Bolena, apesar de também ter ido para a corte inglesa dos três aos 12 anos¹², se casou aos 13 anos com lorde Willian Carey buscando as alianças entre famílias e, da mesma forma, buscando se colocar dentro da corte inglesa. Ao ser querida

¹¹ Por não ser nobre o ano exato de seu nascimento causa controvérsias, lembrando que os nobres datavam os nascimentos.

¹² A questão da idade também se aplica a Mary Bolena, através de poucas fontes encontradas é que se procura realizar uma média da idade que ela poderia ter nesses momentos.

pelo rei inglês, Mary representa, fundamentalmente, aquelas mulheres que deveriam seguir as ordens das famílias de representar seu papel. Apesar de ser uma amante da corte, ao se envolver com a experiência da maternidade, subverte a ordem da nobreza ou alta burguesia ao querer ensinar seus próprios filhos. Mas não se sabe se de fato ela foi amante do rei, e se seus filhos poderiam ter sido dele, mas é nessa personagem que há o conflito primordial entre a vida no campo e na corte, o amor e jogo.

O relacionamento entre as duas irmãs promovido por Phillippa Gregory se dá, especialmente, pela relação de amor e ódio que havia entre elas. Ao mesmo tempo em que precisavam se ajudar para manter seu status, disputavam a atenção de sua própria família e de seus pretendentes. Juntas eram impossíveis, separadas tentavam da forma que fosse possível encontrar a felicidade, ainda que para isso fosse necessário jogar com as peças do jogo. Outro fato interessante é que, durante toda a narrativa do livro, Ana reforça o quanto as duas irmãs exerceram o papel de prostituta para ganharem o prestígio do rei, e que ela conseguiu subverter essa ordem ao se tornar rainha.

Considerações finais

Para concluir, é importante pensar que um escritor sempre escreve o livro e o roteirista sempre escreve o roteiro do filme, portanto, o filme além de ser uma interpretação e leitura do roteirista, é uma adaptação do livro. Logo, jamais será uma história transposta na íntegra do livro para o filme. Ela é adaptada, especialmente, pela linguagem e pelos artifícios que o roteirista considera que tornam o filme mais compreensível e dinâmico para o público. A ideia central da história se manteve, de modo a mostrar a corte inglesa durante o difícil período que foi a Inglaterra ao longo do processo de anulação do casamento do rei Henrique VIII e da rainha Catarina de Aragão. Mas, mais do que isso, a intenção é mostrar que, por trás de toda a nobreza, realeza e suas práticas políticas, todos possuíam sua subjetividade, sentimentos, vontades e necessidades. Sentiam seus medos, suas frustrações e tinham a imensa necessidade de viver de acordo com as normas e com o que era esperado dentro dos valores do século XVI. Não se pode, jamais, tentar inserir os valores do século XXI ou até mesmo a forma de pensar contemporânea dentro de uma história que se passa há cinco séculos. O que sempre foi considerado o maior pecado do historiador, também deve ser constantemente ressaltado por escritores e roteiristas que trabalham

com histórias de períodos anteriores, ainda mais, nesse caso, que é a história de um monarca tão importante para a realeza inglesa.

Mesmo apresentando alguns tradicionais problemas na literatura como colocar a mulher como manipuladora; e sempre ser a mulher morena a má e a loira a boa, assim como fazer do homem um simples boneco na mão de ambas as mulheres, deve-se pensar que não eram elas que manipulavam sozinhas e sim que suas famílias estavam por trás disso e que o próprio rei tinha conhecimento destas práticas das famílias cortesãs para a ascensão social e aumento de posses. Apesar disso, o filme mostra cenários e figurinos muito verossímeis, assim como uma fotografia e trilha sonora muito bem elaboradas e pertinentes para o tema. Acredita-se que apesar dos problemas recorrentes acima ditos a intenção do filme e seu resultado foi muito bom, pois ele realmente conseguiu mostrar a complexa relação de amor entre duas irmãs e um dos reis mais importantes do século XVI. Portanto, com exceção dos problemas acima citados, “a análise das representações tem importância porque o cinema pode levar as platéias que não estão familiarizadas com os fatos e características de determinada sociedade a acreditarem em uma versão distorcida ou estereotipada.” (DE FAZIO, 2009: 297). E isso é bem presente no filme analisado porque retrata uma parte da história inglesa sob pontos de vista diferentes do período abordado.

Quanto ao livro, apesar de também ser necessário fazer algumas ressalvas, fica muito presente que a parte histórica da trama serviu como pretexto para se escrever sobre amor, disputa, traição e romance no século XVI. Ambos os materiais reforçam a ideia de que a intenção não era fazer uma obra historiográfica, no caso do livro, ou um documentário, no caso do filme, sobre o que foi a monarquia inglesa do século XVI, mas, sim, mostrar que sob este pano de fundo há a possibilidade de falar desses outros tantos temas que normalmente são o que levam o grande público aos cinemas e as livrarias.

Referências Bibliográficas

GREGORY, Philippa. *A irmã de Ana Bolena*. Rio de Janeiro- São Paulo: Editora Record, 2010.

A Outra. 2008. Direção de Justin Chadwick. Realização Universal Pictures Internacional, Columbia Pictures e BBC Films

http://en.wikipedia.org/wiki/The_Other_Boleyn_Girl acessado em 20 de agosto de 2010.

<http://www.sonypictures.com/homevideo/theotherboleyngirl/index.html> acessado em 20 de agosto de 2010.

<http://www.philippagregory.com/> acessado em 20 de agosto de 2010.

<http://home.comcast.net/~antaylor1/parkerromance.html> acessado em 20 de agosto de 2010.

<http://www.imdb.com/name/nm0149491/> acessado em 20 de agosto de 2010.

<http://www.imdb.com/title/tt0467200/releaseinfo> acessado em 20 de agosto de 2010.

http://epipoca.uol.com.br/filmes_bilheterias.php?id=19254 acessado em 20 de agosto de 2010.

CATERER, James. HIGSON, Andrew. “*A Indústria cinematográfica britânica.*” In: MELEIRO, Alessandra (org.) *Cinema no mundo- Indústria, política e mercado. Volume V- Europa.* São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

DE FAZIO, Andréa Helena Puydinger. *Crítica à imagem eurocêntrica: uma reflexão acerca das representações étnicas e culturais em Hollywood.* In: Anais II Encontro Nacional de Estudos de Imagens. Londrina, maio de 2009.

FERRO, Marc. *Cinema e História.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRASER, Antonia. *As seis Mulheres de Henrique VIII.* Rio de Janeiro: Bestbolso, 2009.

FREIRE, Flávio. ZANINELLI, Renata. *Literatura e adaptação cinematográfica: diferentes linguagens, diferentes leituras*. In: SOLETRAS, Ano VIII, n.º 15. São Gonçalo: UERJ, jan./jun.2008.

MAESTRI, Mário. *História e romance histórico: fronteiras*. In: Novos Rumos, Ano 38, n.º 36, 2002.

MAUROIS, André. *História da Inglaterra*. Lisboa- São Paulo: Editora Aster e Editora Flamboyant, 1960.

ROSENSTONE, Robert A. *A História nos filmes, Os Filmes na História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

STAM, Robert. *A Literatura através do cinema: Realismo, magia e a arte da adaptação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VIGARELLO, Georges. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. “O Corpo do Rei”

Inquisição portuguesa na África: Denúncias do Reino do Congo e Angola no século XVII.

*Tahinan da Cruz Santos*¹

Resumo: O Tribunal da Santa Inquisição português foi criado com o objetivo de vigiar, investigar e punir crimes considerados heréticos, dentro da área de influência territoriais de Portugal, dentre os quais incluíam-se os Reinos do Congo e Angola. Diante disso, estudar os autos de Denúncias do reino do Congo e Angola mostra-se muito importante. Entre os anos de 1620-32, foi arrolada uma série de denúncias contra quase cem pessoas. Estas foram acusadas de judaísmo, feitiçaria, simonia e até mesmo calúnia e injúria contra o Santo Ofício. Este processo, composto por 214 páginas microfilmadas, encontra-se aos cuidados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Trata-se de uma fonte riquíssima, por mostrar os tentáculos da Inquisição, assim como as crenças e o cotidiano religioso das populações européias e africanas nos Reinos do Congo e Angola.

Palavra-chave: Inquisição portuguesa; Congo e Angola; Século XVII.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História, 8º semestre. Universidade do Estado da Bahia. Campus XIII – Itaberaba. Este artigo é parte de um projeto maior, intitulado *A Inquisição portuguesa no sertão da Bahia, século XVIII* coordenado pela professora Dr.^a Vanicléia Silva Santos. A escrita desse artigo somente foi possível após a transcrição do processo de “*Denúncias do reino do Congo e Angola*”. Isso com a ajuda de um curso básico de paleografia, que também é parte integrante do projeto maior. A transcrição do processo não foi totalmente concluída, o que me possibilitou apenas uma análise parcial de tal documento.

Introdução

Durante a Idade Média, a Igreja detinha o poder político e econômico na Europa. Porém, já haviam movimentos que queriam ser contrário a esse hegemonia. De tal forma que a Igreja sentiu a necessidade de constituir medidas que estancassem essas agitações. Foi então que o papa Gregório IX (1221-1241), através de uma bula, estabeleceu a criação do Tribunal da Santa Inquisição, que regia a Europa, principalmente o sul da França (SOUZA, GMB 2009: 26). Diferente da Inquisição Medieval, que tinha um cunho exclusivamente idealizado e dominado pelo clero, a Inquisição Moderna teve esse apoio estatal, mostrando a implicação política que esta idealizava. Então, a Inquisição Moderna pretendia mesmo a centralização do poder.

O Tribunal da Santa Inquisição Moderna, portanto, tinha como objetivo vigiar, investigar e punir cristãos, que de algum modo estivessem indo de encontro aos dogmas da Igreja. Sua jurisdição se estabeleceu entre todos os domínios da cristandade. Então, somente os cristãos poderiam estar sob vigilância e punidos pela Inquisição. (SANTOS, 2008: 208).

Por mais de três séculos o Tribunal Inquisitorial agiu em Portugal. Perseguiu principalmente os cristãos novos e judeus. Estudos mostram o interesse econômico do Santo Ofício. Isso

justifica a perseguição aos judeus, já que estes possuíam grandes riquezas.

(...)à citada concessão papal para o estabelecimento da Inquisição Espanhola, a alegação foi, sobretudo, o crescimento de práticas judaizantes entre os neófitos. Estes, quase sempre pertenciam a famílias bastante ricas e que, a partir do momento em que fossem condenados como hereges, certamente seus bens seriam confiscados em benefício do Estado e da Igreja – ao menos teoricamente. Como tem sido enfatizado por muitos historiadores, os recursos advindos de confiscos da Inquisição foram a mola propulsora do Tribunal, eram um incentivo que estimulava ainda mais a dedicação religiosa das autoridades civis e clericais. (SOUZA, GMB 2009:29)

A Inquisição portuguesa foi estabelecida no ano de 1536, por ordem de Dom João III, rei de Portugal. Em 23 de maio de 1536, o Papa Paulo III publicou a bula, lida em Évora, “que estabelece o Santo Ofício da Inquisição Portuguesa” (SOUZA, GMB 2009: 36). A unidade da fé era também uma das questões buscadas através da instituição inquisitorial, de modo que até então, este era um domínio exclusivamente clerical, porém, em 1547, a monarquia portuguesa obteve o poder para indicar quem faria parte do Tribunal. Anteriormente, na Inquisição Medieval, somente o papa poderia fazer essa indicação. Dessa maneira, houve a centralização do poder monárquico, assim como ocorreu na Espanha (SOUZA, GMB 2009: 36).

Os Tribunais portugueses eram divididos em quatro, para maior abrangência da sua diligência. O mais importante, de Lisboa, no qual o Brasil e todos os domínios portugueses, até o cabo da Boa Esperança estavam inclusos. O segundo, o Tribunal de Évora. Terceiro, o de Coimbra. Quarto era o Tribunal de Goa. Este foi criado em 1560 e abrangia o território que ia desde o Cabo da Boa Esperança, a Ásia e a Costa Oriental da África. Existiram também outros tribunais, porém logo foram abolidos pela precariedade da administração e abuso de poder (SOUZA, GMB 2009: 38). Então, o Congo e a Angola faziam parte do primeiro Tribunal, o de Lisboa, conjuntamente com o Brasil.

Os portugueses no Congo

Em 1575, chega em Angola muitos europeus, com o intuito de administrar aquelas terras, acompanhados principalmente de cristãos novos, antigos judeus. A vila de São Paulo de Luanda fora fundada por Paulo Dias de Novais, quando ele chegou à Angola. Dessa forma, entende-se como se deu a cristianização dessa colônia portuguesa:

Para o padre Gouveia e seus colegas da Companhia de Jesus, só se conseguiria evangelizar os africanos, caso eles fossem antes subjugados militarmente. Não se tratava mais de fundar feitorias nem de repetir a

política da aliança, catequese e cooperação desenvolvida no Congo, mas de ocupar o reino do *angola*, para depois, de uma posição de força, convertê-lo.(SILVA, 2002: 408)

No entanto, a evangelização não se deu dessa forma, muito menos a colonização portuguesa: “Fora dos estabelecimentos portugueses e situados pela hostilidade ambuda, a catequese não dera frutos; as convenções eram de conveniência e podiam durar pouco.” (SILVA, 2002: 412) Os reis angolas perceberam que os portugueses que ali atracaram, chegaram para ficar, devido às construções de igrejas e fortificações. Houveram confrontos entre os angolas e os portugueses, visto que estava em xeque uma boa parte do comércio na costa. (SILVA, 2002)

Em 1568, morreu Dom Álvaro I – rei do Congo, e o seu filho logo o sucedeu no seu reinado. Dom Álvaro II apoiou-se em seu exército e tentou liberta-se do controle português e constituir uma Igreja Católica do Congo à parte do bispado de São Tomé. Em 1596, o papa Clemente VII, separou os dois bispados, porém, o novo bispado ficou à margem, tendo os mesmos problemas, pois quem o assumiu foi um português, e não um sacerdote local, como desejava Dom Álvaro II. Isso mostra as tentativas portuguesas de implantar uma fé católica mais condizente com a realidade do Congo, dando

maiores possibilidades de uma cristianização da população local (SILVA, 2002: 432).

José da Silva Horta, faz uma discussão acerca do Inquérito realizado em 1596-98 no Congo e Angola. Para o autor, o ouvidor do Santo Ofício em Angola tinha poderes para punir crimes de heresia. Isto porque a justiça eclesiástica e a justiça civil interferiam nos julgamentos inquisitoriais, até mesmo sem a conivência do Santo Ofício. (HORTA, 1988: 400)

o visitador da Baía, Heitor Furtado de Mendonça, por decisão do Conselho Geral, não efetuou a deslocação, inicialmente prevista ao Bispado de S. Tomé, sob cuja alçada estava o reino de Angola (...) e o envio de outro visitador sairia muito dispêndios. (...) a solução institucional para o caso teve de passar pela nomeação de um religioso que residisse no próprio reino de Angola. (HORTA, 1988: 388)

Dessa forma, o escolhido teria poderes para recolher as denúncias, efetuar as prisões e enviar os acusados à Inquisição de Lisboa. Essa certa independência era de suma importância para as colônias portuguesas, visto que dessa forma, poderiam supervisionar e controlar melhor a população cristã nesses territórios. (SOUZA, GMB 2009: 32)

Denúncias do Reino do Congo e Angola

O documento classificado como processo, *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, foi registrado entre os anos de 1620 a 1632 e encontra-se sob tutela do Instituto Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Trata-se de denúncias que foram reunidas pelos padres. E por tratar-se apenas de denúncias e não de um inquérito, este processo não contém o que os inquéritos normais tinham: admoestação, sumário de culpas e principalmente as sentenças. Este processo estava sob responsabilidade inicial do Padre Jerônimo Vogado, comissário do Santo Ofício, Manoel da Silva, familiar; e Manoel Bernardes, secretário do Santo Ofício (IANTT, DRCA, mç. 9, doc 8)².

Estruturalmente, o Santo Ofício funcionava da seguinte maneira, onde havia Tribunais físicos: Inquisidores; deputados; promotores; notários; procuradores; solicitadores; qualificadores; meirinhos; alcaide dos cárceres; porteiro da mesa do despacho; dispenseiro e guardas necessários. Onde não havia a presença física de um Tribunal, poderia funcionar dessa forma: padre; pároco; familiar, que eram em sua maioria leigos e sua função era de manter os comissários informados sobre os acontecimentos que seriam da

² Instituto Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT). *Denúncias do Reino do Congo e Angola* (DRCA). Ao longo do artigo, usarei apenas a abreviação IANTT para referenciar o Instituto Arquivo Nacional da Torre do Tombo e DRCA para Denúncias do Reino do Congo e Angola.

responsabilidade do Santo Ofício averiguar; e comissário: era o cargo mais alto, dentro dessa hierarquia e tinha a responsabilidade de receber e encaminhar as denúncias para o Santo Ofício sendo, portanto, pessoas eclesiásticas. (SOUZA, GMB 2009: 51)

Para podermos compreender os meandros dos inquéritos, torna-se imprescindível descrever as ações que o Tribunal da Santa Inquisição julgava como crime:

Os crimes da alçada da Inquisição Portuguesa estavam divididos em duas categorias. De um lado, os crimes contra a fé – judaísmo, maometismo, protestantismo, molinismo, deísmo, libertinismo, críticas aos dogmas, etc. –, considerados de maior gravidade pela Igreja e que resultavam em punições mais rigorosas para os réus. De outro lado, os crimes contra a moral e os costumes – bigamia, sodomia, feitiçaria, solicitação – que em alguns casos se confundiam com os primeiros, contudo geralmente percebidos como de menor gravidade e consequentemente, passíveis de penas menos severas. (SOUZA, 2009: 37)

Desse modo, poderemos analisar com maior propriedade as denúncias e inquirições feitas pelo Santo Ofício, como também os seus julgamentos e penas. No entanto, essa análise não é objetivo neste trabalho. Nosso maior escopo, está em compreender as questões ligadas ao cotidiano e a religiosidade dos habitantes do Congo e Angola do século XVII.

Composto por 214 fólhos, sendo 65 fólhos em branco, as *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, reúne acusações de vários crimes: desde aqueles cometidos contra a fé, até os crimes contra a moral e os costumes. Trata-se de denúncias que foram reunidas pelos padres do Santo Ofício, no qual aparecem relatos contra africanos como também denunciante negros. (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 144) Divergindo destas informações, está o trabalho de José Augusto da Silva Horta, com *A Inquisição em Angola e Congo: O Inquérito de 1596-98 e o papel mediador das justiças locais*. Tendo um total de 96 denunciados, o Inquérito não faz menção a denunciante ou denunciados nativos do Congo e Angola. (HORTA, 1988: 387)

Examinando um primeiro exemplo das *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, temos o caso de Manoel Cardoso, cristão novo, de mais ou menos 23 anos de idade. Foi denunciado por Miguel, cristão velho, mais ou menos 54 anos de idade. Miguel acusou-o de ter dito que a casa do Santo Ofício era casa do inferno e que estes só sabiam tomar as fazendas alheias (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 114). Este relato nos pode esclarecer como a população via os confiscos realizados pelo Santo Ofício, resultado da punição pelos crimes cometidos. Fernandes Barbosa, que também foi denunciado para o Santo Ofício por proferir palavras injuriosas

contra os inquisidores, difamando-os (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 90).

É relevante também perceber a rivalidade existente entre cristãos novos e cristãos velhos. Horta, em sua análise, disserta que, boa parte dos denunciados constitui-se de cristãos novos. Em contrapartida, é bem significativo o número de cristãos velhos denunciantes (HORTA, 1988: 392). Nas *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, podemos perceber isso claramente. Boa parte das denúncias é feita por cristãos velhos. É feita uma investigação pelos padres da inquisição, para saber a origem dos denunciantes através de um formulário de perguntas. Como também procura-se saber se são cristãos novos ou velhos, os denunciados.

No desenrolar das *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, encontra-se uma passagem, no qual o padre Luis Peres da Veiga é mandado pelo Inquisidor Geral em setembro de 1626, para visitar o reino de Angola. O objetivo dessa visitação era relembrar aos padres como deveriam proceder com as denúncias. Foram registradas as perguntas que deveriam ser feitas aos denunciantes, como também fora colocado a brevidade que os casos deveriam ser enviados para o Inquisidor Geral (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8: 196). Então, existia um procedimento padrão para guiar as práticas inquisitoriais.

Nas *Denúncias* há um caso de crime contra a moral e os costumes³. Foi o caso de um homem chamado Domingos Ambundo Maia (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 132), que foi denunciado por Dom Paulo Afonso, trinta anos mais ou menos, casado, morador da cidade do Congo. O caso se deu em maio de 1628 e o denunciante revelou detalhes do rito que assistiu, além de confessar que foi curado durante este rito. Ele diz que Domingos estava cozendo uma panela de ervas e colocou dentro dela, a figura de um homem feita de pau. Isso aconteceu em meio a uma reunião, na qual estavam presentes muitas pessoas, inclusive escravos e mulheres.

Esta denúncia, que foi feita ao dia 08 de maio de 1628, revela as relações existentes entre escravos, mulheres e talvez homens brancos. Podemos afirmar isso, porque possivelmente o denunciante Dom Paulo Afonso, seria um homem branco, e tinha conhecimento do que acontecia nessas reuniões geridas pelo tal Domingos. Porém, o próprio Dom Paulo Afonso tratou de esclarecer sobre as suas crenças, corroborando que nem ele, nem os demais presentes teriam adorado a figura de homem feita de pau:

(...) E que não sabe, se o dito Domingos tinha aquela figura por Deus. Porém que ele dito dom Paulo sabia muito bem que aquilo era tudo (...), e que a figura não

³ Considerado pelo regime do Santo Ofício, como de menor gravidade, cujas penas eram mais brandas.

era Deus, nem tinha muito de (...) de saúde. E que nem o dito Domingos, nem ele Paulo nem outro alguém pessoas das que ali se acharam, adoraram a dita figura⁴. (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 132)

Neste processo, existe também uma denúncia relativa a uma bolsa de mandinga.⁵ Esta referia-se a Nicolau Miguel, denunciado por crime de feitiçaria (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 18). O denunciado tinha em sua posse, uma bolsa, na qual continha uma partícula e outras relíquias, que segundo denunciante – Manuel Correa, natural da cidade do Porto, casado, com mais ou menos 35 anos de idade – a dita bolsa protegeria o denunciado caso ele brigasse e se ferisse, pois este “não havia de morrer, até se confessar.” (IANTT DRCA, mç. 9, doc 8 : 19) Este episódio se passou no navio Nossa Senhora da Conceição em setembro de 1627.

⁴ A concordância gramatical presente na escrita são originárias do documento transcrito.

⁵ As bolsas de mandinga, eram “amuletos produzidos com elementos cristãos” no qual os negros resignificavam “os objetos cristãos mágicos-religiosos, à luz de suas culturas de origem, buscando proteção do mundo sobrenatural nas bolsas de mandinga, e principalmente soluções para os problemas deste mundo.” Geralmente as bolsas de mandinga eram feitas de pano ou couro e costuradas, contendo dentro delas, elementos do cristianismo, à exemplo da hóstia consagrada, mais conhecida nas denúncias, como partícula; e elementos que, para os negros, conferiam proteção, como as orações escritas em pedaços de papel, pequenas quantidades de chumbo, pedra d’ara, cascas de alho, entre outros ingredientes. Para maiores detalhes, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

Nicolau Miguel foi descoberto porque começou em alto-mar uma tormenta. Ele deu a dita bolsa ao piloto do navio para que esta fosse atada a nau, para que o mar se acalmasse e o barco não virasse.

A religiosidade de Nicolau Miguel é um ponto a ser analisado. Ele utilizava o amuleto para que não morresse antes de se confessar. Então, isso é uma demonstração do sincretismo religioso. O medo de morrer sem se confessar é uma crença cristã. Com isso, podemos perceber que Nicolau realmente acreditava nisso, tanto que temia morrer sem a confissão. O uso do amuleto para acalmar o mar, foi provavelmente na crença de que esse tipo de objeto serviria para enfrentar todos os males. A bolsa, neste caso, serviria para dar maior força às crenças cristãs.

Portanto, podemos ver que o uso de bolsas de mandinga era bastante comum, até mesmo entre espaços preferencialmente freqüentados por brancos. Isso nos permite questionar até que ponto as pessoas eram coniventes com o uso desses amuletos. Ou seja, mesmo sendo denunciado, Nicolau Miguel sabia mais ou menos por onde caminhava. Provavelmente, ele não era o único a utilizar esse tipo de amuleto, porém foi ele que caiu nas teias da Inquisição. Mas as crenças de Nicolau Miguel só poderão ser analisadas através da denuncia feita por Manuel Correia, visto que o denunciado não tinha

o seu depoimento tomado. Ou seja, a possibilidade existente é trabalhar com os indícios deixados pelos denunciante.

Dessa maneira, com a análise preliminar de alguns casos que constituem as *Denúncias do Reino do Congo e Angola*, podemos refletir acerca de como era o cotidiano de um reino, que fazia parte de um Tribunal da Santa Inquisição. Perceber as religiosidades, crenças e costumes de uma população que estava sob a jurisdição de uma metrópole portuguesa, além de estar sob a alçada de um Tribunal Inquisitorial.

Uma mais análise poderá desvendar questões que mapeiam as mentalidades da época, assim como as reflexões que cercam as ações da Inquisição Portuguesa na África. Entender as inserções e as permanências de um Tribunal Inquisitorial, num território no qual a cristianização e as tradições religiosas se uniam e aculturavam numa miscigenação própria e única. Ademais, questões como estas e ainda outras podem surgir com novas respostas, com novos olhares sobre o funcionamento da Santa Inquisição na África.

Fonte

IANTT – Instituto Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Código de referência: PT/TT/TSO-IL/040/0009.00008

Título: "Denúncias do Reino do Congo e Angola"

Datas: c.a.1620/c.a.1632

Nível de descrição: Documento composto. Dimensão e suporte 107 f., (17 f. em branco); papel

História custodial: Em 2009, este documento foi numerado seqüencialmente, mantendo a exata ordem encontrada, de modo a possibilitar o mínimo de controle físico.

Localização física: Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, mç. 9, doc. 8

Existência e localização de cópias: Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf.7423

URL <http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=2318699>

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco; HAVIK, Philip J. A África e a Inquisição portuguesa: novas perspectivas. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Lisboa, n. 5/6. 2004.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HORTA, José Augusto N. Silva. A inquisição em Angola e Congo: O Inquérito de 1596-98 e o Papel Mediador das Justiças Locais. In.: *Arqueologia do Estado*. Primeiras Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII – XVIII. Vol. 1, Lisboa. História & Crítica, 1988. Pág. 387-415

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África – uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

MARCUSSI, Alexandre. Iniciações rituais nas Minas Gerais do século XVIII: os calundus de Luzia Pinta. Maringá, PR. *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol.1,n 3, 2009.

MOTT, Luiz. *O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739*. Revista do IAC, Ouro Preto, n. 1, p. 73-82, dez 1994

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. 2. Ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

RIBAS, Rogério de Oliveira. Cide Abdella: um marabuto na corte de D. João III. In: *D. João III e o Império*. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa. Centro de História de Além-mar. 2004

SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-

Graduação em História Social. Área de concentração: História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. Angola. In: *A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2002. Pág. 407-450

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédios das almas: Comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Salvador, 2009.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

**OS ESTADOS UNIDOS POR INTEIRO:
teorias explicativas e discursos de posses presidenciais
da Guerra Fria - Roosevelt a Bush (1945-1989) ¹**

Tatiana Spalding Perez

Resumo: Jean-Pierre Fichou, em sua obra “A civilização Americana” (*La civilisation américaine*), analisa as teorias explicativas dos Estados Unidos através do resgate de seus componentes essenciais e da compreensão de seu caráter cultural, demonstrando como esses, apesar das mudanças de contexto, se mantiveram como princípios fundamentais para a definição do interesse nacional e para a formulação das políticas norte-americanas. A análise aqui apresentada parte dos discursos de posse dos presidentes dos Estados Unidos do período da Guerra Fria (de Roosevelt, 1945 a Bush, 1989) para demonstrar os princípios mais fortemente defendidos nesse contexto pela sociedade americana – democracia, voluntarismo, abundância, dinamismo, capitalismo e expansionismo.

Palavras-chave: Jean-Pierre Fichou. Estados Unidos. Guerra Fria. Cultura. Política.

Os Estados Unidos sustentam sua identidade nacional defendendo que a sociedade americana² é fiel a princípios morais

¹ A primeira versão desse artigo foi produzida como requisito para aprovação na disciplina de “História dos Estados Unidos” ministrada pela professora Susana Bleil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no primeiro semestre de 2010. A escolha do autor foi realizada pela professora.

expressos no seu estilo de vida. Tais princípios fazem parte também da tradição política norte-americana, que o utiliza para sustentar suas ações. Durante a Guerra Fria, por exemplo, os presidentes dos Estados Unidos fizeram uso em seus discursos da defesa desses princípios para legitimar a constante disputa com a União Soviética. A Segunda Guerra Mundial levou ao fim das antigas potências européias (França, Inglaterra e Alemanha) como centro do sistema internacional. O conflito, entretanto, não afetou negativamente todas as nações mundiais. Conforme Paulo Vinentini (2006), os Estados Unidos emergiram como os maiores beneficiados, pois o conflito reativou e expandiu sua economia, tornando-a mundialmente dominante. . Por outro lado, a União Soviética elevou seu prestígio diplomático e militar, devido ao papel que exerceu na derrota da Alemanha nazista, ampliou sua esfera de influência junto às suas fronteiras européias e teve seu poder acentuado com o fortalecimento global da esquerda e com a presença do Exército Vermelho no centro da Europa e no Extremo Oriente. Como principal consequência, o

² É preciso ressaltar que, tradicionalmente, os cidadãos “estado-unidenses” são denominados “norte-americanos” ou simplesmente “americanos”. Sabemos que nem a América do Norte, nem a América como um todo se constitui apenas dos Estados Unidos, entretanto, como coloca Leandro Karnal (2008), nenhum outro país utiliza tais expressões para definir sua nacionalidade, por isso sua utilização nos estudos acadêmicos não gera confusão no reconhecimento de qual país se trata ao se usar os termos “americanos” ou “norte-americanos” ao nos referirmos aos Estados Unidos e à sua sociedade.

fim da Segunda Guerra Mundial levou à Guerra Fria, constituída, essencialmente, pela oposição entre Estados Unidos e União Soviética como potências líderes do sistema internacional.

Apesar da disputa entre Estados Unidos e União Soviética não ter resultado em uma Terceira Guerra Mundial e os conflitos diretos terem ficado limitados apenas a países em desenvolvimento, considerados na época como de terceiro mundo, o termo Guerra é bem aplicado ao período. Afinal, como observou Thomas Hobbes em sua obra “O Leviatã”, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente reconhecida” (HOBBS apud HOBBSAWM, 1995: 224). Segundo Philip Abbott (1991), o sistema bipolar sustentava a Guerra Fria, pois intensificava a disputa ao levar à percepção de que havendo dois lados no conflito, apenas um poderia sair vencedor enquanto o outro deveria ser derrotado.

Para Eric Hobsbawm (1995), a Guerra Fria fundamentava-se na crença ocidental de que a Era da Catástrofe não chegara ao fim, de que o futuro do capitalismo e de sua sociedade não estavam assegurados, devido a experiência do pós-Primeira Guerra Mundial³. Além disso, para o historiador, os Estados Unidos temiam que os

³ Após o término da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos voltaram a sua antiga posição isolacionista no contexto mundial, não participando do processo de construção da paz, o que extinguiu qualquer possibilidade de estabilidade do sistema internacional, segundo Pecequillo (2005).

países europeus, devastados pela guerra, estivessem mais dispostos à radicalização através da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema capitalista de livre empresa, livre comércio e investimento. Por outro lado, Hobsbawm colocou também que, em qualquer avaliação racional, a União Soviética não representava perigo imediato ao mundo fora do alcance das forças do Exército Vermelho, pois saíra da guerra em ruínas e em crise. Contudo, por não estar disposta a fazer concessões aos Estados Unidos, engajou-se na política de confrontação dos dois lados que sustentou a Guerra Fria: os Estados Unidos preocupavam-se com o perigo de uma suposta supremacia soviética, enquanto a União Soviética preocupava-se com a hegemonia norte-americana de fato existente e exercida em todas as partes, exceto nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho.

Ao longo da história dos Estados Unidos, a observação das ações tomadas pelo país permite reconhecer a manutenção e a preservação de um conjunto de concepções nascidas e desenvolvidas desde a República, em 1776. Tais concepções, durante os anos, foram incorporadas, ganharam novos nomes, foram perseguidas de formas diferentes, ou seja, adaptaram-se ao contexto e acompanharam o desenvolvimento da nação. Apesar das transformações dos cenários interno e mundial, portanto,

determinadas características morais mantiveram-se como princípios fundamentais para a definição do interesse nacional norte-americano e para a formulação de suas políticas, revelando-se permanentes e recorrentes na construção dos Estados Unidos como nação e civilização. (PECEQUILO, 2005)

No final da década de 1980, Jean-Pierre Fichou escreveu a obra “A civilização Americana”⁴ com o intuito de analisar as teorias explicativas dos Estados Unidos através do resgate de seus componentes essenciais e da compreensão de seu caráter cultural. Segundo Fichou, as teorias explicativas são tentativas de explicação da civilização americana, que bastam-se a si mesmas e constituem a base da cultura nacional norte-americana. Em sua obra, Fichou analisa e expõe diversos aspectos culturais da sociedade americana e demonstra como esses constituem “um todo bastante homogêneo no tempo, apesar das variações setoriais ou locais, apesar das modas e das crises” (FICHOU, 1990: 7). Os aspectos culturais da sociedade americana analisados por Fichou explicam muitos dos princípios morais exaltados pelos cidadãos e políticos norte-americanos e

⁴ Jean-Pierre Fichou nasceu em 1935. Foi professor visitante do Kalamazoo College em Michigan, nos Estados Unidos. Além de Professor-assistente e Mestre de Conferências na Universidade de Caen, foi também diretor do Laboratório de Línguas e do centro de Formação Permanente em Línguas de Caen, na França. A obra original, em francês, da editora PUF, intitula-se “*La civilisation américaine*” e foi publicada em 1987.

expressam não apenas a forma de ver a si mesmo e de agir dentro de seu território, como a forma de ver o outro e de agir ante as ações do outro.

De Roosevelt, em 1945, a Bush, em 1989, todos os presidentes da Guerra Fria mencionaram em seus discursos inaugurais a defesa e a manutenção dos princípios morais dos Estados Unidos. Apesar de cada discurso ter sido produzido em circunstâncias diferentes, os elementos se repetem constantemente. Em um período de mudanças e de defesa da transição de uma política tradicionalmente isolacionista para uma nova política de posicionamento como potência na construção de uma nova ordem mundial, Roosevelt propõe em 1945:

Nós devemos nos esforçar pela perfeição. Nós não a alcançaremos imediatamente – mas mesmo assim nós devemos nos esforçar. Nós podemos cometer erros – mas nunca devem ser erros que resultem da fraqueza de coração ou do abandono de nossos princípios morais.⁵

Por sua vez, já claramente presente o fim da Guerra Fria, com a derrota da União Soviética, Bush disse em 1989: “A América

⁵ Tradução livre. No original: “*We shall strive for perfection. We shall not achieve it immediately - but we still shall strive. We may make mistakes – but they must never be mistakes which result from faintness of heart or abandonment of moral principle*”. (ROOSEVELT, 1945)

nunca é ela por inteiro se não estiver engajada nos mais altos princípios morais”.⁶

Não é possível compreender Roosevelt e Bush de forma igual sem correr riscos de anacronismo. Entretanto, é possível observar que ambos se encontram em posição semelhante, pois viviam períodos de incertezas, em que a posição dos Estados Unidos no sistema mundial ainda estava obscurecida pela necessidade de agir e pela dúvida de como agir. Cientes do desafio presente, os presidentes assumiram seu papel de líderes e, através do discurso político, procuraram dirigir a nação utilizando-se do argumento da existência de princípios fundamentais a serem seguidos.

Acerca do discurso político, Antoine Prost (1996: 312) coloca que “as maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade denominando-a”. Assim, os discursos de posse dos presidentes dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria demonstram sobre quais princípios morais o país sustentou-se nesse período. Esse é o papel do governante, do seu discurso, conforme Prost, pois o falante (no caso aqui explorado, os presidentes) apodera-se do papel que lhe convém e atribui aos seus interlocutores (os cidadãos norte-americanos), os papéis que

⁶ Tradução livre. No original: “*America is never wholly herself unless she is engaged in high moral principles*”. (BUSH, 1989)

escolheu para eles. Tradicionalmente, os americanos para aceitarem uma guerra precisam de pretextos sólidos e durante toda a sua história utilizaram-se sempre de uma justificativa grandiosa para suas ações, tornando-as nobres. Assim, os papéis escolhidos pelos presidentes em seus discursos de posse precisam ser compatíveis com aqueles que a sociedade norte-americana atribui a si própria e com os quais identifica-se para conquistar o apoio necessário à manutenção da disputa constante contra a União Soviética.

O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos ocorre no dia 20 de janeiro a cada troca de mandato, data de início de mandato do novo presidente. Oficialmente, a única tradição obrigatória é o juramento, entretanto ao longo dos anos, transformou-se em um evento de um dia inteiro com direito a paradas, visitas a diversos locais e bailes por todo o país em comemoração a instauração do novo presidente, do exercício da democracia e do que faz dos cidadãos norte-americanos uma nação. Dentre os aspectos da civilização americana apresentados por Fichou (1990), alguns aparecem de forma mais intensa no conjunto dos doze discursos de posse de oito presidentes do período da Guerra Fria⁷: a democracia, a

⁷ São nove os presidentes da Guerra Fria, entretanto, Gerald Ford assumiu o mandato após a renúncia de Nixon e, por isso, não foi inaugurado, assim como Truman realizou seu discurso apenas em 1949 e Johnson em 1965 apesar de terem assumido em 1945 e 1963 após a morte de Roosevelt e Kennedy, respectivamente. São aqui considerados, portanto, os seguintes presidentes e as datas de suas

abundância, o dinamismo, o individualismo, o capitalismo e o expansionismo. Os aspectos culturais da sociedade norte-americana defendidos como princípios morais não são isolados, seus conceitos e interpretações se misturam, se autojustificam e se confundem conforme a situação nas quais são utilizados.

Nascida com a República, a democracia institucionalizou o ideal de liberdade norte-americano ao garantir a existência de um governo caracterizado pelo desejo único da maioria, sensível ao dinamismo, à força do trabalho, ao ardor e à opulência de uma sociedade abundante e igualitária em seu compartilhamento (FICHOU: 20). Iniciado seu desenvolvimento em 1776, a democracia foi contextualizada em 1835 por Alexis de Tocqueville em sua obra “Da democracia na América”. Enviado aos Estados Unidos pelo governo francês em 1831 para estudar o sistema prisional americano, Tocqueville relatou não só acerca das prisões, mas sobre todos os aspectos da sociedade dos Estados Unidos, incluindo a sua economia e, sobretudo, seu sistema político, inédito no mundo na época da viagem. Sua obra sobre a democracia tornou-se um clássico ao descrevê-la e mostrar como a sociedade norte-

inaugurações: Franklin D. Roosevelt (1945), Harry S. Truman (1949), Dwight D. Eisenhower (1953 e 1957), John F. Kennedy (1961), Lyndon B. Johnson (1965), Richard M. Nixon (1969 e 1973), Jimmy Carter (1977), Ronald Reagan (1981 e 1985) e George Bush (1989).

americana fez com que ela funcionasse. Segundo Tocqueville, o princípio mais marcante da democracia era o da soberania do povo.

É pelo dogma da soberania do povo que se deve começar a falar das leis políticas dos Estados Unidos. Na América, o princípio da soberania popular jamais está oculto ou estéril, como em outras nações; ele é reconhecido nos costumes e proclamado nas leis; estende-se com toda liberdade, e alcança sem obstáculos as suas últimas consequências. (TOCQUEVILLE: 09)

Nos discursos presidenciais da Guerra Fria, essa soberania do povo foi exaltada e solicitada em consoante harmonia com os princípios do voluntarismo e do dinamismo. Em 1949, já solidificada a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, Harry Truman definiu os aspectos da democracia americana em oposição ao comunismo, demonstrando também a construção da versão norte-americana das características comunistas. Nas palavras de Truman (1949):

O comunismo é baseado na crença de que o homem é tão fraco e inadequado que ele é incapaz de governar a si mesmo, e por isso precisa do governo de mestres fortes.

A democracia é baseada na convicção de que o homem tem capacidade moral e intelectual, assim como o direito inalienável de governar a si mesmo com razão e justiça.

O comunismo submete o indivíduo à prisão sem justa causa, à punição sem julgamento e ao trabalho forçado para o Estado. Ele decreta o tipo de informação que se deve ter, que arte se deve produzir, quais líderes devem ser seguidos, e quais idéias devem ser pensadas.

A democracia sustenta que o governo é estabelecido para o benefício do indivíduo e está encarregado da responsabilidade de proteger os direitos do mesmo e sua liberdade no exercício de suas habilidades.

O comunismo sustenta que erros sociais podem ser corrigidos pela violência.

A democracia comprovou que a justiça social pode ser realizada através de mudanças pacíficas.

O comunismo prega que o mundo é dividido em classes opostas a ponto de a guerra ser inevitável.

A democracia prega que nações livres podem resolver suas diferenças de forma justa e manter a paz.⁸

⁸ Tradução livre. No original: “*Communism is based on the belief that man is so weak and inadequate that he is unable to govern himself, and therefore requires the rule of strong masters. Democracy is based on the conviction that man has the moral and intellectual capacity, as well as the inalienable right, to govern himself with reason and justice. Communism subjects the individual to arrest without lawful cause, punishment without trial, and forced labor as the chattel of the state. It decrees what information he shall receive, what art he shall produce, what leaders he shall follow, and what thoughts he shall think. Democracy maintains that government is established for the benefit of the individual, and is charged with the responsibility of protecting the rights of the individual and his freedom in the exercise of those abilities of his. Communism maintains that social wrongs can be corrected only by violence. Democracy has proved that social justice can be achieved through peaceful change. Communism holds that the world is so widely divided into opposing classes that war is inevitable. Democracy holds that free*

Para Pecequillo (2005), ao basear-se na incompatibilidade entre os dois regimes e na necessidade de preservação da integridade da sociedade americana, Truman conseguiu levar o país efetivamente a uma nova forma de engajamento no sistema mundial, levando-o a envolver-se na construção e na administração da nova ordem. É importante lembrar que em março de 1947 Truman fez outro discurso de defesa da democracia, que lançou as bases para sua doutrina, de defesa dos elos mais “fracos” da democracia sob o perigo comunista. A ênfase não era no capitalismo explicitamente e, sim, em regimes democráticos e na liberdade. Assim, percebe-se que, desde o primeiro discurso em clima de Guerra Fria, a exaltação da democracia justificou e deu legitimidade ao governo americano e ao estilo de vida de sua sociedade. A democracia foi defendida como o regime político mais adequado aos Estados Unidos, pois possibilitou o desenvolvimento do capitalismo e se opôs ao regime político soviético, caracterizado pelos americanos como comunismo ditatorial.

Acompanhando o princípio da democracia, os discursos de posse trazem também o voluntarismo como parte da soberania do povo. O povo elege seu governo, mas a vontade de agir não é

nations can settle differences justly and maintain a lasting peace”. (TRUMAN, 1949)

limitada a ele e é desse voluntarismo, dessa vontade de agir sobre o mundo, os outros e sobre si mesmo que a soberania do povo é legitimada. A famosa frase do discurso de Kennedy em 1961, “Não pergunte o que a América fará para você – mas o que juntos podemos fazer pela liberdade do homem”⁹, celebra esse voluntarismo. Da mesma forma, Carter, em 1977, lembrou a importância do voluntarismo popular para transformar em prática as propostas de um novo governo: “Essa cerimônia inaugural marca um novo começo, uma nova dedicação dentro de nosso governo e um novo espírito entre nós. Um presidente pode sentir e proclamar esse novo espírito, mas apenas um povo pode fornecê-lo”¹⁰. A aceitação do voluntarismo pela sociedade norte-americana em 1961 e em 1977 foi completamente diferente: Kennedy teve o apoio da população na sua intensificação da corrida armamentista, enquanto Carter não convenceu ao defender uma política menos agressiva ao comunismo. Tal diferença pode ser identificada como consequência da intensa presença da tensão bélica no cotidiano dos norte-americanos.

⁹ Tradução livre. No original: “*My fellow citizens of the world: ask not what America will do for you, but what together we can do for the freedom of man*”. (KENNEDY, 1961)

¹⁰ Tradução livre. No original: “*This inauguration ceremony marks a new beginning, a new dedication within our Government, and a new spirit among us all. A President may sense and proclaim that new spirit, but only a people can provide it*”. (CARTER, 1977)

O povo, portanto, é ativo, sustentado pelo seu dinamismo. De acordo com Fichou, a sociedade americana não suporta a inércia e é essa aversão à inércia que mantém o povo americano sempre olhando para o futuro, imaginando-o e planejando como agir para que ele seja diferente do passado. Nixon questionou: “Que tipo de nação nós seremos, em que tipo de mundo nós viveremos? Se nós moldarmos o futuro na imagem de nossas esperanças, é nosso poder determinar pelas nossas ações e escolhas”¹¹. O dinamismo une-se ao voluntarismo para criar uma imagem encantada e otimista do futuro. Segundo Fichou (1990: 44), e como demonstram as palavras de Nixon expressas acima, “o amanhã será melhor se soubermos aproveitar nossas oportunidades”. E essas oportunidades são constantes em um país abundante em recursos e riquezas como os Estados Unidos.

A civilização americana, portanto, é dinâmica e otimista porque é abundante. A abundância americana gera sempre novas conquistas e oportunidades iguais para todos, sustentando junto com a democracia o ideal de igualdade e liberdade: aqueles que melhor souberem servir-se da abundância e da liberdade servir-se-ão primeiro. A liberdade, portanto, é protegida pela abundância, pois lhe

¹¹ Tradução livre. No original: “*What kind of a nation we will be, what kind of a world we will live in, whether we shape the future in the image of our hopes, is ours to determine by our actions and our choices*”. (NIXON, 1969)

oferece formas diversas de escolhas e alternativas as quais o cidadão americano é livre para tomar suas decisões.

Além disso, a abundância para os Estados Unidos, como coloca Fichou, não se limita à quantidade de recursos naturalmente disponíveis, mas está também presente na valorização dessas riquezas através do desenvolvimento da indústria, do comércio, da publicidade e do consumo – está presente no sistema econômico dinâmico e capitalista, cujo fim é o aumento da riqueza material dos homens e da nação, garantindo sua crescente abundância e mantendo o ciclo sempre ativo. Como afirmou Eisenhower em 1957:

Nós vivemos em uma terra de abundância, mas essa terra nunca esteve tão em perigo como hoje está. Em nossa nação, trabalho e riqueza abundam. Nossa população cresce. O comércio enche os nossos rios e ferrovias, nossos céus, portos e estradas. Nosso solo é fértil, nossa agricultura, produtiva. O ar soa a música de nossa indústria – tocando os moinhos e fornos, os dinamos, as represas e as linhas de montagem – o refrão da América generosa.¹²

¹² Tradução livre. No original: “*We live in a land of plenty, but rarely has this earth known such peril as today. In our nation work and wealth abound. Our population grows. Commerce crowds our rivers and rails, our skies, harbors and highways. Our soil is fertile, our agriculture productive. The air rings with the song of our industry--rolling mills and blast furnaces, dynamos, dams and assembly lines--the chorus of America the bountiful*”. (EISENHOWER, 1957)

Questionar a produtividade, portanto, seria ir contra as noções fundamentais da civilização e questionar o próprio sistema, o que o enfraqueceria ante o inimigo comunista. Para Fichou (1990: 94), o capitalismo “baseia-se num certo número de ideias de partida que se harmonizam perfeitamente com a mentalidade americana de sempre”. Baseado no dinamismo e na abundância do consumo, da produção e da livre empresa, o sistema capitalista sustenta a democracia e garante a liberdade e a igualdade do indivíduo.

A dinâmica da indústria e o desenvolvimento norte-americano, segundo Fichou, foram essenciais para levar os Estados Unidos a conscientizarem-se de que precisavam ampliar seu território e povoá-lo para desenvolver seu mercado, pois a natureza do capitalismo exigia a produção contínua. O princípio do expansionismo coloca-se, assim, como essencial ao desenvolvimento do capitalismo e ao crescimento da influência americana no sistema internacional. Em seu primeiro discurso de posse, anterior ao acima mencionado, Eisenhower disse:

Nós sabemos que estamos conectados a todos os povos livres não apenas na teoria mas devido às necessidades básicas. Nenhum povo livre pode se ater a qualquer privilégio ou desfrutar de segurança econômica em solidão. Apesar de toda nossa abundância material, até nós precisamos de mercados no mundo para o excesso de nossas fazendas e fábricas. Igualmente, nós precisamos para essas mesmas fazendas e fábricas

materiais e produtos vitais de terras distantes. Essa regra básica da interdependência, tão manifesta no comércio da paz, aplica-se mil vezes mais intensamente em tempos de guerra. (EISENHOWER, 1953)¹³

O capitalismo é para os Estados Unidos durante a Guerra Fria a melhor forma de garantir sua superioridade em relação à União Soviética, pois a constante preparação de materiais bélicos intensifica as relações comerciais e aumenta a demanda pelos produtos oferecidos pela abundante indústria norte-americana. Devido a esse aspecto econômico, o expansionismo norte-americano pode ser entendido como uma nova forma de imperialismo. Nova porque, como lembra Fichou, os Estados Unidos não são uma potência imperial no sentido literal do termo por não possuírem colônias com as quais exerçam o tipo de relação dos impérios tradicionais. Entretanto, os Estados Unidos exercem uma influência considerável sobre várias nações, o que constitui o caráter neo-imperialista de seu expansionismo. Segundo Fichou (1990: 141), “em vez de enviar as carroças, eles enviam os vendedores. Eles não colocam governadores

¹³ Tradução livre. No original: “*We know, beyond this, that we are linked to all free peoples not merely by a noble idea but by a simple need. No free people can for long cling to any privilege or enjoy any safety in economic solitude. For all our own material might, even we need markets in the world for the surpluses of our farms and our factories. Equally, we need for these same farms and factories vital materials and products of distant lands. This basic law of interdependence, so manifest in the commerce of peace, applies with thousand-fold intensity in the event of war.*” (EISENHOWER, 1953)

à frente das nações estrangeiras, mas controlam, frequentemente de modo oculto, as economias e, portanto, as culturas”. Tal tipo de ação imperialista, entretanto, não é menos perigosa que a clássica, pois as transformações culturais causam abismos entre gerações ao modificar seus modos de vida e as transformações técnicas alteram a forma de pensar e as heranças transmitidas.

O expansionismo norte-americano nesse período não se restringia, portanto, aos aspectos econômicos, visto que a expansão econômica levava consigo a introdução de novas definições culturais e a tentativa de implantar na cultura dos outros países os princípios norte-americanos. Para Fichou, os Estados Unidos, ao esquecerem-se da diferença cultural existente em cada região, visavam a modelar o outro à sua imagem, sem perceber que tal objetivo nem sempre seria possível ou bem recebido. O principal aspecto dessa expansão cultural era o estabelecimento de uma democracia com os mesmos aspectos da americana e o peso dos princípios que a defesa desse regime político levava consigo. Os Estados Unidos eram o exemplo a ser seguido e seguir esse exemplo era imitá-lo, ou seja, copiar o estilo de vida americano transformando as culturas internas de cada região, americanizando-as. Carter, em 1977, disse: “Nossa nação só pode ser forte no exterior se for forte dentro de casa. E nós sabemos que o melhor caminho para aumentar a liberdade em outras terras é

demonstrando aqui que nosso sistema democrático é merecedor de emulação.”¹⁴ Apesar desse discurso enfatizar a defesa de uma política mais voltada para as questões internas, exemplifica claramente o ideal norte-americano de servir como exemplo para os outros e um exemplo a ser seguido e imitado. O discurso de Carter demonstra que mesmo em tempos de novas propostas políticas, o ideal e a visão do papel dos Estados Unidos para além de suas fronteiras não deixam de ser o mesmo.

Em sua base o expansionismo é justificado e explicado, segundo Fichou, através do messianismo presente nos princípios americanos desde o surgimento do Destino Manifesto, expresso por John O’Sullivan em 1845: “a revolução mundial que inventará uma nova sociedade nascerá nos Estados Unidos, pela vontade de Deus, que facilmente encontra-se ao lado dos americanos” (FICHOU: 110). Para Pecequillo, o Destino Manifesto racionalizava a expansão pela ideia de dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão. Assim, os Estados Unidos se entendem como o povo escolhido e esclarecido por Deus que teria não só o direito, mas o dever de expandir seus valores e ideais. Durante o mesmo período de incertezas em que Roosevelt mencionou a manutenção dos

¹⁴ Tradução livre. No original: “*Our Nation can be strong abroad only if it is strong at home. And we know that the best way to enhance freedom in other lands is to demonstrate here that our democratic system is worthy of emulation.*” (CARTER, 1977)

princípios morais da civilização americana, o presidente lembrou que, apesar de ainda não se ter definida a forma como os Estados Unidos assumiriam as responsabilidades que estavam por vir, Deus iluminaria o povo americano e estaria ao seu lado.

Deus Todo Poderoso abençoou nossa terra em muitos sentidos. Ele deu ao nosso povo corações e braços fortes com os quais desferir fortes golpes em nome da liberdade e da verdade. Ele deu ao nosso país uma fé que tem se tornado a esperança de todas as pessoas num mundo angustiante.

Então nós pedimos a Ele agora a visão para enxergar nosso caminho claramente e ver o caminho que leva a uma vida melhor para nós mesmos e a nossa querida humanidade – e para realizar o desejo Dele de paz na terra. (ROOSEVELT, 1945)¹⁵

No discurso de posse do segundo mandato de Ronald Reagan estão presentes todos os traços do expansionismo americano em uma só fala. Em nome da liberdade, Reagan comemora o declínio da União Soviética em oposição à vitória dos Estados Unidos como potência econômica e o aumento das democracias no mundo.

¹⁵ Tradução livre. No original: “*The Almighty God has blessed our land in many ways. He has given our people stout hearts and strong arms with which to strike mighty blows for freedom and truth. He has given to our country a faith which has become the hope of all peoples in an anguished world. So we pray to Him now for the vision to see our way clearly to see the way that leads to a better life for ourselves and for all our fellow men—and to the achievement of His will to peace on earth*”. (ROOSEVELT, 1945)

Contudo, ao comemorar a liberdade como justificativa do expansionismo americano da Guerra Fria, oculta fatos relevantes do período, como o antigo apoio às ditaduras militares na América Latina em nome do anticomunismo e a crescente importância de outras nações capitalistas no cenário econômico mundial. Tais fatos, porém, comprovam o lado incoerente do expansionismo norte-americano e não devem ser mencionados de tal forma, muito menos numa cerimônia comemorativa onde se defendem os princípios norte-americanos.

Nós buscamos por paz e segurança, animados pelas mudanças ao nosso redor. Desde a virada do século, o número de democracias no mundo quadruplicou. A liberdade humana está em marcha, principalmente no nosso próprio hemisfério. Liberdade é uma das aspirações do espírito humano mais profundas e nobres. Pessoas, ao redor do mundo, desejam o direito da autodeterminação, aqueles direitos inalienáveis que tornam o homem digno e o permitem progredir.

A América deve continuar a ser uma leal amiga da liberdade, porque a liberdade é a melhor aliada e é a única esperança do mundo de derrotar a pobreza e preservar a paz. Todo golpe que nós desferirmos contra a pobreza será um golpe contra seus aliados obscuros de opressão e de guerra. Toda vitória da liberdade humana será uma vitória da paz mundial.

Assim, nós seguimos sendo hoje, uma nação poderosa em sua jovialidade e de fortes objetivos. Com nossas alianças fortalecidas, com nossa economia liderando o mundo à uma nova era de expansão econômica, nós

vemos um futuro rico em possibilidades. E tudo isso porque nós trabalhamos e agimos juntos, não como membros de partidos políticos mas como Americanos.

Meus amigos, nós vivemos num mundo iluminado. Muita coisa está mudando e irá mudar, mas muito permanece e transcende o tempo. (REAGAN, 1985) ¹⁶

O discurso de Reagan não só resume o expansionismo da Guerra Fria como utiliza todos os princípios morais aqui trabalhados para justificá-lo e exaltá-lo. O aumento do número de democracias demonstraria a influência dos Estados Unidos e a expansão de seus ideais. A expansão da economia capitalista demonstraria que o fim da Guerra Fria se aproximava com os Estados Unidos saindo vitoriosos. Essa vitória sempre pareceu certa, mas só seria possível se

¹⁶ Tradução livre. No original: *"We strive for peace and security, heartened by the changes all around us. Since the turn of the century, the number of democracies in the world has grown fourfold. Human freedom is on the march, and nowhere more so than in our own hemisphere. Freedom is one of the deepest and noblest aspirations of the human spirit. People, worldwide, hunger for the right of self-determination, for those inalienable rights that make for human dignity and progress. America must remain freedom's staunchest friend, for freedom is our best ally and it is the world's only hope to conquer poverty and preserve peace. Every blow we inflict against poverty will be a blow against its dark allies of oppression and war. Every victory for human freedom will be a victory for world peace. So, we go forward today, a nation still mighty in its youth and powerful in its purpose. With our alliances strengthened, with our economy leading the world to a new age of economic expansion, we look to a future rich in possibilities. And all of this is because we worked and acted together, not as members of political parties but as Americans. My friends, we live in a world that's lit by lightning. So much is changing and will change, but so much endures and transcends time"*. (REAGAN, 1985)

o povo americano mantivesse viva a consciência de sua capacidade material, pois sua nação sempre foi abundante, e de sua capacidade social, pois o povo permaneceria ativo através de seu dinamismo e voluntarismo.

Analisar os discursos de posse dos presidentes norte-americanos durante o período da Guerra Fria a partir da observação dos aspectos da cultura americana apresentados por Jean-Pierre Fichou nos permite compreender melhor a sociedade norte-americana e como ela se compreende. Apesar dos anos de Guerra Fria não terem sido estáveis, apresentando fases de maior e menor intensidades ou crises, os princípios defendidos pelos presidentes dos Estados Unidos durante o período para justificar a posição da nação ante o mundo e amenizar suas consequências - nem sempre previsíveis - permaneceram semelhantes. Essa análise nos permite, portanto, refletir sobre a construção identitária dos Estados Unidos e sobre suas escolhas, procurando compreender que suas ações são reflexos não só de suas necessidades, mas de demandas de valores que constituem a identidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras consultadas

ABBOTT, Philip. Cold War. In: _____. *Political thought in America: conversation and debates*. Itasca, Illinois: F. E. Peacock Publishers Inc, 1991.

FICHOU, Jean-Pierre. *A civilização Americana*. Tradução de Maria Carolina F. de Castilho Pires. Campinas: Papirus, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *História dos Estados Unidos*. Das origens ao século XXI. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Continuidade ou mudança? 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PROST, Antoine. As palavras. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia na América*. Fragmentos. Clube do livro liberal. Disponível em: <[http:// www.libertarianismo .com/ livros/ AT-Democracianaamerica.pdf](http://www.libertarianismo.com/livros/AT-Democracianaamerica.pdf)> Acesso em: 12 dez 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Da Guerra Fria à crise*. Relações internacionais do século 20. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Fontes

BUSH, George. *Inaugural Address*. January 20, 1989. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=16610>> Acesso em: 26 nov 2009.

CARTER, Jimmy. *Inaugural Address*. January 20, 1977. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=6575>> Acesso em: 26 nov 2009.

EISENHOWER, Dwight D. *First Inaugural Address*. January 20, 1953. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=9600>> Acesso em: 26 nov 2009.

_____. *Second Inaugural Address*. January 20, 1957. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=10856>> Acesso em: 26 nov 2009.

JOHNSON, Lyndon B. *Inaugural Address*. January 20, 1965. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=26985>> Acesso em: 26 nov 2009.

KENNEDY, John F. *Inaugural Address*. January 20, 1961. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=8032](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=8032)> Acesso em: 26 nov 2009.

NIXON, Richard. *First Inaugural Address*. January 20, 1969. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=1941](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=1941)> Acesso em: 26 nov 2009.

_____. *Second Inaugural Address*. January 20, 1973. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=4141](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=4141)> Acesso em: 26 nov 2009.

REAGAN, Ronald. *First Inaugural Address*. January 20, 1981. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=43130](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=43130)> Acesso em: 26 nov 2009.

_____. *Second Inaugural Address*. January 20, 1985. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=38688](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=38688)> Acesso em: 26 nov 2009.

ROOSEVELT, Franklin D. *Fourth Inaugural Address*. January 20, 1945. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/ index.php?pid=16607](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=16607)> Acesso em: 26 nov 2009.

TRUMAN, Harry. *Inaugural Address*. January 20, 1949. Disponível em: <[http:// www.presidency.ucsb.edu/ ws/index.php? pid=13282](http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=13282)> Acesso em: 26 nov 2009.

O “ORIENTALISMO” NA LITERATURA DO SÉCULO XIX: O CASO DE *A VOLTA AO MUNDO EM OITENTA DIAS*.

Vanessa Fronza¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo evidenciar o eurocentrismo presente na literatura do século XIX, a partir do conceito de orientalismo, discutido por Edward Said em suas obras. Para isso, foi escolhido como objeto de análise o livro *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*, de Júlio Verne, publicado em 1873, que tem como enredo a viagem dos dois personagens principais – europeus – por diversas partes do mundo, onde estabelecem contato com diferentes culturas, as quais são julgadas e classificadas como inferiores. Através de alguns trechos do livro, pode-se observar o pensamento vigente do leitor europeu desta época, visto que a literatura se relaciona diretamente com o contexto no qual é produzida.

Palavras-chave: *Orientalismo; Júlio Verne; Literatura do século XIX.*

A Volta ao Mundo em Oitenta dias, livro publicado em 1873, explora principalmente alguns temas recorrentes no século XIX: a possibilidade e a velocidade das viagens, ocasionadas pelo aumento da eficácia dos meios de transporte, especialmente com a construção de diversas ferrovias e do canal de Suez.

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), orientada nesse trabalho pela Prof^a Andréa Doré.

O tema das viagens é uma constante nas obras de Júlio Verne, sendo que parte de suas publicações é classificada como “viagens extraordinárias”², onde se inserem além da obra aqui analisada, outras como *Cinco Semanas em um Balão* (1863), *Viagem ao Centro da Terra* (1864) e *Vinte mil léguas Submarinas* (1870). Apesar do conteúdo geográfico presente em seus livros, Júlio Verne nunca esteve em diversos lugares que descreveu, sendo que toda a informação que ele tinha sobre os continentes vinha de sua pesquisa ou dos relatos de seus amigos exploradores. Não podemos deixar de notar a capacidade imaginativa de Verne ao descrever minuciosamente cada lugar por onde passaram seus personagens.

Como filho de seu tempo, Júlio Verne aborda em suas obras o cientificismo que perpassa todo o século XIX, principalmente nas características de alguns de seus personagens, como os letrados Lidenbrock (de *Viagem ao Centro da Terra*) e Aronnax (de *Vinte mil léguas Submarinas*), acadêmicos dedicados aos rigores da ciência, sendo homens incansáveis em seus estudos. Em *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*, Júlio Verne nos apresenta o inglês Phileas Fogg,

² Esse conceito é utilizado por Oswaldo Bueno Amorim Filho para classificar as obras vernianas que descrevem viagens a lugares fantásticos, como o centro da terra ou a própria lua, e também viagens com destinos que poderiam ser reais, como a África ou o pólo Sul. O autor enquadra todas as obras de Verne que se adequam a essa classificação e também traça no globo as rotas de alguns personagens dos livros mais famosos.

personagem extremamente metódico e objetivo, cujo controle pessoal e temperança contrastam com a figura de seu criado, o francês Jean Passepartout, o qual representa o homem passional, que sempre demonstra o que sente.

Em uma passagem do livro, o próprio Passepartout caracteriza seu senhor como “verdadeira máquina”, um homem de “vida mecânica” já que todos os aspectos da vida de Fogg eram invariavelmente regrados.

A vida urbana do século XIX também é contemplada em *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*, seguindo a caracterização da rotina de Phileas Fogg: sua associação ao Clube Reformador, a frequente leitura dos jornais, a citação da movimentação dos bancos e da Bolsa.

Entretanto, a monotonia da vida de Fogg é quebrada quando ele concorda em participar de uma aposta com seus amigos do Clube Reformador: o personagem acredita que com a tecnologia vigente e a rapidez com que poderiam ser realizadas as viagens, uma pessoa é capaz de dar a volta ao mundo em oitenta dias. Seus amigos discordam e o incitam a tentar tal proeza mediante o pagamento de uma considerável quantia em dinheiro. Fogg aceita participar da aposta e começa a traçar a rota de sua viagem, incluindo em seus cálculos o tempo necessário para possíveis atrasos e imprevistos. Como tudo em sua vida, Phileas Fogg planeja a viagem de forma

sistematicamente detalhada, com os horários de partida de cada meio de transporte que utilizará, entre eles navios e trens.

Porém, a proposta que permeia este trabalho não é atentar aos aspectos da vida dos personagens na Europa, e sim como estes se relacionaram com os lugares pelos quais passaram em sua viagem. Essa perspectiva é orientada pela posição de autoridade em que o viajante europeu se coloca para julgar os outros povos. Deve-se lembrar que é também no século XIX que o fortalecimento das identidades nacionais na Europa propicia a oposição da figura de um “nós” europeu a um “outro” oriental, africano, enfim, aos povos de outros territórios.

É essa diferenciação que posteriormente será utilizada pelos europeus para legitimar seu imperialismo, o qual é retratado no livro de Júlio Verne quando da passagem de Phileas Fogg pela Índia e por outras colônias de dominação inglesa. Esta postura de dominação que a Europa exerce sobre o Oriente é explicada por Edward Said em *Orientalismo*, livro originalmente publicado em 1978:

“Quando reduzido à sua forma mais simples, o argumento era claro, era preciso, era fácil de compreender. Há ocidentais, e há orientais. Os primeiros dominam; os últimos devem ser dominados, o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental.” (SAID, 2007 : 68)

Em *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*, o estranhamento frente ao “outro” é personificado pelo criado francês Passepartout, que sempre expressa seu espanto ou fascínio por determinadas características que ele julga como exóticas. Estas podem se referir tanto à natureza exuberante dos países quanto aos diferentes costumes de seus povos.

Nos capítulos em que Phileas Fogg e Jean Passepartout passam pela Índia, por muitas vezes o narrador expressa as benfeitorias que a dominação inglesa propiciou àquela terra e a liberdade que os ingleses conferem aos indianos, já que garantem a manutenção das práticas religiosas hindus. Porém, quando os viajantes presenciam um outro culto religioso, o *sutty*³, no qual uma viúva será queimada viva junto ao corpo de seu falecido marido, o narrador explica que sob a influência do domínio inglês a prática do *sutty* diminuiu muito. Nota-se que tal culto é considerado pelos europeus como bárbaro e Phileas Fogg e Passepartout intervêm no ritual com o objetivo de salvar a viúva, desrespeitando a cultura hindu. Mesmo que o narrador explique que o governo inglês resguarda a liberdade de culto dos indianos, são os europeus que

³ Na edição utilizada do livro “A Volta ao Mundo em Oitenta dias”, tal prática ritualística aparece denominada como *sutty*. Entretanto, pode aparecer também como *sati* ou *suttee*. Esses termos foram encontrados em sites que abordavam o verbete *suttee (hindu custom)* e *Practice of Suttee (Sati) in India*, devidamente referenciados na bibliografia.

definem o que pode ou não ser feito, a partir de seus conceitos de civilidade. Nesta parte destinada ao episódio do *sutty*, por exemplo, encontramos a descrição dos praticantes do culto indiano como fanáticos religiosos:

“Toda essa parte do alto Bundelcunde, pouco freqüentada por viajantes, é habitada por população fanática, endurecida nas práticas mais terríveis da religião indiana. O domínio dos ingleses não pôde estabelecer-se regularmente em território submetido à influência dos rajás, aos quais seria difícil alcançar, nas suas posições inacessíveis encravadas nos Víndias. Por várias vezes avistaram bandos de hindus selvagens e ferozes, que faziam gestos de cólera ao verem passar o veloz quadrúpede. Entretanto, o parse evitava-os o mais possível, considerando-os como criaturas cujo encontro seria funesto.” (VERNE, 1999: 56)

Talvez o leitor atual de *A Volta ao Mundo em Oitenta dias* questione como Phileas Fogg, um homem tão respeitável, não demonstrasse oposição ao fato de estrangeiros (leia-se ocidentais) dominarem povos e territórios da África e Ásia que não lhes pertenciam. Porém, tal pensamento seria anacrônico, visto que no contexto do fim do século XIX, o imperialismo alcançava seu auge e a maioria dos europeus aceitava que esses povos do Oriente deveriam ser dominados, visto que eram julgados como inferiores. Em *Cultura e Imperialismo*, Said demonstra a comodidade dos europeus frente ao domínio com que subjugaram outros povos:

“Havia um comprometimento por causa do lucro, e que ia além dele, um comprometimento na circulação e recirculação constantes, o qual, por um lado, permitia que pessoas decentes aceitassem a idéia de que territórios distantes e respectivos povos *deviam* ser subjugados e, por outro, revigorava as energias metropolitanas, de maneira que pessoas decentes pudessem pensar no *imperium* como um dever planejado, quase metafísico de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados. Não podemos esquecer que era mínima a resistência doméstica a esses impérios, [...]” (SAID, 1995 : 41, grifos do autor)

Quanto a essa referência de inferioridade segundo a qual os europeus classificam os outros povos dependendo de seu progresso técnico, temos outros exemplos durante o livro, como o episódio em que os personagens avistam povos nativos da Ásia: “O barco seguiu costeando, sem que os selvagens papuas da ilha dessem sinais de vida. São seres do último grau da escala humana, que foram erroneamente qualificados de antropófagos.” (VERNE, 1999: 77).

A classificação de “selvagens” se repete quando, já na América, o trem onde viajam Phileas Fogg, seu criado Passepartout, e agora também Aouda – a viúva indiana que os viajantes resgataram da morte no *sutty* – é atacado por índios sioux: “Ao mesmo tempo, os selvagens, ébrios de furor, tinham invadido os vagões, corriam como macacos furiosos por cima dos tetos, arrombavam as

portinholas e lutavam corpo a corpo com os passageiros.” (VERNE, 1999: 141).

Quanto a outros aspectos do contexto e do pensamento do século XIX que podemos encontrar em *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*, há a percepção do narrador sobre a miscigenação na qual o mundo se encontra, visto que, em todas as cidades por onde os viajantes passam, apresenta-se uma mistura de povos de diferentes procedências, especialmente europeus, espalhados por outras partes do mundo em sua missão de colonização. Eles levam para estes lugares sua influência européia, o que pode ser sentido pelos viajantes até mesmo na estrutura e na estética das cidades, como nesta descrição de Calcutá:

“Atravessaram as estreitas ruas da cidade negra, cujos edifícios eram sórdidos barracões nos quais pululava cosmopolita e bizarra população suja e andrajosa. Penetraram depois na cidade européia, com suas vistosas construções e amplas ruas, sombreadas por coqueiros e erçadas de mastros, por entre os quais, apesar da hora matinal, deslizavam já elegantes cavaleiros e carruagens esplêndidas.” (VERNE, 1999 : 71)

Adentrando nos costumes do século XIX, o autor relata o consumo do ópio. Esta substância era largamente consumida no cotidiano da época, porém Verne já se encontra em um contexto no

qual o consumo do ópio deixa de ser considerado trivial e passa a ser relacionado a um vício ruim e degradante:

“Fix e Passepartout compreenderam que tinham penetrado em fumaria freqüentada por infelizes viciados, magros, idiotas, aos quais a especuladora Inglaterra vende anualmente duzentos e sessenta milhões de francos dessa droga funesta chamada ópio. Tristes milhões aqueles, ganhos com um dos mais perniciosos vícios da natureza humana!” (VERNE, 1999 : 90-91)

Neste trecho temos também uma das poucas reprovações do narrador em relação à Inglaterra, fornecedora do ópio.

Analizando ainda aspectos cotidianos do século XIX, observamos a posição da mulher, representada neste livro por Aouda, que também conclui a volta ao mundo. Aouda é a mulher que Fogg e Passepartout evitaram que morresse queimada durante o *sutty* em sua passagem pela Índia. Apesar de ser casada com um líder indiano, Aouda é descrita como portadora de educação e beleza européias. Talvez por esses dois atributos é que ela seja incorporada à viagem de volta ao mundo, afinal, ser um viajante do século XIX já pressupõe que se trata de um agente masculino e seria muito improvável que Phileas Fogg e Jean Passepartout aceitassem a presença de Aouda se ela não se enquadrasse nos mesmos costumes europeus vivenciados por esses dois personagens. Um outro aspecto

interessante é que os viajantes não levaram nenhuma lembrança dos lugares por onde passaram, os únicos objetos que compravam eram víveres ou coisas imprescindíveis para o bom prosseguimento da viagem, como quando Fogg compra um elefante para atravessar as partes da Índia onde os trilhos de trem não estavam prontos. Obviamente, ele não leva o elefante consigo em sua viagem, e a única pessoa que eles conhecem durante a volta ao mundo que tem a prerrogativa de acompanhar os dois viajantes é mesmo Aouda.

Ela é apresentada como uma mulher corajosa e ousada. Quando do ataque indígena na América, o autor escreve: “Desde o começo do ataque, Aouda tinha-se comportado valentemente. De revólver em punho, defendia-se heroicamente, disparando através dos vidros partidos quando algum índio se punha ao alcance do seu revólver.” (VERNE, 1999 : 141) Ao retornarem à Europa, ela tem a iniciativa de pedir Phileas Fogg em casamento, expressando seu comportamento inovador para os padrões da época.

Mesmo com essas demonstrações de força e independência, a mulher não é muito privilegiada neste tipo de literatura de aventura, uma vez que esse é um mundo majoritariamente masculino, como indica Edward Said:

“Estamos num mundo masculino dominado por viagens, negócios, aventuras e intrigas, e é um mundo

celibatário, onde o romantismo usual da literatura e a instituição duradoura do matrimônio são contornados, evitados, quase ignorados. No máximo, as mulheres ajudam no andamento das coisas: compram uma passagem, cozinham, atendem os doentes e... atrapalham os homens.” (SAID, 1995: 184)

Essa é uma das diferenças da literatura romântica para a literatura de aventura, visto que Aouda e Phileas Fogg somente se declaram um ao outro em sua chegada a Europa, pois durante a viagem eles permanecem atentos aos trâmites de sua aventura, que não deixa espaço para romances.

Porém, segundo o narrador, como ela é uma mulher, não pode realizar semelhante viagem à maneira dos homens e necessita da constante proteção masculina:

“Desde que a jovem aceitara o oferecimento de Fogg de leva-la para a Europa, tinha de pensar em todos os pormenores requeridos por tão longa viagem. Admite-se que um inglês como ele possa dar a volta ao mundo de maleta na mão. Mas uma dama não podia empreender semelhante viagem naquelas condições.” (VERNE, 1999: 95)

Portanto, mesmo que a personagem Aouda mostre-se plenamente capaz de realizar a volta ao mundo, ainda há uma preponderância masculina entre os personagens da literatura de aventura.

O enredo que envolve uma mulher, geralmente uma princesa ou equivalente, que é acompanhada por alguns homens em uma viagem e acaba se apaixonando por um deles não é novo, podendo ser considerado uma constante no imaginário do leitor. Há narrativas anteriores aos escritos de Júlio Verne que remetem a essa trama, como por exemplo o relato de Marco Polo no qual Kublai Khan precisa enviar a princesa Cogatim para casar-se com um aliado, “[...] e Marco Polo ofereceu então seus serviços e propôs acompanhar a princesa por via marítima em uma viagem que duraria três anos.” (DORÉ, 2010 : 238)

Observando a caracterização dos personagens, os relatos do narrador e a forma que o autor constrói seu texto, é possível construir mentalmente um retrato da sociedade do século XIX, contexto no qual o livro foi escrito. Notamos nos trechos de *A Volta ao Mundo em Oitenta dias* aqui citados que no pensamento da época uma mulher não poderia empreender uma viagem tão arriscada sozinha e nas mesmas condições que os homens, que o ópio já começava a ser visto como uma ameaça à saúde e à integridade pessoal e que as cidades orientais apresentavam diversas mudanças, mesclando em suas ruas os costumes “atrasados” dos povos nativos com o requinte e a tecnologia, muitas vezes implantados devido à colonização por países europeus. Pelo menos é essa a visão passada pelo livro, de que

graças à superioridade européia, que exercia o controle sob parte do Oriente, esse território estava se transformando em um lugar civilizado. Isso pode ser atestado perante a construção de ferrovias, ampliação dos meios de transporte e imposição da cultura européia.

A relação dos personagens europeus com a população local dos países por onde passavam em sua volta ao mundo é de distanciamento, sendo que eles não se identificavam com suas práticas e se colocavam em uma posição superior de onde poderiam julgá-las como certas ou erradas, como quando eles se deparam com o *sutty* indiano. Esse estranhamento em relação ao “outro”, que serve também para diferenciá-lo do “nós” é explicado por Said:

“Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é o “nosso”, e um espaço não familiar além do “nosso”, que é o “deles”, é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra “arbitrário” neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade “nossa terra – terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que “nós” tracemos essas fronteiras em nossas mentes; “eles” se tornam “eles” de acordo com as demarcações, e tanto o seu território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos “nossos”. (SAID, 2007 :91, grifo do autor)

A distinção entre o “nós” e os “outros” realmente não é conhecida por aqueles que não fazem parte do “nosso” grupo, e em

nenhum momento do livro são emitidas as opiniões dos povos orientais ou nativos sobre os viajantes que pretendem dar a volta ao mundo, eles são apenas silenciados. Os únicos personagens que se envolvem com o objetivo de Phileas Fogg durante sua viagem são geralmente europeus encontrados no caminho, como o general Francis Cromarty, passageiro do mesmo trem que levava Fogg e Passepartout através do território indiano.

Essa relação de alteridade explica muito sobre o lugar do qual o europeu escreve a história. Nos relatos de viajantes nota-se a posição de autoridade na qual o observador europeu se coloca para descrever a paisagem, a população e os costumes dos locais por onde passa, utilizando seus próprios juízos de valor. Apesar de Phileas Fogg e Jean Passepartout serem apenas viajantes imaginários, personagens de um livro de Júlio Verne, essa postura se repete em viajantes europeus reais, como por exemplo, o botânico e naturalista francês Saint-Hilaire, que percorreu diversas localidades do Brasil na primeira metade do século XIX.

Essa prática européia de enviar estudiosos a outros países para conhecer seus aspectos era comum a partir do século XVIII, período em que se ansiava por mais conhecimento e no qual foram consolidadas diversas disciplinas, entre elas, a própria história. Um dos mais famosos governantes que aderiu a esse método foi

Napoleão Bonaparte, quando da dominação do Egito no final do século XVIII. Bonaparte levou consigo para o Egito dezenas de estudiosos, com as mais distintas especialidades, para explorar e pesquisar aquele país. Sauneron descreve as operações realizadas no Egito por esses acadêmicos:

“Dentro de um reduzido número de meses (junho de 1798- setembro de 1802) foram escalpelados todos os aspectos do Egito: flora, fauna, geologia, a natureza de suas águas, de seus poços, sua geografia: levantou-se um mapa, de Assua até o Mediterrâneo, transformado posteriormente em um Atlas de cinquenta e uma folhas. Os habitantes foram descritos, estudados os seus costumes, seus tipos físicos, sua música, seus misteres e sua maneira de viver e de trajar, seu sistema de medidas e de moedas, o regime dos turcos e seu sistema fiscal foi objeto de uma exposição demorada assim como as indústrias do país, seu comércio e suas condições sanitárias... Descreveu-se, finalmente, o próprio país, de norte a sul, tendo sido assinalados, desenhados, medidos, todos os monumentos visíveis naquela época, fossem eles faraônicos, cristãos, árabes ou turcos.” (SAUNERON, 1970 : 12-13)

O estudo sobre países que não se inserem num contexto ocidental e cristão, tornou-se então uma disciplina acadêmica e um assunto que despertava interesse na população européia. Isso é atestado em *A Volta ao Mundo em Oitenta dias* quando o narrador afirma: “É geralmente sabido o interesse que se toma na Inglaterra por tudo quanto diz respeito à geografia. Por isto, não havia leitor, de

qualquer classe que fosse, que não devorasse as colunas consagradas à questão.” (VERNE, 1999, p. 27). No livro já aparece o fascínio europeu pelo conhecimento de outras partes do mundo, abordado através da geografia. Porém, como descreve Sauneron muitas outras disciplinas também eram empregadas na pesquisa acerca dos países orientais, sendo que esse campo de estudos tornou-se promissor na Europa dada a atenção dedicada a tudo aquilo que fosse considerado exótico e diferente. Essa proliferação dos estudos orientais na Europa também é abordada por Said:

“Um deles era um conhecimento sistemático crescente na Europa sobre o Oriente, conhecimento reforçado pelo encontro colonial bem como pelo interesse geral pelo estranho e insólito, explorado pelas ciências em desenvolvimento da etnologia, da anatomia comparada, da filologia e da história; além do mais, a esse conhecimento sistemático acrescentava-se um corpo de literatura de bom tamanho produzido por romancistas, poetas, tradutores e viajantes talentosos. A outra característica das relações oriental-européias era que a Europa estava sempre numa posição de força, para não dizer dominação.” (SAID, 2007 : 73)

O interesse no conhecimento sobre o Oriente era tanto que formou-se um ávido mercado consumidor para a literatura que abordasse esse tema, surgindo então espaço para autores como o próprio Verne, que em obras como *A Volta ao Mundo em Oitenta*

dias expressava a admiração dos personagens frente a exuberância e o exotismo de outras terras, mantendo quanto aos seus habitantes a perspectiva orientalista de alteridade, denominando-os “os outros”, aqueles que são inferiores a “nós”, os viajantes europeus civilizados.

Ao analisar um livro como *A Volta ao Mundo em Oitenta dias* reconhecemos diversos aspectos e pensamentos em voga no período em que a obra foi escrita, como afirma Marion Brepohl em *Imaginação Literária e Política*:

“[...] tais escritos, desde meados do século XIX, representam, em sua própria linguagem e argumentação, prenhe de suspense, o espírito da época: a sedução da velocidade, o gosto pela aventura, a fé na ciência, o inconformismo diante da pobreza, o herói individual e voluntarista, o desejo de ostentação.” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 2010: 24)

Sendo assim, a literatura se relaciona diretamente ao seu contexto de criação, revelando muito sobre a sociedade da época em que foi produzida, e consequentemente podendo ser utilizada como fonte em uma análise historiográfica.

Referências Bibliográficas:

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. *Literatura de exploração e aventuras: as ‘viagens extraordinárias’ de Júlio Verne*. In:

Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 107-119. Dezembro, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a07v20n2.pdf> Acesso em 30 nov. 2010.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. *Imaginação Literária e Política. Os alemães e o Imperialismo 1880/1945*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

DORÉ, Andréa. *Marco Polo*. In: *O túnel do tempo: um estudo de história & audiovisual*. Dennison de Oliveira (coord.). Curitiba : Juruá, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e Imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAUNERON, Serge. *A Egíptologia*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970.

VERNE, Júlio. *A Volta ao Mundo em Oitenta dias*. Editora Martin Claret, 1999.

Practice of Suttee (Sati) in India. Disponível em: <http://www.lotsofessays.com/viewpaper/1690163.html> Acesso em 30 nov. 2010.

Suttee (hindu custom). Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/575795/suttee>. Acesso em 30 nov. 2010.

Resenhas

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do Passado. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. 222p.

Camilla Miranda Martins (Bolsista PIBIC/CNPq)

Orientadora: Dra. Renata Senna Garraffoni

Glaydson José da Silva é historiador com doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, atualmente é professor da Universidade Federal de São Paulo e diretor associado do Centro de Estudos e Documentação do Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e de sua Posteridade Histórica (CPA/UNICAMP). Também é avaliador do Ministério da Educação para fins de reconhecimento de cursos de História. Seus principais temas de pesquisa concentram-se nas relações entre antiguidade e modernidade, nas tradições interpretativas em História Antiga, direcionando para o estudo das leituras acerca do mundo antigo no caso da França contemporânea e extremas direitas.

O pesquisador possui várias publicações dentre artigos e capítulos de livros e participou da organização de diversas obras. O livro *História Antiga e usos do Passado. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*, de 2007, recebeu

auxílio publicação da FAPESP e trata-se de uma versão revisada de sua tese de doutorado defendida em março de 2005 sob orientação do Professor Doutor Pedro Paulo Funari. A partir de sua leitura notamos como o historiador constrói uma História crítica e analisa como a modernidade pode usar o passado. O estudo das apropriações da Antiguidade no regime de Vichy é a maneira pela qual o autor nos evidencia isso.

O livro está dividido, além da introdução e conclusão, em quatro capítulos, cada um com duas partes e iniciando com um breve prólogo que contextualiza o tema a ser tratado. O assunto geral é o regime de Vichy e o objeto de análise o passado gaulês, romano e galo-romano usado para justificar a dominação alemã e o colaboracionismo francês com a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. As fontes são materiais da época, como livros acadêmicos, livros de vulgarização científica, manuais de História e de Arqueologia, jornais, revistas, discursos, textos oficiais, correspondências, cartazes, moedas e outros.

Como os capítulos iniciam com um pequeno prólogo, possuem bastante autonomia em relação à totalidade da obra. No primeiro Silva realiza uma discussão teórica acerca da instrumentalização do passado e defende ser preciso percebermos que na historiografia do mundo antigo, as imagens e lógicas

históricas são produzidas dentro de tradições interpretativas atreladas, mais ou menos, ao contemporâneo.

Nesse capítulo o autor também discute as noções de herança e legado para explicar como se constituem os mitos fundadores, os quais perpetuam valores e imagens da vida nacional, objetivando criar identidades pelo uso da ideia de permanência. Dessa forma, com o intuito de resgatar a memória nacional, a História e a Arqueologia assumem um papel importante: estão a serviço do Estado e permitem qual tipo de memória se pode (re)construir. Essa tradição de apropriação do passado em prol do governo assume dimensões gigantescas no século XIX e continua ainda no XX, principalmente no contexto das duas grandes guerras – do qual Silva retira seus exemplos de instrumentalização do passado, a Itália fascista e a Alemanha nazista.

Silva ainda trata do caso francês a partir do nascimento do herói Vercingetórix na escrita da História francesa após a sua Revolução. O autor reflete sobre como na França a disciplina histórica está atrelada a memórias construídas durante a elaboração da identidade nacional e, também, constitui-se em uma História mitológica – afinal, cria mitos de origem – encontrada principalmente na escola, espaço ideal de divulgação e

popularização, e possuindo na política sua primeira finalidade já que são controladas por discursos desse gênero.

O mito consolida-se a partir de 1814 e 1815 com a invasão da França por prussianos e cossacos. Nesse contexto cresce o apelo a Vercingetórix, líder gaulês vencido pelos romanos na antiguidade, que simboliza a luta pela liberdade e é um verdadeiro herói. Segundo o autor, os historiadores e escritores colocam-no em evidência para retornarem a oposição entre romanos e gauleses e, assim, justificar as lutas políticas da época. Novamente em 1870 a França é derrotada pelos alemães e a imagem de Vercingetórix, que se rende diante de César, mas sem ser humilhado, preserva para os republicanos algo essencial: a honra da França vencida. E, também, na primeira grande guerra a imagem do herói gaulês aparece.

No segundo capítulo “A Antiguidade a serviço da colaboração: nas trilhas da memória, a reescrita da História da França dominada (1940-1944)” Glaydson José da Silva contextualiza no prólogo o momento histórico estudado, fornecendo informações importantes sobre o debate governamental francês acerca da derrota. Silva também nos explica o que é a Revolução Nacional (R.N.) e como Vichy torna-se um Estado autoritário, explanando o papel da propaganda na sua legitimação.

O autor termina tal introdução do segundo capítulo nos explicando a importância de seu estudo. A pesquisa desse período da França até as décadas de 1970 e 1980 eram poucas, mas desde então isso mudou. Contudo, questões sobre o colaboracionismo e o estatuto da História e da Arqueologia durante o Regime ainda não foram muito trabalhadas. Dessa maneira, seu livro pretende contribuir com esse domínio tão pouco explorado.

Na continuidade da leitura, observamos o retorno do mito de Vercingetórix. O autor inicia a primeira parte do capítulo explicando o conceito de *memória coletiva* que surge com os estudos de Maurice Halbwachs e a partir do qual reflete sobre a ideia de um patrimônio histórico e cultural comum aos franceses, amparando a R.N. e o Regime de Vichy. A memória coletiva proporciona as bases necessárias à compreensão da derrota, à justificativa da dominação e à colaboração com estrangeiros.

O patrimônio histórico e cultural comum é buscado por meio da História e da Arqueologia a serviço de um Estado autocrático e, por isso, estão comprometidas com ideologias legitimadoras, pois o governo propõe uma releitura das origens coletivas que atende aos seus próprios interesses. Essa interpretação do passado é baseada em uma ideologia política de fundo revisionista: procura difundir a ideia “de que os gauleses não foram

vencidos pelos romanos, mas, sim, beneficiados pela inserção da Gália nos domínios do Império, e que da união desses dois povos nasceram os franceses.” (SILVA, 2007: 91).

A justificativa da dominação tanto romana como alemã, em épocas diferentes, então, é fundamentada em uma ideologia da derrota, ou seja, no entendimento de que os gauleses e depois franceses (mesmo sendo povos brilhantes) mereciam o castigo da ocupação por causa de seus desvios disciplinares. Dessa forma, como nos mostra Silva, a recuperação do passado gaulês para a propaganda de Vichy possui dois aspectos: o de homenagem aos gauleses por sua luta heróica contra as legiões de César e pelo reconhecimento da superioridade romana. E com essa noção de que a associação com o outro (romano ou alemão) propicia o avanço e o progresso, o colaboracionismo também se justifica.

O próximo capítulo do livro nos traz o caso específico de Jérôme Carcopino, historiador, arqueólogo e epigrafista do mundo romano, secretário do Estado e ministro da educação entre 1941 e 1942. No prólogo observamos a preocupação do autor em explicar a discussão que existe em torno desse estudioso em saber se teria sido mais um intelectual do que um político ou se o contrário. Para Silva, sua função no governo não justifica suas escolhas na elaboração do passado, porque a própria função é uma escolha e o importante é

notarmos as interfaces entre o historiador e o político na figura de Carcopino. As escolhas desse pesquisador constroem uma História política factual focada nos grandes homens do passado, o que o autor percebe a partir de trechos dos seus escritos. Nesses escritos, também notamos a emissão de juízos de valor a respeito de indivíduos, situações e momentos históricos.

Com essas considerações sobre Carcopino, o autor passa a analisar a partir de Stéphane Corcy-Bebray e outros autores, sua inserção no cenário político vichysta. Carcopino é favorável ao armistício e evolve-se com o colaboracionismo. A partir de 1940 recebe diversas nomeações, como diretor da *École Normale Supérieure* onde empreende grande reforma: reforço do poder do diretor, exclusão das mulheres e dos judeus, entre outros; ao mesmo tempo em que defende junto ao Regime a manutenção de bolsas para alunos judeus e de advogar em favor de seus amigos e colegas do meio universitário, Marc Bloch por exemplo. É a partir desse estudo da relação de Carcopino com o poder que Silva tece algumas considerações acerca da aproximação de suas obras políticas com as suas obras acadêmicas e realiza uma importante reflexão sobre qual é o *lugar* dos historiadores da Antiguidade, um dos assuntos abordados no próximo e último capítulo.

No prólogo do quarto capítulo, o autor desenvolve o que é extrema direita e o que é a extrema direita francesa, tratando do caso específico da França no pós-guerra, a qual teria esses grupos de radicalização política como herdeiros do Regime de Vichy. De acordo com o autor, elas são ditas como *Nouvelle Droite* e são uma resposta ao fracionamento da direita, além de estarem ligadas a uma prática historiográfica na qual a História Antiga é comprometida com ideologias de justificação e legitimação de direitos, desigualdades raciais e de grupo social.

Na sequência, Glaydson José da Silva nos traz as discussões mais recentes, da nossa contemporaneidade, em torno do F.N. e a luta contra os imigrantes e a violência. Para o partido, a imigração se inscreve no mais atual aspecto dos debates identitários na França. Porque gera problemas como: a falta de segurança pública, desemprego, saúde e decadência moral; ocasionando uma noção de crise social advinda da perda de identidade. Portanto, o F.N. defende uma delimitação de fronteiras sólidas, a qual exclua os países não europeus e assegure a proteção contra os imigrantes. A noção tida é, por exemplo, de que Roma caiu ao se unir com os povos instalados aos poucos no Império.

Segundo o autor, atualmente o mito gaulês continua sendo veementemente defendido pelo F.N. A sua juventude nacionalista e

racista, um exemplo, orgulha-se em exaltar suas origens gaulesas na internet, em camisetas, prospectos, letras de músicas e outros. E esse uso que o partido faz do passado ainda é pouco estudado. Por isso, Silva propõe a pesquisa de historiadores do mundo antigo nesse campo, combatendo o racismo, o elitismo, a xenofobia e outros discursos característicos de partidos como o F.N. Dessa maneira, convida o estudioso da antiguidade a assumir uma pesquisa, em nossa opinião, de muita relevância, mostrando-nos, com um exemplo bastante atual, a aproximação dos estudos antigos com discursos políticos e ideológicos. Por fim, no fechamento do livro, Silva nos deixa a pergunta: qual lugar a antiguidade ocupa em nossas sociedades?

Essa questão nos permite pensar sobre o ofício do historiador, principalmente o do mundo antigo, e se encaixa nas recentes discussões sobre o presentismo da História. A importância de indagar acerca desse *lugar* nos permite notar a utilização da História a serviço de certa lógica justificadora e legitimadora de questões identitárias, nacionais, raciais e políticas. Além de nos mostrar a História como um discurso do passado que representa as perspectivas nas quais foi construído.

No Brasil, estudos como esse de Glaydson José da Silva estão, aos poucos, ganhando espaço com a formação de grupos de

pesquisa dentro do tema da instrumentalização do passado. Um exemplo é o grupo de pesquisa “Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado” formado nesse ano de 2010 e cujos líderes são o próprio Silva e a Professora Doutora Renata Senna Garraffoni.

Mesmo que tenhamos resumido a obra *História Antiga e usos do Passado. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)* e tecido algumas considerações sobre a sua leitura, destacamos somente aquilo que mais nos interessou. O livro todo possui outras explanações e questionamentos, porém, certamente, a indagação principal é sobre o *lugar* dos estudos antigos. Para refletir mais profundamente no assunto recomendamos sua leitura integral que, como comenta o Professor Doutor Leandro Karnal na apresentação, não é destinado apenas aos especialistas em Antiguidade, mas “a todos que manifestem alguma preocupação sobre os usos e abusos do passado histórico.” (SILVA, 2007: 16).

BARKER, Juliet. *Agincourt: o Rei, a Campanha, a Batalha*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Guilherme Floriani Saccomori¹

O livro *Agincourt: O Rei, a Campanha, a Batalha* da autora inglesa Juliet Barker foi publicado pela primeira vez na Inglaterra em 2005, pela editora Little Brown; foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 2009 pela editora Record. Em uma vasta análise bibliográfica e de fontes, a autora descreve todo o processo, desde o início da Guerra dos Cem Anos até a batalha de Agincourt.

Juliet Barker nasceu em 1956 na cidade inglesa de Yorkshire, onde vive até hoje. É historiadora especialista em Idade Média e em literatura bibliográfica. Obteve seu doutorado em História Medieval em St Anne's College, Oxford e, em 1999, obteve um doutorado honorário de Letras pela Universidade de Bradford. Foi curadora e bibliotecária no Bronte Parsonage Museum² e também é membro da Real Sociedade de Literatura inglesa.

A batalha de Agincourt (1415) é um ponto da História muito estudado e que faz parte sem dúvida do imaginário histórico inglês.

¹Graduando e bolsista do PET-História desde 2009, com pesquisa individual orientada pela Prof. Dra. Marcella Lopes Guimarães intitulada “Arqueiros Ingleses na Guerra dos Cem Anos: a Transição Militar na Baixa Idade Média”.

² Uma das mais antigas sociedades literárias de língua inglesa do mundo.

Incluída no calendário da Guerra dos Cem Anos, assim como Crécy (1346) e Poitiers (1356), os ingleses triunfariam sobre os franceses embora estivessem com um exército consideravelmente menor. Agincourt também foi imortalizada na literatura mundial por ninguém menos que William Shakespeare em seu livro *Henrique V*. É sem dúvida um tema de relevância altíssima para ser abordado.

O livro foi estruturado em três partes que têm seus respectivos focos, mas todos organizados em seqüência cronológica. Na primeira parte “A Estrada para Agincourt”, há uma breve descrição do contexto inglês e francês dos séculos XIV e início do XV, bem como dos preparativos para a campanha. A segunda parte “A Campanha de Agincourt” trata da campanha que os ingleses empreenderam na França, desde Harfleur até a batalha de Agincourt em si. A última parte “As Consequências da Batalha” versa sobre o que ocorreu posteriormente a esse confronto e o impacto que a batalha teve nos anos seguintes.

Barker destaca o rei Henrique V da Inglaterra. Ela tenta, através de documentos e bibliografia a respeito do monarca, traçar um perfil de como ele teria sido e como foi sua liderança para a campanha na Normandia. Resgatando todo seu histórico, a autora mostra um rei influenciado pelas experiências militares vividas; os contatos pessoais – estes que declara imprescindíveis para o sucesso

da campanha de Agincourt, tanto com grandes políticos como com os próprios guerreiros que lutavam por seu exército; enfim, como Henrique V se tornou um ícone, uma inspiração para a hoste inglesa que lutaria pela seqüência da legitimação do poder real inglês sobre a França.

Tem-se também o perfil religioso de Henrique. Como relatado nas fontes, o rei buscava dentro da Bíblia orientações para sua campanha, como no momento em que diz aos sitiados em Harfleur que Deus autorizaria, segundo o livro de Deuteronômio da Bíblia, que saqueassem a cidade se esta não fosse entregue.

A autora faz ainda uma extensa análise para todos os empreendimentos, levantamento de recursos, organização de guerreiros, mercenários, ferreiros, armeiros, cavalos, enfim, tudo o que era necessário para se realizar uma campanha na França. Também se detém no relato do sítio de Harfleur – ponto inicial de um viés prático da campanha. Após isso, só interessa a marcha dos ingleses e tudo o que girava em torno destes até culminar na grande batalha de Agincourt.

Barker analisa o porquê de os ingleses, em um número tão inferior, terem vencido a batalha de forma “simples”: eram um exército muito mais coesos, unidos em torno do rei Henrique V e se sentiam encurralados. Já os franceses estavam subdivididos de forma

desorganizada em senhores feudais e nobres egoístas que não tinham como idéia principal unirem-se para vencer. Eram numerosos e julgavam a vitória certa – e a matança fácil. Essa desorganização foi o que os levou à derrota.

Mesmo realçando o papel de Henrique V na batalha, a autora não elabora uma narrativa estritamente política. Ainda sim, é a partir dessa figura que Barker tece uma teia de relações sociais e econômicas, conseguindo quase que contar de forma romântica a história. Embora as fontes tratem majoritariamente da sociedade nobre da época, Barker se permite estudar como agiam todos os membros que compuseram a hoste inglesa e toda a movimentação por trás dela.

É possível identificar ainda as diferenças entre os guerreiros ingleses e franceses, sobretudo focando no aspecto do corpo militar inglês formado em sua grande maioria por arqueiros. Há uma boa análise, embora pudesse ter sido mais explorada, da identidade que caracterizava o exército inglês por sua tática de batalha fundamentada no arco e flecha.

Isso não é um fator que desmereça a obra. Barker fez um trabalho exaustivo de leitura de fontes e análises bibliográficas baseada em diversos autores especialistas no assunto, como Anne

Curry³ e Robert Hardy⁴. É um livro que não relata apenas a batalha de Agincourt em si, pode servir de base para diversas pesquisas dentro do período, e, sobretudo, sobre a Guerra dos Cem Anos.

No Brasil, ainda que o mercado editorial seja tão inconstante a respeito das escolhas por boas traduções, mais sobre uma “História que não nos pertence”, potencialmente haveria um público alvo para o tema. Com a difusão de jogos, filmes e romances que tratam de temas históricos e grandes batalhas cresce cada vez mais o interesse a respeito. Assim, a tradução e publicação em menos de quatro anos desde seu original em inglês é um avanço grandíssimo e que pode servir de exemplo para que mais e mais tenhamos contato com diferentes culturas e Histórias, além de dar suporte a quaisquer estudos que estejam relacionados a esses conhecimentos.

³ Historiadora britânica, especialista na temática envolvendo a Guerra dos Cem Anos, especialmente a batalha de Agincourt.

⁴ Ator inglês, também é especialista em estudos sobre o arco-longo inglês e Comandante da Ordem do Império Britânico (Ordem de Cavalaria inglesa fundada em 1917).

Nota de Pesquisa

Romance e ciência: a relação entre História e Literatura na sociedade oitocentista¹

Pesquisa Coletiva PET-História²

Lana Baroni³

A Literatura sempre esteve ligada à História. Desde a Antiguidade a História era pensada através de narrativas sobre sociedades e suas práticas, ainda que nesse momento a intenção não fosse problematizar os fatos, mas conhecê-los e passá-los para as sociedades futuras, em um processo de preservação e transmissão da memória. Em oposição à ligação entre essas duas áreas de conhecimento, passamos a notar que no século XIX houve um grande destaque além de críticas por parte da Literatura diante da História e de seu encaminhamento.

¹ Resultados de pesquisa apresentados nos eventos Diálogos do PET (maio/2011) e 19º EVINCI (outubro/2011).

² Alunos: Bárbara Zanirato, Davi Pradi, Eduardo Nogueira, Fernando Botton, Gabriela Larocca, Juliana Amorim, Lana Baroni, Luis Fernando Cavalheiro, Naiara Kranchenski, Nicolle Taner de Lima, Sergio Luiz Rabelo, Stella Castanharo, Vinicius Paludo. Tutoras: Ana Paula Vosne Martins (janeiro a setembro/2010) e Renata Senna Garaffoni (setembro a dezembro/2010).

³ O presente texto foi redigido pela bolsista para os eventos acima citados.

Partindo desses pressupostos, a pesquisa coletiva do PET-História desenvolvida ao longo do ano de 2010 tinha por tema a *“História e Literatura: narrativas da ciência, da sociedade e da cultura oitocentista”*, e buscávamos em primeiro lugar estabelecer um diálogo entre essas duas grandes áreas, bem como através da análise de fontes, investigar as relações intertextuais entre as experiências histórico-culturais associadas ao conhecimento científico e à sua aplicabilidade através das narrativas literárias que trataram deste período, pautados pelo ideal de uma sociedade que podemos definir como nova, em função de percebermos mudanças sociais baseadas em novos usos da razão e da tecnologia, na normatização, no progresso e no que é possível chamarmos de uma nova humanidade.

Através desses elementos iniciais nossa pesquisa deu-se em dois momentos principais: discussões sobre a própria Literatura e seus elementos, bem como a compreensão da importância da Literatura para a prática da História; e posteriormente analisamos quatro obras de grande importância e destaque para o século XIX, pois problematizavam a sociedade, o indivíduo, a ciência e o progresso tecnológico.

Tendo em vista esses elementos, buscamos nesta síntese de nosso trabalho levantar pontos para a discussão do tema e

desenvolver a ideia de romance e as características que permitiram nosso estudo, partindo da concepção de que o romance pode ser considerado como fonte histórica e um elemento essencial de uma sociedade específica, no caso a sociedade oitocentista, e em um segundo momento analisaremos as quatro obras discutidas em nossa pesquisa. São elas: *Frankenstein* de Mary Shelley, *O Médico e o Monstro* de Robert Stevenson, *A Volta ao mundo em 80 dias* de Júlio Verne e *Paris no século XX* de mesma autoria.

Na etapa inicial, consultamos textos de seis autores: *Mimesis*, de Eric Auerbach; *A ascensão do romance. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*, de Ian Watt; *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*, de Hayden White; *O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história*, de Lawrence Stone; *Sobre História*, de Eric Hobsbawm; e *A micro-História e outros ensaios* de Carlo Ginzburg.

Da análise destas obras pudemos compreender algumas condições que definem e diferem o romance moderno do século XVIII em relação às obras literárias anteriores e de que forma o romance é uma forma literária nova que se iniciou na Inglaterra setecentista. Para Ian Watt, existiram condições específicas da época que favoreceram o surgimento deste tipo de produção e o “realismo” é a principal característica que torna o romance uma novidade. O

realismo desses romances é assim considerado pelo fato de retratarem as experiências “reais” dos personagens e pela maneira que ele as apresenta, por exemplo, em sua orientação individualista e inovadora. Segundo Watt, o romance do século XVIII se atém à experiência individual enfatizando o indivíduo e a experiência única. Este traço do romance, da rejeição dos valores universais e da ênfase nos particulares, se traduz, também, na criação de personagens e acontecimentos específicos e não abrangentes como anteriormente. Watt afirma que romancistas e filósofos da época “dedicaram ao indivíduo particular atenção do que este recebera até então” (WATT: 19) e afirma que a nomeação dos personagens dos romances com nomes próprios e verossímeis ao seu contexto de produção expressa uma identidade particular da personagem, que deve ser vista como uma pessoa singular.

Com relação às outras obras, analisamos essencialmente a escrita literária em suas estruturas linguísticas. No texto de Eric Auerbach, por exemplo, há uma apresentação da literatura épica e uma ênfase nas características próprias de sua narrativa e de seu enredo, exemplificadas com os relatos de Homero. Auerbach trata deste gênero textual como responsável por prender o leitor ou ouvinte através de seus elementos de tensão, das explicações sobre todos os elementos mencionados e na utilização de um presente

espacial e temporal ao descrever e narrar os acontecimentos com o que o autor chama de uma “pretensão de verdade”. Tais elementos são, em diversas ocasiões, encontrados nos textos de gênero romântico. Da mesma forma, no texto de Hayden White, há uma descrição de elementos dos quais se pode fazer uso em uma narrativa. Ao contrário de Auerbach, no entanto, que se foca em um estilo de narrativa, White busca ressaltar o uso das Figuras de Linguagem, se focando na análise estrutural e não em um estilo de escrita específico.

Por fim, apesar desta rápida síntese de contribuições da bibliografia selecionada à nossa pesquisa, devemos enfatizar que entendemos que a obra literária deve ser utilizada pelo historiador, não apenas pelo valor de sua narrativa, mas também pelas relações que esta mantém com sua época de produção e recepção e pelas influências de seu estilo em épocas subsequentes.

Partindo para o estudo das fontes literárias, fizemos uso de quatro obras escolhidas com um objetivo empírico, para problematizar as análises de cunho teórico discutidas pelo grupo.

A primeira obra selecionada foi *Frankenstein*, da autora inglesa Mary Shelley. O livro foi publicado no começo do século XIX, no ano de 1818 e é considerado um dos inauguradores do gênero de ficção científica. Seu enfoque é direcionado

principalmente para as recentes descobertas da época na área da Eletricidade. Os estudos feitos no final do século XVIII pelo físico Luigi Galvani demonstraram uma resposta de corpos de animais mortos ao entrarem em contato com correntes elétricas. A partir dele, o físico Alessandro Volta passou a estudar o efeito da eletricidade nestes corpos. Estudiosos acreditam que Shelley se inspirou em Giovanni Aldini, sobrinho de Galvani, que tendo conhecimento das descobertas do tio, fazia apresentações de cadáveres se movimentando devido à eletricidade. Também o químico, Johann Dippel, alemão nascido no Castelo Frankenstein, fazia experiências em cadáveres nos séculos XVII e XVIII podendo ter influenciado Shelley na criação de seu conto. Tratando destas experiências, a autora de Frankenstein traz um discurso moral sobre a responsabilidade de um cientista perante seus estudos e o perigo contraposto com as maravilhas da ciência na relação com a criação da vida. Através de seu personagem principal, é perceptível uma posição rousseuniana da autora, uma vez que acredita que um indivíduo monstruoso é essencialmente bom, independente de sua forma física, mas que é corrompido por uma sociedade cruel.

A segunda obra analisada foi de Robert Louis Stevenson, *O médico e o monstro*. Publicado em 1886, essa obra possui uma diferença temporal significativa da obra de Shelley. Comumente

associado com os casos de dupla personalidade, o livro se foca nas descobertas médicas e no uso de drogas medicinais. A criação de uma poção que traria à consciência um lado malévolo faz o personagem de Dr. Jekyll retornar àquela que seria a natureza humana, má e sem remorso, mas que na figura do doutor se disciplina para se adaptar à sociedade londrina, tema que retoma as teorias freudianas que estavam sendo desenvolvidas contemporaneamente. O uso indiscriminado da poção torna a metamorfose do médico irreversível, necessitando do antídoto para preservar sua personalidade bondosa. Stevenson traz, assim como Shelley, uma visão negativa da ciência e de seus frutos, que muitas vezes não era tão perceptível, mas ainda assim danoso, e coloca a falta de controle ou a perda dele como o principal perigo das descobertas. Percebemos, portanto, que a literatura é o espaço da crítica a esta ciência que valoriza o progresso a qualquer custo, lembrando que esta crítica enfatiza o perigo do “não controle” sobre a experiência.

Em contraposição a estes autores, o francês, Julio Verne, expõe uma visão otimista do progresso científico. Em seu livro *A Volta ao Mundo em 80 dias*, o autor faz uso de uma narração ritmada pelos aparelhos e meios de transporte dando uma impressão maquinária à leitura. O livro publicado em 1873 traz os meios de

transporte como as principais invenções e a partir delas o autor constrói uma história que mostra como as transformações na tecnologia transformam a vida e a psicologia da população. Alguns temas tratados no livro são o encurtamento da relação do homem com o tempo e o espaço, através da velocidade dos meios de transportes e de comunicação; a estereotipação de culturas, presentes nos personagens principais que representam seus locais de origem; o controle dos eventos através da organização meticulosa e a previsibilidade, se não, a capacidade de contornar os mesmos e a apresentação de valores culturais locais do autor. Com seu enredo romântico e a exposição de inúmeras qualidades no progresso, Verne passa a ideia de uma tecnologia criada exclusivamente para o benefício da humanidade.

A última obra discutida por nosso grupo foi *Paris no século XX*, também de Júlio Verne. Essa obra diferente das demais não possui uma datação conhecida, mas pode-se imaginar que foi uma das primeiras obras escritas por Verne, ao destacarmos a presença de cartas entre o escritor e seu editor antecedendo a apresentação da obra em si na edição publicada pela editora Ática. Ao mesmo tempo, podemos notar o significativo destaque dado pelo autor a própria ficção científica, ao pensarmos que seu enredo envolve a Paris na

metade do século XX produzida a partir de uma concepção e conhecimento de mundo do século XIX.

Em oposição ao *A Volta ao mundo em 80 dias*, a visão de Verne se mostra pessimista, ao pensarmos que a presença da máquina no século XX suprimiria as artes. Mostra-se um constante choque entre a tecnologia e a própria literatura humanista, ao pensarmos que além de esta ser esquecida, ela seria abafada pela convivência e necessidade das máquinas. Ainda em relação à presença da literatura humanista na obra de Verne, cabe destacarmos que é uma visão estritamente romântica, pois as características desenvolvidas por Verne são de nostalgia e de recuperação de um passado brilhante nas artes.

Por fim, compete destacar que por mais que Júlio Verne faça uma projeção sobre o futuro, ele o faz pautado em suas observações sobre o próprio presente e os desenvolvimentos da sociedade em que vivia e nos apresenta, de forma espetacular, o constante conflito entre ciência e natureza, já muito acirrado numa sociedade pós-revolução industrial que já mostrava uma consolidação do saber, tão cara para a obra como para o próprio Verne. Sem esquecermos, contudo, que a concepção de ciência apresentada pelo escritor é definida a partir da ideia de ordem.

Diversas questões práticas e teóricas sobre a história do romance devem ser levadas em consideração para compreendermos o diálogo entre a História e a Literatura, bem como sobre as obras literárias estudadas. As obras de Shelley e Stevenson, por exemplo, mesmo tendo sido escritas com certa distância temporal uma da outra, demonstram um discurso semelhante sobre as descobertas científicas que eram feitas em seus respectivos momentos. Frente a um discurso científico que enaltecia a quebra de barreiras e dos limites da humanidade, ambos preocupam-se, justamente, com esses limites. Ou seja, até mesmo o progresso, em doses desmedidas, seria prejudicial para a humanidade. Observamos, pois, que a preocupação com os limites do progresso científico não era uma questão isolada no século XIX.

Essa preocupação quanto aos limites da ciência, embora também presente em uma das obras de Verne, desaparece, ou pelo menos perde seu caráter crítico, nas suas obras seguintes. *Paris no século XX* foi escrito anteriormente a *A Volta ao mundo em 80 dias*, não tendo sido publicada no período por ser considerada muito sombria, característica essa que a torna bastante distinta das demais obras de Verne. A presença de discursos tão discrepantes a respeito do progresso produzidos pelo mesmo autor em tão pouco espaço de

tempo nos mostra que as pessoas entendiam o progresso de forma não homogênea.

A preocupação em pensar o capitalismo também está presente. Em *A Volta ao mundo em 80 dias*, o homem rico, regrado e de comportamento maquinal não expressa suas emoções ao ponto de colocar em dúvida a própria existência delas. A sua condição social abre as portas para a volta ao mundo, que termina com um final feliz. É o exato oposto do jovem romântico, apaixonado, desregrado, rebelde e pobre que padece sozinho no triste final de *Paris no Século XX*.

Percebemos, portanto, que a preocupação com o progresso científico é uma constante nas fontes analisadas, apesar de observarmos que os autores apresentem posições distintas. Acreditamos que, mais importante do que responder as questões com respostas fechadas é a reflexão sobre elas, desta forma o grupo pôde pensar o contexto estudado a partir das diversas visões individuais e coletivas expressas pelos autores, bem como inserir o debate sobre a produção de ficção científica no diálogo entre História e Literatura no entendimento da sociedade oitocentista.

Obras Literárias.

SHELLEY, Mary Wollstonecraft. *Frankenstein*. São Paulo: Ática, 1998.

STEVENSON, Robert Louis. *O médico e o monstro*. São Paulo: Ática, 1997.

VERNE, Julio. *Paris no século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VERNE, Julio. *A Volta ao mundo em 80 dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

Bibliografia citada

AUERBACH, Eric. *Mimesis*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

WATT, Ian. *A ascensão do romance. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, Hayden. *Meta-História; a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

STONE, Lawrence. "O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história". In **Revista de História**. Nº 2 e nº 3. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1991.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.

Normas Editoriais:

1. A Revista Cadernos de Clio aceita artigos e resenhas bibliográficas somente em português-br.
2. Os artigos terão tema livre, dentro do campo historiográfico.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título e as resenhas não deverão ultrapassar 5 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. Serão aceitos artigos de graduandos dos cursos de História sob orientação e com aval do professor(a) orientador(a) (anexo 1). Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
5. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial dos Cadernos. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista. Artigos e resenhas que não forem publicados ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

6. Os autores serão notificados da recepção das colaborações.
7. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a fim de adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.
8. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos Cadernos de Clio, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação de Artigos:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito por meio de correio eletrônico, através do e-mail da revista: cadernosdeclio@gmail.com. Indicar no e-mail a situação acadêmica do aluno (período e vinculação), link do lattes, (se possuir) e nome do professor orientador.

2. Os artigos deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras; (b) relação de até 6 palavras-chave e (c) carta de aval do professor orientador do artigo. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais.
3. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
4. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
5. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

INFORMAÇÕES:

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com/>



Cadernos de Clio surgiu em 2010 para divulgar a produção acadêmica de estudantes de graduação de História de todo o país, independentemente da Universidade de origem, temporalidade da pesquisa ou área de atuação. É uma revista eclética, pluralista e variada em seus assuntos e abordagens.

Num momento em que muitos historiadores ainda diagnosticam a “ciência histórica” como corrente de uma identidade e de um método que a distinga das demais ciências, encontramos nessa despretensiosa revista de graduação o frescor de múltiplas práticas históricas que, justamente pela dissolução de suas fronteiras rígidas, nos proporcionam estudos extremamente instigantes e enriquecedores.

ISSN 22370765